

DISCURSO MIDIÁTICO

*poder
violência
e cultura*



Gilson Pôrto Jr.
Ana Carolina Costa dos Anjos
(Orgs.)

Entender que a narrativa midiática é uma construção social e, que ao mesmo tempo, é um elemento que constrói a realidade, para assim, problematizar a práxis da profissão e seu *modus operandi* em transformação é o tema transversal dos artigos aqui reunidos. É esse pensar transversalmente que durante o processo de formação foi promovido. Um pensar que supera a compartimentalização dos saberes, permitindo o diálogo e o 'pensar sobre o pensar'. É claro que superar a linearidade do pensamento não é simples. Esquemas hierárquicos devem ser superados, mas cada um dos autores buscou aprender e apreender esse processo, buscando a articulação entre os diversos elementos que compõem a profissão. Nesse sentido, dividimos essa coletânea em duas partes: a primeira, intitulada *Jornalismo como um campus de Poder e Cultura*. Os capítulos abordam desde os novos contextos interativos, a partir do uso de tecnologias vividos por populações tradicionais, à construção social de identidade cultural, em nível de Estado, no caso, o Tocantins tendo o discurso midiático como constructo social. E também as relações de poder da mídia e sua lógica de mercado e como essa característica influencia no processo de construção da notícia, os quais podem ser tanto explícitos como os contratos publicitários e empregatícios ou simbólicos, além disso, apresenta como a mídia influencia no processo político. Na segunda parte, intitulada *Mídia e a Violência*, traz discussões que não escapam a mídia, sobretudo ao discurso midiático pautado na espetacularização e dramatização da vida cotidiana e, assim, discute a violência no plural. Isto é, tanto a violência em sua versão midiática e televisada, trazendo inclusive a violência de gênero, como também a sofrida por jornalistas, no exercício da profissão.



 *editora fi*
www.editorafi.org



**Discurso midiático:
poder, violência e cultura**



Série
**Comunicação,
Jornalismo e
Educação**

Diretor da série:

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. João Nunes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoletti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul/Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dr. José Manuel Peláez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

*Gilson Pôrto Jr.
Ana Carolina Costa dos Anjos
(Orgs.)*

**DISCURSO MUDIÁTICO:
poder, violência e cultura**

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Arte de capa: Misha Gordin

A regra ortográfica usada foi prerrogativa de cada autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Série Comunicação, Jornalismo e Educação - 2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PÔRTO JR., Gilson; ANJOS, Ana Carolina Costa dos(Orgs.).

Discurso midiático: poder, violência e cultura. [recurso eletrônico] / Gilson Pôrto Jr.; Ana Carolina Costa dos Anjos (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

199 p.

ISBN - 978-85-5696-047-4

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Mídia. 2. Poder. 3. Violência. 4. Cultura. 5. Ética. I. Título.
II. Séries.

CDD-170

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética 170

Sumário

Apresentação, ou do se pensar transversalmente em comunicação 9

Indígenas Conectados e Redimensionados aos Novos Contextos Interativos

Elvio Juanito Marques de Oliveira Júnior 13

Jornal do Tocantins e O Girassol: uma versão midiática para a construção social da identidade cultural do Tocantins

Ana Carolina Costa dos Anjos 34

Mídia, Lógica de Mercado e Relações de Poder

Taianne Santos Moreira de Souza 62

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior

Política e Comunicação de Massa: o poder simbólico da televisão brasileira no jornalismo do Grupo Globo

Raphael Pontes Moraes 83

Sujeitos da formação em Comunicação e Jornalismo: o Processo de Bolonha e as mudanças na União Europeia

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior 98

A violência que está na TV

Tamyra Pinheiro da Silva 118

A violência e o jornalismo

Clifton Morais Correia 139

Reflexões sobre Gênero, Violência e Mídia

Rose Dayanne Santana Nogueira

156

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

As mulheres e os espaços de poder e decisão: reflexões sobre a presença das mulheres na gestão da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Edisselma dos Santos Alecrim

175

Cynthia Mara Miranda

Apresentação, ou do se pensar transversalmente em comunicação

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.”

Michel Foucault

É com enorme prazer que apresentamos ao público o livro *Discurso Midiático: Poder, Violência e Cultura*, cuja organização tem como foco as produções em torno da primeira turma do curso de pós-graduação lato sensu *Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos* do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE), da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Reúnem-se alguns dos artigos produzidos ao longo da especialização, pelos pós-graduandos e professores, bem como temas discutidos em aula, pesquisas desenvolvidas e experiências com Extensão que, agora, se concretiza.

Entender que a narrativa midiática é uma construção social e, que ao mesmo tempo, é um elemento que constrói a realidade, para assim, problematizar a práxis da profissão e seu *modus operandi* em transformação é o tema transversal dos artigos aqui reunidos. É esse pensar transversalmente que durante o processo de formação foi promovido. Um pensar que supera a compartimentalização dos saberes, permitindo o diálogo e o ‘pensar sobre o pensar’. É claro que superar a linearidade do pensamento não é simples. Esquemas hierárquicos devem ser superados, mas cada um dos autores buscou aprender e apreender esse processo, buscando a

articulação entre os diversos elementos que compõem a profissão.

Nesse sentido, dividimos essa coletânea em duas partes: a primeira, intitulada *Jornalismo como um campus de Poder e Cultura*. Os capítulos abordam desde os novos contextos interativos, a partir do uso de tecnologias vividos por populações tradicionais, à construção social de identidade cultural, em nível de Estado, no caso, o Tocantins tendo o discurso midiático como constructo social. E também as relações de poder da mídia e sua lógica de mercado e como essa característica influencia no processo de construção da notícia, os quais podem ser tanto explícitos como os contratos publicitários e empregatícios ou simbólicos, além disso, apresenta como a mídia influencia no processo político. Na segunda parte, intitulada *Mídia e a Violência*, traz discussões que não escapam a mídia, sobretudo ao discurso midiático pautado na espetacularização e dramatização da vida cotidiana e, assim, discute a violência no plural. Isto é, tanto a violência em sua versão midiática e televisionada, trazendo inclusive a violência de gênero, como também a sofrida por jornalistas, no exercício da profissão.

No capítulo 1, **Indígenas Conectados e Redimensionados aos Novos Contextos Interativos**, Elvio Juanito Marques de Oliveira Júnior, apresenta como as populações tradicionais, com o advento da modernidade e seus aparatos tecnológicos passaram a conviver com o paradoxo da manutenção das tradições culturais e o acesso aos meios comunicacionais e tecnológicos. A proposta do autor é discutir os novos contextos interativos nas populações tradicionais, no caso indígena.

No capítulo 2, **Jornal do Tocantins e o Girassol: uma Versão Midiática para a Construção Social da Identidade Cultural do Tocantins**, Ana Carolina Costa dos Anjos, discute a participação do discurso midiático na construção social da identidade cultural tocantinense, para

tanto, a autora propõem uma análise de dois jornais de circulação local, a saber, o Jornal do Tocantins e O Girassol.

No capítulo 3, **Mídia, Lógica de Mercado e Relações de Poder**, Taianne Santos Moreira de Souza e Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, os autores discutem de forma interseccional a relação constituída entre a mídias e os agentes econômicos, políticos e financeiros com destaque às relações de poder envolvidas nesse processo.

No capítulo 4, **Política e Comunicação de Massa: O poder simbólico da televisão brasileira no jornalismo do Grupo Globo**, Raphael Pontes Moraes, a partir do conceito do poder simbólico de Pierre Bourdieu (1989), discute as relações das reportagens e dos acontecimentos políticos que precederam a aceitação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

No capítulo 5, **Sujeitos da formação em Comunicação e Jornalismo: o Processo de Bolonha e as mudanças na União Europeia**, Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior apresenta o resultado de pesquisas sobre a formação em cursos de Comunicação Social/Jornalismo, desenvolvido em três universidades portuguesas sobre os avanços e dificuldades no alinhamento pedagógico para se adequar ao Processo de Bolonha.

No capítulo 6, **A Violência que está na TV**, Tamyra Pinheiro da Silva, apresenta discussão sobre a presença e o destaque da violência no telejornalismo e na mídia brasileira, em geral. Questiona e problematiza o excesso de midiaticização da violência pelos veículos televisivos.

No capítulo 7, **A Violência e o Jornalismo**, Clifton Moraes Correia, discute a violência, especificamente, as causas originárias da violência contra os jornalistas. O autor se propõem analisar a motivação dos atos violentos que são praticados pelos próprios jornalistas, sobretudo, quando no exercício da profissão se vale do poder da mídia para se beneficiar .

No capítulo 8, **Reflexões sobre Gênero, Violência e Mídia**, Rose Dayanne Santana Nogueira e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, propõem reflexão sobre a violência que as mulheres sobre e como a mídia se pauta e aborda o assunto, especificamente a violência contra a mulher.

E, por último, o capítulo 9, **As mulheres e os espaços de poder e decisão: reflexões sobre a presença das mulheres na gestão da Universidade Federal do Tocantins (UFT)**, Edisselma dos Santos Alecrim e Cynthia Mara Miranda, investigam os espaços ocupados pelas mulheres na gestão da Universidade Federal do Tocantins (UFT) entre 2013 e 2016. As autoras apresentam discussão sobre a necessidade de Políticas Públicas efetivas para promover e assegurar a igualdade de gênero nos postos de tomada de decisão.

Acreditamos que as reflexões desenvolvidas pelos autores contribuirão para a percepção da confluência entre Comunicação, Poder, Cultura e Violência criando assim, possibilidades de construir espaços de resistência e resignificação para sociedade mais igualitária e menos violenta.

Gilson Pôrto Jr.
Ana Carolina Costa dos Anjos

Indígenas Conectados e Redimensionados aos Novos Contextos Interativos

Elvio Juanito Marques de Oliveira Júnior¹

Introdução

“Eu quero que a gente trate o índio brasileiro o mais possível dentro do melhor. [...] cada um de nós tem capacidade”
Mário Juruna²

As comunidades indígenas estão mais preocupadas com os seus direitos, com a preservação das suas tradições e adaptações com a sociedade envolvente. O advento da modernidade trouxe, aos nativos, incorporação de meios tecnológicos que acarretaram, conseqüentemente, em mudanças nesse modo de viver e lidar, não apenas com as suas tradições culturais, mas também nas formas de interação com a sociedade. Dessa forma, há uma relocação dos modos interativos pelos meios como televisão, rádio e internet que interferiram e redimensionaram os modos de ser e viver dos indígenas.

Os povos indígenas, como os Xerente, Pankararú e Karajá – nativos do Estado do Tocantins -, criaram sobre as

¹ Jornalista pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), pós-graduando em Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos, também pela UFT e mestrando em Comunicação e Sociedade pela mesma universidade.

² Líder xavante, ex-deputado federal, e é o primeiro deputado federal indígena. O trecho foi retirado do discurso de Mário Juruna, em 19/04/1983, no Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.socialistamorena.com.br/juruna-o-indio-deputado/>>. Acesso em: 01 de abr de 2016.

diversas tecnologias da comunicação e informação formas de fortalecer e revitalizar suas próprias identidades, por outro lado obtiveram, com isso, formas de se relacionar e/ou interagir com a sociedade. Para Thompson: “A transformação da tradição está ligada fundamentalmente ao desenvolvimento dos meios de comunicação” (2008, p.166). E, segundo o autor, as interações passam por um processo de transformação: “... as tradições mesmas foram transformadas à medida que seu conteúdo simbólico foi sendo assumido pelos novos meios de comunicação” (2008, p.160). E, ainda para Thompson, por mais que a comunicação tenha um papel de transformação, as tradições não correm o risco de “perder suas raízes” ou virem a desaparecer. Ao seguir este mesmo pensamento, é importante ressaltar ainda que não há aqui um discurso vitimizante ou simplista de perda cultura, por meio do viés da comunicação, como resalta Fausto (2006, p. 30) “[...] Sem cair no discurso vitimizante da contaminação, da perda cultural, da homogeneidade causada pelo sistema mundial”. Entretanto, o artigo parte do pressuposto das novas interações dos contextos interativos mediante as transformações contemporâneas, como afirma Demarchi (2014, p 30): “pensar esses rituais contemporâneos implica em pensar as transformações contemporâneas dos coletivos indígenas em virtude da crescente interação com as sociedades nacionais”.

Ao partir desse pressuposto teórico, justifica o presente artigo, que por meio de uma pesquisa bibliográfica, foi possível analisar o modo pelo qual os representantes nativos de uma cultura particular³ lidam com a ampliação de

³ Para Wolton (2004, p.164): “As culturas particulares: antigamente incluídas na cultura popular, tendem a distinguir-se em nome do direito à diferença (mulheres, regiões, minorias). Embora não alcancem volumes consideráveis, ainda assim questionam a cultura popular na medida em que essa não tem mais o monopólio da legitimidade popular nem o poder de integração simbólica que eram seus antigamente.”

tais contextos de interação social, mediante o desafio da manutenção da tradição diante do acesso aos novos meios de comunicação, e conseqüentemente do redimensionamento das suas tradições culturais (2013)⁴.

O Redimensionamento das Tradições Culturais Indígenas nas Terras ‘Tupiniquins’

As tradições⁵ culturais dos povos indígenas, seus rituais e modos de viver e se organizar são o que eles têm de próprio, um marco. Friedrich Nietzsche (1873, apud LEBRUN, 1999) ao se referir à cultura, ressalva sobre este modo próprio de ser e viver. Para o referido autor, a cultura só tem legitimidade quando ela é integrada em todos os âmbitos da vida. A cultura, ainda citando Nietzsche, tem a ver com a capacidade que um povo tem de integrar todas as manifestações de sua vida e de transformar isso em arte. “A cultura é sobretudo a unidade do estilo artístico em todas as manifestações da vida de um povo” (NIETZSCHE, 1873, apud LEBRUN, 1999, p. 267 – 298).

Ao pensamento de Thompson (2008), nos estudos da antropologia cultural, abordagem conceitual e fenomenológica da cultura se volta ao conjunto de valores,

⁴ NILO, Adriana Tigre Lacerda; OLIVEIRA JUNIOR, Elvio Juanito Marques de; PAIXÃO, Cláudio Chaves. **O efeito das contradições culturais na aldeia Porteira de etnia xerente diante da instalação de antenas parabólicas por operadoras privadas de telecomunicações**, 2013 (mimeo).

⁵ Para Thompson (2008, p.163–165): “[...] tradição significa um traditun, isto é, qualquer coisa que seja transmitida ou trazida do passado e cultivada no presente”. Temos na tipologia do autor: a hermenêutica; valores pressupostos, aceitos e difundidos de geração para geração, a normativa; padrões de comportamento do passado socialmente estabelecidos; A Legitimadora; manifestada pela autoridade legal, carismática ou tradicional de indivíduos e/ou instituições e, por fim, a Identificadora; a que integra a auto-identidade e a identidade coletiva.

hábitos e formas, agir e pensar que constituem o *ethos*⁶ indígena.

Por outro lado, ao seguir o pensamento de Gramsci e de Hegel, de pensar a cultura por meio de uma concepção dialética, Coutinho (2005, p.95, grifo do autor) argumenta que: “Por essa perspectiva, a categoria de tradição não significa apenas conservação, como quer o senso comum: ela carrega consigo a idéia de *ruptura* e, portanto, de negação do patrimônio histórico-cultural.”. E, como pontua o referido autor: “Conservação e ruptura determinam uma seleção e, necessariamente, uma *reinterpretação dos signos do passado*.”. Já que para Coutinho (2005) as comunidades dos nativos passaram ao longo do tempo, por um redimensionamento das suas tradições culturais, e conseqüentemente em interferências e influências para com suas culturas, advindas de outras formas culturais.

Na tese sobre Hibridismo cultural de Canclini (1997, p. 9), por sua vez, ressalta que “As culturas já não se agrupam em grupos fixos e estáveis”.

Zigmunt Bauman (2003), na sua perspectiva sociológica, descreve que há mudança de perspectiva na Era Moderna, e que apesar da identidade ser individual, é líquida e está em constante mudança dada a interação com os outros na sociedade em que se vive. Em uma outra obra, Bauman (2005, p.33), traz estudos e reflexões sobre a questão da identidade em ‘tempos líquidos’. O autor fala da identidade única como algo ilusório, mostrando que na verdade há uma fragmentação do indivíduo em múltiplas identidades.

Ângelo Domingos Salvador (1971), por sua vez, salienta o homem como agente ou criador do processo cultural:

⁶ O termo aqui é entendido conforme defende Certeau (1980), como sendo um determinado modo de ser e estar no mundo.

Vê-se, assim, que o homem é sujeito da cultura quando se comporta como agente ou criador do processo cultural. Compreendendo a natureza pelo conhecimento ou dominando-a pelo trabalho, o homem cria um sistema complexo de coisas, acontecimentos e condutas, constituído de conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes, capacidades e hábitos, através do qual forma um mundo próprio, [...] a ação do homem não se limita a interferir no mundo da natureza, interfere também no mundo da cultura que ele recebeu de seus antepassados, no sentido de dar-lhes formas novas segundo as novas necessidades e as próprias concepções de vida humana. (SALVADOR, 1976, p. 16).

Portanto, para Ângelo, a cultura surgiu da intervenção do homem em seu meio, segundo suas necessidades de adaptação. Todavia, os tempos já são outros, mas as relações estão cada vez mais aguçadas, não apenas no campo social, no entanto também no viés comunicacional. Este último é a linha de discussão desse artigo.

A Influência da Mídia Mediante as Tradições das Comunidades Indígenas

Os povos indígenas sempre foram marcados por suas tradições culturais, pelos rituais e modos de viver e se organizar. Com passar do tempo e o advento da modernidade houve incorporação dos meios tecnológicos que acarretaram, conseqüentemente, em mudanças nesse modo de viver e lidar, não apenas com as suas tradições, mas também nas formas de interação com a sociedade. Assim, não se pode pensar mais as comunidades indígenas como sinônimos de indivíduos que vivem em isolamento.

Para ser ter uma ideia da presença e dimensão dos povos indígenas no contexto brasileiro, o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, mostra que as comunidades indígenas tiveram expressivos números de crescimento habitacional. Os dados revelam que a população indígena brasileira é de 896,9 mil indígenas. De acordo com este mesmo censo, foram identificadas 305 etnias, presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte é aquela que concentra o maior número de indivíduos. E que ainda, 36,2% dos indígenas vivem em área urbana e 63,8% na área rural.

Os dados do site ⁷do Ministério das Relações Exteriores (2006) comprovam o processo de urbanização, modernização e, certamente, a consequência destas relações socioculturais. De acordo com o site, a maior parte das sociedades indígenas que conseguiram preservar suas línguas vive, atualmente, no Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil. Nas outras regiões, elas foram sendo expulsas à medida em que a urbanização avançava.

Muitas influências para essa transformação nas comunidades, até mesmo indígenas, são provenientes dos meios de comunicação e suas diversas mídias como o rádio, televisão e a internet, conseqüentemente o advento das redes sociais. Confirmado por Thompson (2008, p.77): “[...] o desenvolvimento dos meios de comunicação cria novas formas de ação e de interação e novos tipos de relacionamentos sociais”. Esta realidade configura um processo de transformação e reorganização de cada um dos contextos interativos que, segundo Thompson (2008), são face a face; o mediado, que se estabelece através do uso de recursos técnicos; e o quase mediado, cuja interação ocorre de forma estendida no tempo e no espaço, com mediação dos meios de comunicação de massa.

⁷ www.mre.gov.br/portugues/noticiario. Acesso em: 31 mar. 2016.

Esses novos contextos interativos fizeram que as tradições passassem por um processo de transformação, como pontua Thompson (2008): “as tradições mesmas foram transformadas à medida que seu conteúdo simbólico foi sendo assumido pelos novos meios de comunicação” (2008, p. 60). E é justamente o distanciamento espaciotemporal, característico dos contextos da interação mediada e da quase mediada, que Thompson (2008, apud Nilo 2010) chega à tese da *nova ancoragem da tradição*⁸, isto é, ao fato desta tradição não se limitar mais aos contextos práticos da vida cotidiana e ter expandido-se, renovado-se e sido ancorada em novos contextos interativos, que vão bem além dos limites das situações de origem.

Castells (2001, p. 409), ao entender que a cultura é mediada e determinada pela comunicação, ressalva: “as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo”.

A propósito, para Canclini (1997,30): “...as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento”. Já que os meios tecnológicos e comunicacionais ajudam na propagação e/ou divulgação, e, desta forma, se tornam, conseqüentemente, um aliado aos indígenas, uma nova forma de se relacionar com a sociedade e outros costumes, além de ver, ouvir e assistir, sempre que possível, os rituais e suas tradições.

Com isso, a tradição não é coisa do passado, como diz Thompson (2008), porque o seu caráter mutável está ligado à mídia que a reelabora, mantendo-a viva, ou seja, resguarda o passado, à medida que se reporta a determinadas

⁸ Na concepção de Thompson (2008) pode ser entendido como o fenômeno no qual estas tradições “perdem uma raiz” fixada em um determinado lugar para surgirem e se “ancorarem” em diversos outros lugares, até certo ponto, indeterminados.

realidades socioculturais. O pensamento social clássico (representado por Marx), segundo Thompson (2008, p.159) se difundiu durante anos que, “o desenvolvimento das sociedades modernas é acompanhado por um declínio irreversível do papel da tradição”. E esta ideia teria sido revitalizada por teóricos que afirmavam que “o desenvolvimento das sociedades modernas implica num processo de desenraizamento das tradições” (2008, p.159). Thompson (2008, p. 163) explica ainda que existem quatro aspectos de tradição, entre eles o aspecto hermenêutico: “um conjunto de pressupostos de fundo, que são aceitos pelos indivíduos ao se conduzirem na vida cotidiana e transmitidos por eles de geração em geração. [...] um esquema interpretativo, uma estrutura mental para entender o mundo”.

Ao confirmar esta ideia de que as interações sociais passaram a resignificar a tradição, é possível citar ainda a reflexão de Coutinho (2005, p.87), ao constatar que “Cada classe, cada povo, cada grupo social constrói suas tradições interpretando e se apropriando do passado, de acordo com perspectivas e interesses efetivamente definidos pelas relações sociais existentes”. E para Coutinho, “O movimento de reelaboração de formas culturais do passado pode ser compreendido como *Aufhebung*, expressão hegeliana que significa, a um só tempo, conservação, eliminação e renovação”. (2005, p.95).

E os novos contextos interativos, provindos dos meios de comunicação, que reelaboram as tradições, são proporcionalmente ligados à modernidade, em que o índio e sua cultura estão incluídos. “Ao fim de muitos anos de convivência e observação, resta a convicção muito forte de que nas culturas indígenas se encontram muitos traços, muitas direções, de uma verdadeira modernidade” (NOVAES, 1994, p. 181). O autor ainda confirma que: “O que a cultura indígena nos ensina é que o verdadeiro progresso é a presença disso que é fundamental, essa

integração entre o sagrado e o profano, o humano e o divino, o humano e a natureza e as relações de liberdade, justiça, comunidade, igualdade entre os próprios seres humanos” (NOVAES, 1994, p. 181).

Esta proximidade e o fácil acesso das tecnologias de comunicação e informação nas aldeias, portanto, seja pelo acesso aos canais de televisão, do rádio ou conectados à internet e com sinal de celular, de fato, permite que o contato com outras culturas ultrapasse as fronteiras geográficas, físicas e promovam novas formas de troca e de contato. E não apenas isto, essas comunicações e tecnologias, como as redes sociais, interferem e trazem novos processos culturais aos nativos.

A Cibercultura: Indígenas Conectados

São inúmeras as formas de relações e interferências sociais e comunicacionais no redimensionamento das tradições culturais indígenas. Todavia, com o processo de globalização e modernização da comunicação, por meio do ‘boom’ da internet e obviamente das redes sociais, atingimos também diversas comunidades e culturas, como os nativos e suas identidades, as chamadas comunidades virtuais⁹.

Eliete Pereira (2007) aponta que os primeiros registros de participação de indígenas do Brasil na internet são de 2001, e que essa participação expandiu e inclui sites, blogs, comunidades virtuais e portais.

Antes de falar dessa relação cultural com a internet, é preciso entender e discutir, com esse cenário tecnológico, gerado pela internet, um novo espaço de comunicação e

⁹ Passamos a chamar de comunidades virtuais, os grupos que podem ou não se encontrar face a face e que troca palavras e ideias por mediação de redes de computadores. Historicamente, o termo comunidade virtual foi utilizado pela primeira vez por Howard RheinGold (1985).

interação, o ciberespaço. Como ressalta Pierre Lévy ¹⁰(1999, p 126): “os seres humanos não habitam somente no espaço físico, ou geométrico”, e desta forma, não interagem somente em um espaço, entretanto as pessoas podem interagir e ‘habitam’ em vários espaços, sejam eles afetivos, estéticos, sociais ou históricos. Por conseguinte, passamos nosso tempo a modificar e a administrar os espaços em que vivemos, a conectá-los, a separá-los, a articulá-los, a endurecê-los, a neles introduzir novos objetos, a deslocar as intensidades que os estruturam, a saltar de um espaço a outro (LÉVY, 1999, p. 126).

Devemos antes entender um acesso de todos aos processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de auto-cartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. A perspectiva aqui traçada não incita de forma alguma a deixar o território para perder-se no ‘virtual’, nem a que um deles ‘imite` o outro, mas antes a utilizar o virtual para habitar ainda melhor o território, para tornar-se seu cidadão por inteiro (LÉVY, 1999, p.196)

A internet, na visão de Castells (2001), é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos para muitos em um momento escolhido em escala global. “As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldados por ela” (2001, p. 40). Para tanto, a internet amplifica as tecnologias de comunicação e

¹⁰ É nesse espaço que Pierre Lévy desenvolve seus projetos, suas pesquisas. Cf. Lévy (1999). Filósofo contemporâneo, atua na área das novas tecnologias e suas implicações na vida humana.

informação:

Cada grande avanço em um campo tecnológico específico amplifica os efeitos das tecnologias da informação conexas. A convergência de todas essas tecnologias eletrônicas no campo da comunicação interativa levou à criação da Internet, talvez o mais revolucionário tecnológico da Era da Informação (CASTELLS, 2001, p. 82)

Wolton atribui esse fenômeno, notadamente, aos efeitos causados na comunicação pelo processo de globalização:

Hoje, [...] a comunicação, ao ultrapassar as fronteiras e ao atingir todas as comunidades, consagra a ideia segundo a qual é possível desvincular-se dessas incontáveis e indispensáveis condições que sempre guiaram qualquer comunicação. A primeira delas é a identidade. (WONTON, 2004, p.85)

Ao ultrapassarmos essas fronteiras geográficas e, conseqüentemente, culturais, ficou notável o crescimento, também, da participação indígena na internet, surge, para tanto, o conceito de cibercultura para os nativos. O termo, por sua vez, foi empregado, por vários autores, por momentos ressaltando seus aspectos de interação, ora realizando críticas até que nos anos 1990 o termo viria a ser refletido por Pierre Lévy (2000, p. 17) como um “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

Nessa mesma conceituação, Pereira (2012), com outra nomenclatura, refletiu sobre a temática do ciberativismo indígena, no Brasil, em seu artigo intitulado ‘*Índios na rede: ensaios sobre o ciberativismo indígena brasileiro*’. O autor esboçou as causas da ação política na Internet pelos

índios no país, partindo da percepção de que eles compreendem que novas estratégias comunicativas ajudam a pressionar pela resolução de problemas históricos, como a luta pela garantia do direito à terra com a demarcação do território, a defesa da cultura e da cidadania. Em outro momento, fruto de uma dissertação, Pereira (2007), ao descrever sobre a utilização dos meios de comunicação pelos índios: “Os povos indígenas podem divulgar os seus valores e pontos de vistas para o mundo, não só, podem formar redes de apoio, conhecer pessoas, construir relacionamentos e se fazerem presentes além das aldeias, ou dos espaços territorialmente demarcados” (PEREIRA, 2007, p. 41).

De acordo com Martín-Barbero (2003, p.59), o mundo atual é constituído por “redes e fluxos”. Para o referido autor, as redes não constituem unicamente o espaço no qual circulam capital, porém “um lugar de encontro de multidões de minorias e comunidades marginalizadas ou de coletividades de pesquisa e trabalho educativo ou artístico”. (2003, p. 59). Porquanto, as redes tecnológicas e sociais estão presentes no cotidiano da quase-totalidade da população mundial, mas a dinâmica de negociação de sentidos e o uso de bens materiais e culturais são campo de disputa.

Estamos diante de uma profunda reconfiguração das culturas – camponesas, indígenas, negras –, que responde não somente à evolução dos dispositivos de dominação, mas também à intensificação de sua comunicação com as outras culturas de cada país e mundo. No interior das comunidades, esses processos de comunicação são percebidos ao mesmo tempo como outra forma de ameaça à sobrevivência de suas culturas e como uma possibilidade de romper a exclusão, como experiência de interação que comporta risco, também abre novas figuras de futuro, pois há nessas comunidades menos complacência nostálgica para com as tradições e maior consciência da indispensável reelaboração simbólica que exige a construção do futuro. (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 64-65).

É confirmado, portanto, que há um crescimento expressivo da participação indígena na internet, com esta *reconfiguração das culturas* na evolução desses dispositivos tecnológicos e comunicacionais. A Internet teria, conseqüentemente, não só a função de potencializar as relações com a sociedade não indígena, nas práticas sociais expondo seus rituais, tradições e culturas que fazem do mundo indígena, entretanto para a cobrança e reivindicação de direitos, na partilha de conhecimentos, saberes e valores.

As possibilidades da tecnologia digital revelam caminhos traçados na construção de uma comunicação na qual indivíduos e instituições podem agir de forma descentralizada, colaborativa e participativa (LEMOS, 2009), desenvolvendo, através de articulações locais e globais, uma dinâmica de retribalização (LEMOS, 1997).

Landzelius (2003) afirma que é possível identificar as formas de ação política na internet realizadas pelos indígenas:

- a) as lutas pela revitalização cultural de povos afastados do seu patrimônio;
- b) a conversão das tradições orais para o formato multimídia;
- c) a luta por causas comuns (serviços e cidadania)
- d) reconciliação (diplomacia eletrônica entre grupos indígenas) ;
- e) relações públicas e manejo do turismo;
- f) campanhas pela soberania
- g) reinvenção da identidade.

Instigante e nos desperta a evoluir esta análise, no subcapítulo posterior, no qual incluiremos o processo das redes sociais mediante o ambiente indígena.

O espaço multicultural das redes sociais

Uma das vias mais propícias para o espaço multicultural. As redes sociais, além disso, refletem novas formas de melhorar a comunicação, ampliando a intervenção criativa, acessível as diferentes expressões culturais, sendo espaços de fluxos de mercadoria, de informação e de relações sociais, e, não menos importante, afeta as tradicionais comunidades e descontroem as identidades individuais, sociais e culturais, além de divulgar e relacionar povos e pessoas, seja pelo uso de computadores ou por meio de celular, com acesso à internet.

J. A. Barnes (1987), na década de 1960, em seu artigo “Redes sociais e o processo político”, procura, por sua vez, ampliar as explicações acerca do conceito de rede. O citado autor, traz algumas tipologias sobre redes, entre elas, de forma conceitual, o que ele chama de “redes sociais totais”:

Quer a rede possa ou não ser associada de maneira sutil à estrutura social, não podemos encontrá-la nem aqui nem ali. Independentemente de qualquer coisa, a rede é uma abstração de primeiro grau de realidade, e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde. Chamo-a de rede social total (BARNES, 1987, p. 166)

Para o mesmo autor, uma rede seria uma construção social de relações de grandezas distintas. Dentro desse pressuposto as redes poderiam ser aplicadas para diversos estudos sociais.

Na descrição e análise de processos políticos, classes sociais, relação entre mercado e sua periferia, provisão de serviços e circulação de bens e informações num meio social não-estruturado, manutenção de valores e normas pela fofoca,

diferenças estruturais entre sociedades tribais, rurais e urbanas, e assim por diante. (BARNES, 1987, p. 161)

Além dessa importância social, as redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização, devido à adaptabilidade e flexibilidade; além de características criativas para sobreviver e prosperar em um ambiente de rápidas mudanças. Uns dos motivos desses estarem se prosperando, criando outras formas técnicas, em diferentes formatos e estilos destinados aos diferentes públicos.

Atingimos, nesse processo, às comunidades indígenas. Já que estes povos não estão fora dessas formas de comunicação, se aliaram a elas para buscar novas de divulgar seus costumes, de se interagir, de unir povos, de se informar, como forma de buscar meios ou benefícios aos nativos, ou pelo simples fato de estarem diante deste processo tecnológico ou comunicacional.

Passaram a usar redes sociais, como o Facebook, Twitter, Instagram e tantas outras. A exemplo disto, no Tocantins, algumas comunidades e nativos já utilizam as redes nessa propagação e interação, tais como as páginas no Facebook¹¹: “Nação Xerente – Tocantínia/TO”, “Povos Karajas” ou “Povos Pankararus do Tocantins” e entre outras, analisadas para a presente pesquisa. Nas narrativas divulgadas, com fotografias, vídeos e textos, demonstram que os indígenas estão diante de um cenário tecnológico e comunicacional das redes sociais. E ao divulgarem suas práticas culturais e discutirem a importância da presença de suas tradições, estão interagindo com a sociedade e

¹¹ As páginas do facebook citadas podem ser encontradas nos links: <https://www.facebook.com/nacaoxerente/?fref=ts>, <https://www.facebook.com/Povo-Karajas-299892923423447/>, <https://www.facebook.com/POVO-Pankararu-Do-Tocantins-449451558513197/?fref=ts>. Acesso em: 02 fev 2016.

ressaltando seus costumes e tradições. Além, de estarem inseridos no processo midiático.

É notório que o fluxo de informações horizontalizadas do ciberespaço, sendo mais pontual, das redes sociais, permite que os próprios indígenas passem de objetos de pesquisa à autores dos seus próprios relatos. Visto que são os próprios indígenas que produzem suas narrativas, repassando através dos discursos a imagem que fazem de si e sobre as questões que desejam ver publicitadas na relação deles com a sociedade, o que para Silva (2010), pode ser chamado de interatividade.

Convido-os a considerar a interatividade como espírito do tempo – o *Zeitgeist* de Heidegger -, como tendência geral em nosso tempo. Isso implica dizer que a interatividade não é apenas fruto de uma tecnicidade informática, mas um processo em curso de reconfiguração das comunicações humanas em toda sua amplitude. (SILVA: 2010, 12).

Por conseguinte, a internet teria não só a função de potencializar as relações com a sociedade não indígena, nas práticas sociais, expondo as elaborações que fazem do mundo indígena, entretanto para a cobrança e reivindicação de direitos, na partilha de conhecimentos, saberes e valores. Como bem ressaltam Gallois e Carelli (1998, p.27):

Os índios não se recusam a ser “cidadãos brasileiros”. Tampouco estão alheios, por incapacidade cultural, às técnicas e conhecimentos que lhes permitam melhorar suas condições de vida, em acordo com padrões culturais e formas de organização social que eles não pretendem abandonar suas formas de apropriação, seletivas, de elementos culturais externos não têm, forçosamente, como resultado, a perda de identidade. Nossa civilização nem “desbota” nem representa uma

escolha exclusiva (GALLOIS & CARELLI, 1998, p.27).

As tradições culturais indígenas continuam a existir entre uma e outra dança, costume da pesca, da caça, do artesanato, dos jogos, das línguas e até das formas de se vestirem. Assim como os meios de comunicação, a internet, com o viés das redes sociais, é aliada dos povos e reafirmam processos culturais, mesmo passando pelo crivo de redimensionar os nativos para formas diferentes do agir nas suas comunidades tradicionais.

Considerações Finais

É notório, porquanto, que há preservação das tradições, por outro viés e/ou ao mesmo tempo a cultura indígena está aliada ao usufruto dos meios de comunicação. A utilização destes é tão constante e presente nas comunidades e para com os nativos que estes ultrapassaram os limites geográficos das suas aldeias e, assim, passaram a interagir com a utilização de novos contextos midiáticos e tecnológicos, conectados, em especial, por meio da internet e suas funcionalidades.

Apesar de teóricos como Thompson (2008), afirmarem que a mídia e os meios de comunicação não fazem com que se perca o *ethos* indígena, como descrito anteriormente, no entanto, com a bibliografia estudada, fica evidente ainda que algumas práticas culturais estão sendo substituídas pelo contato e utilização das diversas mídias, como a televisão, o rádio e a internet. Dessa forma, esses contextos interativos midiáticos acabam por influenciar aos novos modos de ser, conviver, relacionar e também interferem em atos das suas tradições culturais.

Por outro lado, é necessário ressaltar que os nativos têm uma consciência de documentar rituais, costumes e situações culturais através do uso de aparatos tecnológicos

como máquinas fotográficas, filmadoras e principalmente celulares, utilizando a internet, e conseqüentemente, as redes sociais na divulgação destes processos culturais. E, para tanto, diante do contexto social em que os povos tradicionais se encontram, com a busca por direitos às terras e pela qualidade de vida, ou pelo fim dos preconceitos étnicos, os meios de comunicação se fazem de extrema importância, sendo a voz destas minorias.

Em poucas palavras, os povos indígenas demonstram empenho na preservação de suas culturas e tradições, mesmo diante do redimensionamento de suas tradições graças à presença da mídia.

A ampliação de contextos interativos, portanto, dos quais os indígenas participam, são fenômenos irreversíveis. Práticas como caçar, pescar, cuidar da agricultura familiar e produzir artesanato perdem, com o passar do tempo, espaço para outras práticas, como assistir, ver, ouvir, navegar, telefonar, fotografar e, recentemente, interagir nas redes sociais.

Referências

BARNES, J. A. **Redes sociais e processo político.** In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades.* 1987.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecci;** trad. Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza

Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 283-350:
Culturas híbridas, poderes oblíquos.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. Paz e Terra,
Volume I, 2001.

CERTEAU, Michael. (1980) **A invenção do cotidiano:
artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Os sentidos da Tradição**
in Comunicação e Cultura. (Orgs. Alexandre Barbalho,
Raquel Paiva. São Paulo: Paulus, 2005.

GALLOIS, Dominique e CARELLI, Vicent, **Índios
Eletrônicos, uma Rede de Comunicação
Indígena**. Revista de Antropologia, Artes e
Humanidades, v. 2, 1998.

LANDZELIUS, Kyra. **Las Vias Del Activismo
Cibernetico Indígena**. Revista Assuntos Indígenas.
Fevereiro, 2003.

LEMOS, A. L. M. **Anjos Interativos e Retribalização do
Mundo**. Tendência Xxi, Lisboa, v. 2, p. 19-29, 1997.

_____. **Nova esfera Conversacional**, in Dimas A.
Künsch, et al, Esfera pública, redes e jornalismo. Rio
de Janeiro, Ed. E-Papers, 2009, pp. 9 – 30.

LÉVY, Pierre. 1999 B. **Cibercultura**. Tradução de Carlos
Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Globalização
comunicacional e transformação cultural**. In:
MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra
comunicação: mídia, mundialização cultural e**

poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 57-86.

NIETZSCHE, Friedrich. Considerações extemporâneas. In:_____. **Obras incompletas.** Coleção Os Pensadores: seleção de textos de Gérard Lebrun. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999, p. 267-298.

NILO, Adriana Tigre Lacerda; OLIVEIRA JUNIOR, Elvio Juanito Marques de; PAIXÃO, Cláudio Chaves. **O efeito das contradições culturais na aldeia Porteira de etnia xerente diante da instalação de antenas parabólicas por operadoras privadas de telecomunicações,** 2013 (mimeo).

NOVAES, Washington. **O índio e a modernidade.** In: GRUPIONI, In: GRUPIONI, Luís D. B. (org). **Índios no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

PEREIRA, Eliete da Silva. **Ciborgues Indígen@as.br:** a presença nativa no ciberespaço. Dissertação de Mestrado. Centro de Pesquisa e Pós-graduação das Américas, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2007. 169p.

_____. **Índios na Rede:** Notas sobre o Ciberativismo Indígena Brasileiro. Paper presented at the annual meeting of the Designing And Building Research Network Maps: Trends In International And Latin American Communication Research, School of Communications of the Pontificia Universidad Universidad Católica de Chile, in the campus Casa Central, Alameda 340, Santiago, Chile, 2012. Online<PDF>. Disponível em: http://citation.allacademic.com/meta/p601179_inde

x.html Acesso em março de 2016.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Cultura e educação brasileiras.** Petrópolis, Vozes, 1971.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade - uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação** (trad. Zélia Leal Adghirni). Brasília: Ed.UNB, 2004.¶

***Jornal do Tocantins e O Girassol:* uma versão midiática para a construção social da identidade cultural do Tocantins**

Ana Carolina Costa dos Anjos¹

Introdução

Esse artigo² analisa a construção social da identidade cultural no Estado do Tocantins, partindo do pressuposto de que agentes, instituições e atores sociais intervêm nessa tessitura dentro de uma conjuntura de legitimação institucionalizada, isto é, o reconhecimento a cerca do que é o Estado do Tocantins por meio de ações governamentais.

O objetivo é depreender como se deu o processo de construção de uma identidade cultural oficial. Para tanto, empreendeu o desafio de perceber o objeto de estudo a partir de sua veiculação na mídia local, especificamente nos veículos impressos *Jornal do Tocantins (JTô)* e *O Girassol* e, então, analisa a versão midiática do fato.

Podemos inferir que Palmas, a última cidade planejada do século XX, em seu projeto político de construção identitária, tem a função de legitimar a criação

¹ Graduada em Jornalismo e Mestre em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins, professora Substituta no curso de Jornalismo da UFT e pós-graduanda na Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos ministrada pelo OPAJE-UFT.

² O presente artigo apresenta parte dos resultados da dissertação de mestrado *Do girassol ao capim dourado: a apropriação de elementos da natureza na construção de símbolos político-identitários no Estado do Tocantins*, defendida no programa de pós-graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, em 2015.

Estado do Tocantins. Assim, mostra-se como uma espécie de “vitrine” da identidade tocantinense, depois do desmembramento do Estado de Goiás, quando o território (Tocantins) era denominado norte goiano.

Palmas, a capital do Estado do Tocantins, foi fundada em 1989 e é uma cidade planejada urbanística e politicamente, nascendo sem passado e no “tempo zero”, compreendido como possibilidade de um novo tempo, no imaginário de cidades planejadas. Vale destacar que nenhuma cidade surge espontaneamente. “Porém, a diferença é se a cidade foi planejada ou não. Se planejada surge do nada, de um tempo zero *caracterizado nas intenções dos seus criadores ou construtores*. [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 51, grifo nosso).

Nesse contexto, Palmas também mostra-se como epicentro cultural do Estado do Tocantins, seja por sua posição geográfica estratégica (central no Estado), ou por ser sede do governo administrativo e ter sua origem planejada urbanística e politicamente.

Perante o exposto questiona-se como a imprensa tocantinense ancorou o processo de construção social da identidade cultural oficial no Estado do Tocantins? Para responder a essa questão, foram pesquisados os acervos do *Jornal do Tocantins* e *O Girassol* entre os anos de 2003-2011. Esse recorte de tempo se justifica pelo fato de entender que a construção da identidade cultural no Estado do Tocantins está ligada ao processo político. Pois, ao se criar o Estado, em 1988, cria-se também um imaginário acerca do que é a identidade cultural tocantinense, no sentido de ações de governo legitimarem as manifestações culturais que ocorriam quando a região era o norte goiano. Uma tessitura que projetava tanto o que era o tocantinense ou a forma tocantinense de ser no mundo, como também reafirmava que o tocantinense não é goiano. Entretanto, em 2003,

Marcelo Miranda – um político dissidente do grupo³ que durante 15 anos esteve à frente do governo de Estado – assume e, em 2005, rompe com tal grupo. Após essa ruptura política, se inicia a construção de uma nova identidade cultural e política para o Estado do Tocantins. Afinal, o ‘outro’ – sujeito fenomenológico oposto ao ‘eu’ no processo de construção da identidade, por introduzir o ‘sistema de diferenciação’, conforme Bhabha (2013, p. 95) – já não é mais o goiano. O ‘outro’, agora, é a ideia acerca do que é o Tocantins e o tocantinense, construída por meio de uma política de identidade no contexto estadual, centrada no discurso político e na identificação de símbolos, no caso, o girassol, no período compreendido entre 1989 – 2002.

O Jornal do Tocantins e *O Girassol* são as fontes de pesquisa e a metodologia usada é a Análise de Conteúdo (AC) e Análise de Discurso (AD). Para selecionar as matérias, o método utilizado foi Análise de Conteúdo, especificamente, a ferramenta Unidade de Registro (UR). A AC, por sua vez, é compreendida como um conjunto de técnicas adotadas para a análise das comunicações, de modo que visa “obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.” (BARDIN, 2009, p. 42). Por se tratar de um método amplo, ressalta a importância de especificar a ferramenta UR, que “[...] é a unidade de significação e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial.” (BARDIN, 2009, p. 104). Assim, após a seleção, as matérias foram tabeladas a

³ José Wilson Siqueira Campos (PSDB), líder do grupo político União do Tocantins, foi governador do Estado durante quatro mandatos, sendo 1989-1990;1995-1998;1999-2002 e 2011-2014.

partir da UR em que se enquadravam, sendo Construção Social da Identidade Cultural uma delas.

Outro passo foi a exploração do material, na qual foram eleitos trechos concernentes à necessidade da pesquisa, os quais receberam a denominação de ‘cartada simbólica’⁴. Esses trechos foram apreendidos à luz da Análise de Discurso (AD), a exemplo o dispositivo de colocar o ‘dito em correlação ao não dito’ para perceber as entrelinhas do exposto. Todavia, não se analisa com a AD clássica, ou seja, de forma minuciosa com as marcas enunciativas. O instrumento teórico-conceitual para a leitura das matérias respalda-se nos pressupostos teóricos da semiologia de discursos sociais de Dijk (2008), Orlandi (1999) e Pinto (2002).

Assim, propomos uma análise e compreensão do processo de construção da identidade cultural no contexto do Estado do Tocantins. O estudo se inscreve sob a pretensão de contribuir com pesquisas que relacionem práticas políticas e construção social de identidade cultural oficial, no caso em nível de Estado. Dessa forma, verifica a hipótese dessa pesquisa nas considerações finais.

Contextualizando o Espaço: breve história do Tocantins

Por ter uma história recente e peculiar, enquanto Unidade Federativa, o Estado do Tocantins requer uma descrição, principalmente, no que se refere à construção social de sua identidade cultural.

Dessa maneira, e para melhor delinear o objeto vale destacar que a criação do Estado do Tocantins precedeu a

⁴ A expressão, nesse estudo é concebida como um posicionamento, opinião a respeito do assunto (o que é a identidade cultural tocantinense, quais são os elementos que a compõe e quais os símbolos a representam, além disso, quais os locais onde se manifestam) que fora veiculado nos periódicos *JTo* e *O Girassol* no período em análise.

três movimentos separatistas, segundo a historiografia proposta por Cavalcante (2003). Um deles ocorre um entre 1809 e 1823⁵, quando o príncipe regente Dom João VI, decreta o Alvará de 18 de março de 1809, que divide a Capitania de Goiás em duas comarcas (a do Sul e a do Norte) e nomeia Joaquim Theotônio Segurado, como ouvidor da Comarca do Norte (CAVALCANTE, 2003). O segundo movimento se deu com a criação do Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins (1956 – 1960), que fora lançado em 13 de maio de 1956, na cidade de Porto Nacional, pelo jurista Feliciano Machado, junto a outras lideranças. Por ter seu principal líder afastado (transferido para outra comarca), o movimento se enfraquece, mas tem-se, nesse contexto, a criação da Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog)⁶ (CAVALCANTE, 2003).

O terceiro movimento separatista tem início em 1981 e termina na promulgação da Constituição Federal, que no artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cria o Estado do Tocantins e o incorpora à região Norte. Vale destacar que, nesse último movimento separatista (1981-1988), cria-se um discurso da diferença

⁵ Em 07 de setembro de 1822, D. Pedro I, declarou independência do Brasil e, no ano seguinte, especificamente em 23 de junho de 1823, ‘termina’ o primeiro movimento separatista. Pois, por meio de uma Portaria do ministro e conselheiro, José Bonifácio; proíbe: “[...] a multiplicidade de Governo em uma mesma Província. Assim, considerava ilegítima a administração do Norte.” (CAVALCANTE, 2003, p. 43).

⁶A Cenog existiu entre 1959 e 1968, como apoio aos estudantes que saíam do norte de Goiás, para estudar no centro-sul daquele Estado, mas também era uma organização política de mobilização e conscientização. Os estudantes realizavam congressos e reuniões. Entretanto, com o Ato Institucional Nº5, a Cenog ‘entra na clandestinidade’ e deixa de existir. Mais informações sobre a importância da Cenog, no movimento de emancipação política do Estado do Tocantins podem ser encontradas na obra: *O sonho de uma geração: o movimento estudantil em Goiás e Tocantins*, de Jocyléia Santana dos Santos (2007).

entre o norte e o centro-sul de Goiás, respaldada na referência histórica do primeiro movimento separatista, com Joaquim Theotônio Segurado, e na diferença da cultura, natureza e no abandono que a região vivia por séculos. Entretanto, uma vez criado o Estado, tem-se o início de outra história.

Uma nova história que se apresentava como a modernidade chegando ao sertão tocantino, deliberada de dentro de um Palácio (Araguaia), construído para ser ‘lugar de poder’ (sede do poder Executivo) e de ‘memória’ (primeira ‘grande’ construção erguida na recém-criada capital e localizada no marco zero da cidade⁷). Afinal, nenhuma cidade do antigo norte goiano fora escolhida para sediar a capital do Estado, mas cria-se uma cidade ‘do nada’, emoldurada pelo *devir*.

Já no que se refere ao processo identitário, no Tocantins, houve uma projeção do tocantinense como o ‘não goiano’, um cerrano-amazônida, indivíduo que tem cultura própria, com música, um calendário e manifestações culturais próprias (utilizados desde o segundo movimento separatista). Projetando não exatamente a forma tocantinense/palmense de ser e estar no mundo, mas reafirmando que o tocantinense não é goiano, assim, reformulava-se a memória coletiva dos indivíduos que se antes norte goianos, agora tocantinenses (RODRIGUES, 2008).

Trata-se de uma lógica cultural, territorial e politicamente deliberada vinculada à modernidade urbana, para que não tivesse: “transposição do imaginário coletivo da cultura de Goiás para o Tocantins.” (OLIVEIRA, 2012, p. 9).

⁷ Isto é, de onde partem as duas principais avenidas da cidade, Juscelino Kubistchek Oliveira (sentido leste-oeste) e Teotônio Segurado (sentido norte-sul), de um plano diretor ortogonal, formando uma cidade que “gira em torno do palácio”. (SILVA, 2008, p. 140).

Em remate, pode-se conceber que o Estado do Tocantins, embora tenha em seu passado histórico lutas separatistas, o movimento que de fato cria/inventa⁸ o Estado ocorre por meio de uma política de nível federativo. Ou seja, não se trata de um movimento que teve todo seu processo requerido pela organização da população tocantinense, mas por um processo político personalista e partidário. De igual maneira, a identidade cultural tocantinense, neste contexto, só é reconhecida por meio de ‘atos institucionalizantes’, oriundo de políticas de governo. Isto porque, após se criar o Estado, a estratégia foi ‘inventar’ e eleger institucionalmente, por meio de ações de governo, um discurso sobre ‘o que é o Tocantins’, ‘qual sua identidade cultural’, ‘quais seus símbolos’ e ‘quais manifestações artísticas dos tocantinenses’ e, nesse contexto, os meios de comunicação de massa foram (e são) um elemento não apenas constituinte dessa realidade, mas o que o ancorou esse discurso e deu subsídio para construção dessa memória.

Meios de Comunicação de Massa, Discurso Midiático e a Identidade Cultural no Estado do Tocantins

Após a ascensão dos meios de comunicação de massa a instituição social, houve uma transformação e reorganização das interações sociais, as quais, segundo John B. Thompson (2008, p. 77), criaram as “[...] novas formas de

⁸ A utilização do termo ‘invenção’ junto ao de ‘criação’ do Estado do Tocantins é arbitrária e tem a finalidade de sinalizar o aporte teórico escolhido, o qual se ancora nas ideias de Ernest Hobsbawm (1917 – 2012) e Terence Osborn Ranger (1929), expressas na obra ‘A invenção de tradições’ (2012). Nesta obra, os autores, por meio de diversos exemplos, demonstram que as tradições que se apresentam como antigüíssimas, são na verdade invenções recentes que se respaldaram até mesmo na própria história ressignificada. A invenção de tradições é deliberada e tem caráter político, econômico e social cujo pressuposto é uma relação de poder que institui essas tradições inventadas.

ação e de interação e novos tipos de relacionamentos sociais.”. Afinal, os meios de comunicação de massa promoveram um redimensionamento dos ‘contextos interativos’ e uma ‘nova ancoragem da tradição’. Por nova ancoragem da tradição pode-se inferir que a tradição se ‘desritualizou’, se ‘revestiu de novas características’, ‘desenraizou-se’.

Dito de outra maneira, segundo Thompson (2008, p. 160):

[...] as tradições transmitidas oralmente continuaram a desempenhar um papel importante na vida cotidiana de muitos indivíduos. E mais, as tradições mesmas foram transformadas à medida que seu conteúdo foi sendo assumido pelos novos meios de comunicação.

Ou seja, tendo deixado de restringir-se aos contextos práticos da vida cotidiana, a interação expandiu-se e renovou-se.

Assim, diante da concepção de ‘nova ancoragem da tradição’ de Thompson (2008) propomos um diálogo com a ‘Invenções de tradição’ de Hobsbawm (2012). Isto é, segundo Hobsbawm (2012, p. 8), as tradições são inventadas e têm o intuito de arraigar certos “valores e normas de comportamento” e, para tanto, repetem o fato a ponto de criar uma sensação de “continuidade em relação ao passado histórico apropriado.” Sintetizando:

[...] invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. [...] Em suma, inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. (HOBSBAWM, 2012, p. 11-12).

E foi apagando lembranças (de nativos ou dos migrantes que chegavam) e (di)fundindo-as com as novas, ancorando-as nos meios de comunicação de massa, revistas e almanaques⁹ patrocinados (e, por vezes, produzidos) pelo governo do Estado e em propagandas, que se inventou a tradição tocaninense dando-lhe uma nova ancoragem: os meios de comunicação. “O governo investiu na massificação e construção de uma identidade palmense extensiva a todo o território do Estado, cimentada na figura do migrante pioneiro [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 146), sendo essa uma das participações dos meios de comunicação de massa locais na construção da identidade cultural no contexto tocaninense.

Neste contexto, o jornal, enquanto produto midiático, deixa de ser concebido apenas como suporte e aparece como um dispositivo, segundo as novas orientações da semiologia dos discursos sociais (FACCIN, 2008).

Assim, o jornal é portador de (e) uma voz coletiva (de certo grupo) e, dessa maneira, constitui-se também como um sujeito semiótico (LANDOWSKI, 1992).

Partindo do pressuposto que esta relação – entre os meios de comunicação e a identidade cultural – acontece em vários níveis como, por exemplo: nacional (ORTIZ, 2006), em unidades federativas (BAHIA, 2009), municipal, bairros e até em grupos sociais. Os meios de comunicação também se relacionam com identidades étnicas, classes sociais, econômicas e outras, mas, neste estudo, procuramos balizar esta relação regionalmente, ou seja, na construção da identidade cultural tocaninense. Antes de iniciar a análise – recorte da realidade tomado como objeto de estudo –

⁹ Segundo Silva (2008, p. 191): “As publicações oficiais sobre a sociedade e a cultura do Tocantins, que circularam entre 1999-2002, em folhetos e almanaques (Almanaque Cultural do Tocantins), tiveram o papel de apresentar as lideranças políticas deste período e as suas realizações [...]”.

algumas linhas são dedicadas ao delinear conceitual dos termos cultura e identidade e como são utilizados como categoria de análise, para esse estudo.

Identidade Cultural

Há uma complexidade e abrangência semântica, social e histórica que torna laboriosa a construção conceitual precisa dos termos cultura e identidade. Mesmo porque, não raramente, ambos são confundidos e/ou aparecem imbricados ou ainda utilizados como sinônimos. Entretanto, há diferenças diacríticas entre os termos que os distingue enquanto conceito e categoria de análise.

Diante disso, o que se propõe é apresentar breves acepções dos termos, fazendo um recorte, no qual reportamos as ideias centrais acerca de cultura e identidade encontradas em Anderson (2008), Bhabha (2013), Cardoso de Oliveira (2006), Geertz (2008), Hall (2006) e Williams (2000).

Raymond Williams (2000), sintetiza a polissemia e a polifonia (autores que falam de) da conceituação do termo e apresenta algumas transformações e (re)significações que ocorreram entre os séculos XVIII e XX, a respeito da compressão da palavra cultura, as quais podem ser compendiadas e enumeradas como sendo:

[...] (i) um estado mental desenvolvido – como em ‘pessoa de cultura’, ‘pessoa culta’, passando por (ii) os processos desse desenvolvimento – como em ‘interesses culturais’, ‘atividades culturais’, até (iii) os meios desses processos - como em cultura considerada como ‘as artes’ e ‘o trabalho intelectual do homem’. Em nossa época, (iii) é o sentido geral mais comum, embora todos eles sejam usuais. Ele coexiste, muitas vezes desconfortavelmente, com o uso antropológico e o amplo uso sociológico para indicar ‘modo de vida global’ de determinado povo

ou de algum outro grupo social. (WILLIAMS, 2000, p. 11).

O autor acrescenta que a cultura pode ser compreendida como o resultado de diversas formas, as quais precederam as convergências de interesses, sendo as principais ‘o espírito formador de um modo de vida’ e a ‘ordem social global’. Entretanto, tanto o ‘espírito formador de um modo de vida global’ quanto ‘uma ordem social global’ – tal como foram utilizadas – têm premissas etnocêntricas, hegemônicas, pois, aqueles que constroem ou discorrem sobre tais categorias, as ordenam segundo a sua própria perspectiva cultural. Afinal, no interstício relacional da sociedade-história-cultura e produção cultural (com seus meios e perspectivas econômicas), os estudos de base marxista; “afirmam que a arte reflete a estrutura socioeconômica da sociedade dentro da qual é produzida.” (WILLIAMS, 2000, p. 34). Ou seja, é como compreender a cultura do ‘outro’ com as lentes culturais do observador. Sendo essa a perspectiva que promove o diálogo com outro autor utilizado para significação conceitual do termo, Clifford Geertz (1926 – 2006).

As concepções de Geertz a respeito de cultura, imbricam o sistema simbólico e promovem impactos no conceito de homem. Ou seja, a partir do momento em que a cultura é compreendida como:

[...] um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extra-somáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma,

ordem, objetivo e direção às nossas vidas.
(GEERTZ, 2008, p. 37).

Logo, por ser simbólico, pode-se inferir que ‘transformar-se’ em humano precede a passagem por alguns ritos. O ritual tem a característica de confirmar, no mundo simbólico, algumas características já estabelecidas pelas desigualdades sociais. Assim, o: “[...] ato de instituir simula, através da encenação cultural, que uma organização social arbitrária é assim ‘um delírio bem fundamentado’, dizia Durkeim, ‘um ato de magia social’, conclui Bourdieu, [...] ‘transforma-te no que és’.” (CANCLINI, 2008, p.193), no caso transforma-te em ‘Tocantins’.

Conjugando, pode se inferir que o termo cultura é o que atribui ao ‘homem’ a ‘condição de homem’ ou ‘característica da natureza humana’, Berger; Luckmann (2004, p. 72, grifo nosso) acrescentam que, “[...] embora seja possível dizer que o homem tem uma natureza, é mais significativo dizer que *o homem constrói sua própria natureza* [...].” Ou que; “na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética *o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo.*” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 241, grifo nosso).

Já o conceito de identidade, tal como a de cultura, é concebido dentro de um campo semântico, demasiadamente, complexo para ser deslindado fora de um contexto específico. Vale destacar, no entanto, que as transformações e (re)significações se dão desde ‘aquilo’ que está no cerne, na ‘essência do ser’ até alcançar a projeção de identidade coletiva, nacional ou mais universais como os arquétipos de homem e mulher (tão questionado nos estudos de gênero da denominada Nova Onda Feminista).

Delimita-se ao caminho conceitual de identidade – ou ‘descaminho’, para usar termo de Cardoso de Oliveira

(2006)¹⁰ – como construção social, pelos marcos simbólico da diferença, da relação com o ‘outro’, para, então, sintetizar a opção teórica que dará subsídio para discussão deste estudo.

Seguindo esta perspectiva do ‘jogo de símbolos identitários’, concatena-se que as oposições são importantes no processo de construção da identidade, de maneira que a diferença é o elemento central dos sistemas classificatórios e por meio dos quais os significados são produzidos. Os sistemas simbólicos produzem as estruturas classificatórias que norteiam o sentido e a ordem social. Sendo assim:

A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades [...] O *social* e o *simbólico* referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definido, por exemplo, quem é excluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas ‘relações sociais’ (WOODWARD, 2013, p.14, grifo da autora).

Sendo assim, a identidade pode ser concebida como algo formado por processos sociais e, segundo Berger e Luckmann (2004, p. 228), “uma vez cristalizada, é mantida,

¹⁰ A ideia de ‘descaminhos da identidade’ é cunhada por Roberto Cardoso de Oliveira (2006, p. 88): “Quando, em sua movimentação no interior de sistemas sociais, os caminhos de que se valem levam-nas a viverem situações de extrema ambivalência. São seus descaminhos, ainda que não necessariamente equivocados, pois em regra tendem a ser os únicos possíveis — conjunturalmente possíveis —, na medida em que o processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade envolvente do que pelas ‘fontes’ originárias dessas mesmas identidades [...]”

modificada ou mesmo modelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social”. Afinal, a “[...] realidade é socialmente definida. Mas as definições são sempre *encarnadas*, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade.” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 157, grifo do autor).

Sintetizando, para esse estudo, a identidade cultural é compreendida como algo construído e como o que permite ao indivíduo que seja localizado socialmente e, de igual maneira, se localize em um sistema social.

Após apresentar o contexto histórico do Estado do Tocantins e a conceituação e categoria de análise que serão utilizadas para compreensão do fenômeno social da construção da identidade cultural, questiona-se: como o jornalismo tocantinense ancorou, deu voz a esse discurso? Essa questão instiga o próximo subtítulo, que tem o desafio de enxergar o objeto de estudo a partir de sua veiculação na mídia local.

Uma versão midiática da construção social da identidade cultural: o caso do Estado do Tocantins

O desafio de análise da história ou dos fatos ‘do tempo presente’, como ‘testemunhos diretos’ requer elucubrações que contemplem, conjunturalmente, os fatos, os atores sociais, suas ações, discursos e a força societal desses discursos¹¹ na formação da memória e imaginário social, concomitante ao prosseguir do ‘jogo simbólico’, no qual se tem a contínua inserção de novos elementos.

Como nesse estudo se busca depreender a forma como se deu a recente a construção da identidade cultural por atores, agentes e instituições sociais, ao percorrer o caminho da análise, delimita o recorte de tempo compreendido entre janeiro de 2003 e janeiro de 2011. Uma

¹¹ Isto é, não apenas o que é dito e o quem diz, mas o que está por ‘detrás’ do que é dito (DIJK, 2008).

vez delineado o aporte teórico e o objeto, desenleamos a ancoragem que os veículos midiáticos *Jornal do Tocantins (JTô)* e *O Girassol* deram ao fenômeno de construção social da identidade cultural no Estado do Tocantins.

Isto posto, dá-se início à análise com a matéria: ‘Uma bailarina no comando da Fundação Cultural¹². Nessa matéria, destaca-se a frase na qual a jornalista descreve a [então] presidente da Fundação Cultural do Tocantins – Funcult, Meire Maria Monteiro, como: “[uma] Pioneira em Palmas [...]. *Atuante na construção da identidade cultural tocantinense [...]*” (D’ANGELO, 2003, p. 1, grifo nosso). Pelo dito nessa frase pode-se inferir, pela AD, que os pioneiros em Palmas ou Tocantins ‘atuaram na construção da identidade cultural’. Na sequência, a própria gestora expõe como irá trabalhar, em: “[...] a bailarina carioca e tocantinense por opção, foi clara ao delinear o perfil da atuação da Fundação afinada com os propósitos do novo Governo do Estado que é ter um artista tomando conta da Cultura.” (D’ANGELO, 2003, p.1). Essa dicotômica posição de ser uma artista na gestão e de atuar em consonância com a gestão de governo¹³ é sinalizada como positiva: “Espero que os artistas aproveitem para trazer boas idéias (sic) porque estou extremamente disposta a colaborar nas aéreas da música, dança, teatro, artes plásticas e trabalhar a formação de plateia (sic)”, disse Meire¹⁴.” (D’ANGELO, 2003, p. 1). Embora não seja o foco da abordagem, destaca-se que a dicotomia consiste em estar

¹² Matéria veiculada como capa do caderno Arte & Vida, do *JTô*, no dia 07 de janeiro de 2003, assinada pela jornalista Zuleide D’Angelo.

¹³ Conforme exposto na matéria o governo do Estado do Tocantins seguiu a tendência nacional de atribuir a um artista a função de gestor de políticas de cultura, no caso, em nível nacional, no Ministério da Cultura, o cantor e compositor Gilberto Gil e, no Tocantins, a bailarina e produtora cultural Meire Maria.

¹⁴ Os textos em análise são anteriores a reforma ortográfica, assim as palavras foram transcritas conforme o jornal veiculou.

artista/gestor institucional e em consonância com a gestão de governo. Afinal, nem sempre as políticas de governo e/ou Estado para cultura norteiam-se com as pautas oriundas da classe artística do lugar.

Assim, na matéria como um todo, pode-se inferir a partir dos pressupostos teóricos da AD, no qual utiliza do dispositivo de colocar o dito em correlação ao não dito¹⁵, propostos por Orlandi (1999), na frase, o não dito, ou melhor, o dito nas entrelinhas é: “que o Governo, colocando uma ‘atuante na construção da identidade cultural tocantinense’ e ela, por sua vez, atuará em consonância com as políticas de governo, assim estando à frente da gestão da cultura do Estado, é porque as ações de governo compõem a construção social da identidade cultural?”. (ver figura 1).

Figura 1 – Matéria: ‘Uma bailarina no comando da Fundação Cultural’



¹⁵ Isto é; “o que sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.” (ORLANDI, 1999, p. 59).

Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 07 de janeiro de 2003, no *JT*o.

Dando sequência à análise a propaganda do governo sobre o ‘Dia da Cultura’, com o título: ‘Tocantins – cultura é a nossa identidade’¹⁶ (ver figura 2).

Figura 2 - Propaganda: ‘Tocantins - cultura é nossa identidade



Fonte: Fotografia de publicidade veiculada no dia 05 de novembro de 2004, no *JT*o

Perante a imagem da peça publicitária tem-se, a priori, que o significado do termo identidade está mais próximo da ideia de “caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa” (FERREIRA, 2001, p. 371). No caso, o sujeito é o

¹⁶ Publicada no caderno Arte & Vida do *JT*o, no dia 05 de novembro de 2004.

Estado do Tocantins que, na frase, tem como característica a cultura. Isto é, o Tocantins é (re)conhecido por ter cultura, a qual é representada por meio de manifestações artísticas. Ao analisar a peça publicitária como um todo, se percebe a perspicácia ao utilizarem imagens em alusão às cédulas do Registro Geral (RG) e, assim, diz: essa [a sua cultura] é a ‘identidade’, o Registro Geral do Tocantins. As manifestações expressas são a Dona Miúda (tecendo capim dourado), Cerâmica Krahô (etnia indígena do Tocantins); Cavalhadas, Festa do Divino, Catedral de Porto Nacional, Memorial Prestes, Artesanato, Palacinho, Pintura Rupestre, ‘Seu’ Nascimento da Rabeca e Danças Tradicionais. Desse modo, ao se referir à identidade do Tocantins como a cultura, mas a significando em uma cédula de RG, pode-se inferir, pela AD, que é identidade cultural do Tocantins as manifestações artísticas que foram reconhecidas, portanto institucionalizadas, como o que está registrado em uma ‘cédula’.

Outra matéria é: ‘Cultura Palmense com cara nova’¹⁷. Trata-se de uma entrevista com o [então] novo gestor da Secretaria Municipal de Cultura de Palmas, Odir Rocha. O texto aborda como será a gestão da cultura na capital e Odir afirma que pretende tombar e administrar a Casa Suçupara¹⁸ e, além disso, revitalizar e transformá-la no Museu Histórico de Palmas. (ver figura 3).

¹⁷ Publicada na capa do caderno Arte & Vida, no *JT0*, no dia 04 de janeiro de 2005, com assinatura da jornalista Elisângela Farias.

¹⁸ O prédio foi erguido em 1987, para ser sede da fazenda Triângulo, mas, após a desapropriação, em 1989 a construção sediou a prefeitura de Palmas – de janeiro de 1990 a 20 de maio de 1990 – quando no primeiro aniversário da capital inaugura-se o Paço Municipal e a Praça Pioneiro do Bosque. Assim, com a transferência da prefeitura para sede definitiva a Casa Suçupara foi ocupado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), posteriormente, serviu de sede do Departamento de Estradas e Rodagens do Tocantins (Dertins) e administração do Parque Cesamar.

Figura 3 – Matéria: ‘Cultura palmense com nova cara’



Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 04 de janeiro de 2005, no *JTo*

Diante do exposto, destaca-se que, ao se abrigar em um museu, uma narrativa é institucionalizada. Assim, os ‘heróis’, ‘pioneiros’ de Palmas teriam sua história selecionada, armazenada e exposta para que sejam lembradas. Desta forma, o relembrar seria reencontrar “[...] o *pertencimento*, princípio e *segredo da identidade*. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente. [...] Nesta tradição que só tem como história sua própria memória, *ser judeu, é se lembrar de ser judeu* [...]” (NORA, 1994, p. 18, grifo nosso). Isto é, trazer uma narrativa para o espaço institucional – museu – torna-se um assunto interessante, em se tratando da recente história de Palmas. Isto é, pode-se inferir mais uma vez um ‘ato institucionalizante’

oficializando o que é a memória do Tocantins/Palmas, quais são seus heróis e sua identidade cultural.

Retomando a ideia de que os artistas tocantinos também se apropriaram e atuam no papel de ‘construtor’ social da identidade cultural do Estado e de sua capital, discutimos esse sentimento na análise da matéria: ‘Noite Tocantinense no DF¹⁹’, na qual o cantor e compositor tocantinense Dorivã fala sobre o lançamento de um CD, em Brasília, conforme apresenta a reportagem (ver figura 4).

Figura 4 – Matéria: ‘Noite Tocantinense no DF’



Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 12 de julho de 2005, no JTo

Na matéria, o cantor afirma que: “A idéia é fazer uma noite tocantinense, com música do Tocantins e que demonstram a identidade do Estado” (FARIAS, 2005, p. 3).

¹⁹ Publicada no caderno Arte & Vida do *JTo*, no dia 12 de julho de 2005, com assinatura de Elisângela Farias

Pode-se inferir, a partir dos pressupostos teóricos da AD, que na frase, o não dito, ou melhor, o dito nas entrelinhas é: ‘Faço música tocantinense, portanto, sou construtor da identidade do Estado. Afinal, a música que componho demonstra essa identidade’. Ou seja, trata-se de um ato de apropriar-se da posição de construtor da identidade musical, portanto, cultural do Estado do Tocantins.

Já na matéria ‘Os desafios de um novo tempo na cultura do Tocantins²⁰’, é apresentado, novamente, o sentimento de personagem participante da construção da identidade cultural do Estado do Tocantins como gestor de cultura, em nível de Estado, quando Kátia Rocha, [então] nova presidente da Fundação Cultural do Estado do Tocantins (Funcult) e secretária de Estado de Cultura (Secult), em entrevista, diz: “Hoje meu desafio é muito maior, naquele momento peguei uma secretaria no começo, *uma cultura do zero*. Onde junto com a classe artística *nós construímos uma identidade cultural do Estado*. [...]” (SOUZA, 2011: 1, grifo nosso)²¹. O momento ao qual a entrevistada se refere é compreendido entre julho de 1996 e outubro de 1999²² e também de abril a dezembro de 2002. Perante o exposto, pode-se inferir que há a clara ideia de que as ações de governo constroem a identidade cultural, ou seja, os ‘atos institucionalizantes’ são entendidos pela gestora como constructo de uma realidade. Uma vez compreendido assim, a então presidente da Funcult tem pra si, conforme exposto, que ela, enquanto gestora de cultura, junto com a classe

²⁰ Publicada na capa do caderno Arte & vida do *JT0*, no dia 25 de janeiro de 2011, assinada pela jornalista Jarlene Souza.

²¹ A fala de Kátia Rocha é inserida na matéria no subtítulo ‘Posse’, que a apresenta assim: “Por ter sido pioneira à frente da Secretaria de Cultura do Tocantins” (SOUZA, 2011: 1).

²² Momento que atuou como gestora de cultura, em nível de estado, precedida por Meire Maria de janeiro de 1995 a julho de 1996. Meire Maria, retorna à gestão da cultura estadual, em janeiro de 2003 e fica até 28 de janeiro de 2005.

artística, construíram a identidade cultural do Estado do Tocantins e, agora [em 2011, no caso], é preciso de outras ações (ver figura 5).

Figura 5 – Matéria: ‘Os desafios de um novo tempo na cultura do Tocantins’



Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 25 de janeiro de 2011, no *JT0*

Outra questão que, pela AD se extrai da fala de Kátia Rocha, é que o que havia de cultura no Tocantins – utilizado, inclusive na formação do discurso autonomista do último movimento separatista (1981-1988) – o qual afirmava que a cultura do norte goiano era diferente do centro-sul do Estado do Goiás e, por isso, deveriam se separar – não pertencia mais a esta nova urdidura da identidade cultural,

ditos com a expressão: “uma cultura zero”. Assim, com o ‘esquecimento’ das expressões e manifestações da cultura que se fazia no Estado do Tocantins, quando ainda norte goiano, concomitante ao ‘apagamento’ da história de outras cidades, ao trazer o foco para a construção de uma nova cidade para ser a capital, tem-se o subsídio para se ‘imaginar’ o processo de legitimação dos novos símbolos (SILVA, 2008; OLIVEIRA, 2012; RODRIGUES, 2008). Isto é, ao se apagar uma memória (antigo norte-goiano) e se imaginar, construir e projetar outra (Tocantins-Palmas), por meio de ações governamentais, se propicia que os atores, que protagonizam nesse cenário, introjetem o sentimento de construtor de uma nova narrativa, a qual será contada a partir do tempo zero, especificamente o tempo ausente da ‘última cidade planejada do século XX’. Entretanto, o que esses atores e instituições não percebiam é que o que se construiu do nada foi uma cidade – concreta – e não uma identidade cultural, afinal ‘não se imagina nada do nada’ (ANDERSON, 2008).

Considerações Finais

A análise da construção social da identidade cultural do Estado do Tocantins se faz um estudo que se inscreve como novo ou pouco divulgado na literatura especializada. Sobretudo, por entender que se trata de um segundo momento de deliberação política acerca do que é o Tocantins e quais são os símbolos e manifestações artísticas que representam a identidade cultural do Estado. Além disso, visa contribuir com as pesquisas que relacionam práticas políticas e construção social de identidade cultural, no caso, em nível de Estado, nas quais se têm a tessitura, projeção e legitimação de símbolos que a representem. Vale destacar que compreendemos o fenômeno como invenção de tradições e construção de memória e imaginário coletivo,

deliberados politicamente por atores sociais, sejam eles artistas e/ou gestores políticos.

Assim, nesse artigo buscamos demonstrar como essa narrativa que foi e é ancorada em veículos midiáticos de circulação local, os quais após um recorte de tempo, foram analisados nesse estudo, mas que não se esgotam nesse desenredo.

Referencias

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. 3. Reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAHIA, José Pericles Diniz. **Ser baiano na medida do recôncavo**: o jornalismo regional como elemento formador de identidade. 2009. 225f. Tese (Mestrado em Cultura e Sociedade) Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp117436.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5. Ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado da sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano Souza Fernandes. 24 Ed. Petrópolis (RJ), 2004. Disponível em: <<http://cristianordriguesdotcom.files.wordpress.com/2013/06/bergerluckman.pdf>>. Acesso 03 mar. 2015.

BHABHA, Homi K.. **O Local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2. Ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Coleção Humanitas.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. Ed., 4. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp: Brasília: Paralelo 15, 2006

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3. Ed., Rev. e Ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FACCIN, Milton Júnior. Jornais Gaúchos: operações de sentido da identidade regional. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, 2008. **Anais eletrônicos**. Natal, 2008. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-2043-1.pdf>>. Acesso em 01 jan. 2014.

GEERTZ ,Clifford James O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: _____. **A interpretação das culturas**. 1. Ed., 13. Reimp., Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 25 -39.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. Ed., Rio de Janeiro: DP & A, 2006

HOBSBAWM, Eric J. ; RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante, 2. Ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo: Pontes, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Traduções** (tradução de Yara Aun Khoury). In: **Revista Projeto História** – Programa de Estudos Pós-graduados em História e Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), v. 10, São Paulo, 1994. Disponível em <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>> Acesso em 14 out. 2014.

OLIVEIRA, José Manoel Miranda de. **Estratégias Separatistas e Ordenamento Territorial: a criação de Palmas na consolidação do estado do Tocantins**. 2012. 295f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3319/1/Estrat%C3%A9giasSeparatistasOrdenamento.pdf>>. Acesso em 23 nov. 2014.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos**. 2. Ed., São Paulo: Hacker Editores, 2002.

RODRIGUES, Jean Carlos. **Estado do Tocantins: Política e Religião na construção do espaço de representação tocantinense**. 2008. 148f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp077828.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2015.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. **“Girassóis de Pedra”**: imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo. 2008. 239f. Tese (Doutorado em Geografia) Curso de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2008/silva_vcp_dr_prud.pdf> Acesso em: 15 maio 2015

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade - uma teoria social da mídia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: A**

Gilson Pôrto Jr.; Ana Carolina Costa dos Anjos (Orgs.) | 61

Perspectiva dos Estudos Culturais. 13. Ed., Petrópolis
(RJ): Vozes, 2013.

Mídia, Lógica de Mercado e Relações de Poder

*Taianne Santos Moreira de Souza*¹
*Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior*²

Introdução

É sabido que os veículos de comunicação não sobrevivem sozinhos, afinal, trata-se de instituições que mesclam interesses públicos e privados, além de estarem imbricados em um conjunto de forças e interesses entre os agentes da comunicação; leitores; internautas, telespectadores, ouvintes e demais grupos que participam da sustentação econômica e financeira dessas empresas midiáticas. Vale lembrar que, para existirem, essas empresas-jornais dependem de recursos humanos; físicos ou materiais; tecnológicos; logísticos; financeiros e operacionais.

¹ Aluna Especial do Mestrado em “Comunicação e Sociedade” da Universidade Federal do Tocantins. Pós-graduanda em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Jornalista graduada também pela UFT. Atualmente faz parte do grupo de pesquisa Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE) da mesma Universidade. Também atua como Editora do Programa Globo Esporte da TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo no Tocantins.

² Pós-doutorando em Jornalismo e Sociedade (FAC-UnB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa UFT. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordena pesquisas em ensino de jornalismo digital e preservação da Memória.

A produção de um jornal impresso, por exemplo, desde a sua diagramação, impressão; transporte; recursos humanos e materiais; e a divulgação; ocasionam em custos e, portanto é necessário recorrer a outras formas de obtenção desses recursos financeiros. Diante desse cenário, surge a seguinte problemática norteadora do nosso trabalho: como se comportam as empresas de comunicação diante da lógica de mercado? Consideremos a hipótese da pouca autonomia da comunicação, sobretudo do jornalismo, diante dos grupos políticos, religiosos, econômicos, sociais, culturais e financeiros, a ponto de muitas vezes não se sobrepor a esses campos.

Instituições, organizações, empresas de diferentes setores, grupos de agentes públicos e privados, e o próprio Estado, se tornaram ao longo dos anos, importantes financiadores da comunicação e fontes de recursos financeiros das empresas desse segmento. Essa relação de dependência é de difícil mensuração, pode vir por meio de contratos e ligações financeiras ou de informes publicitários; publicações de anúncios; anúncios publicitários; balanços patrimoniais; atas de reuniões e assembleias; avisos de licitações, concorrências públicas, editais judiciais, ou ainda da publicidade eleitoral, que geralmente são veiculados em jornais de grande circulação, o que corrobora em relações diretas ou indiretas com a imprensa.

Partimos da premissa que os diferentes agentes que constituem a estrutura de um determinado “campo social” podem ser entendidos a partir das suas posições diante de um conjunto de relações com os proprietários dos veículos de comunicação de massa. A produção das notícias de um jornal pode ainda sofrer diferentes interferências dos seus respectivos pares; dos grupos pagantes; intermediados pela publicidade ou inserções na mídia. Durante a atuação profissional faz-se necessário considerar os princípios e critérios que norteiam o jornalismo, como a ética e a checagem, fatores esses que definem o que pode ou não ser

veiculado. No entanto, é sabido que no intercuro desse processo, os agentes da comunicação e seus respectivos veículos de atuação lidam todos os dias com restrições externas e internas no seu campo de trabalho.

Muitos grupos ou agentes políticos, culturais, econômicos e sociais se apropriam do espaço da mídia, para reforçarem suas relações de poder, o que justifica a importância de tal estudo. O processo de produção e divulgação dos produtos e serviços oferecidos pelos veículos de comunicação é permeado por sistemas e por que não dizermos, por subversões, que em muitos casos podem caminhar juntos com o capitalismo, as lógicas de mercado e a busca da permanência ou alternâncias de poderes. Vale considerarmos que os grupos empresariais podem ainda serem interlocutores desses aparelhos chamados de “empresas de comunicação”.

O presente estudo tem como metodologia, a revisão bibliográfica a partir de autores do jornalismo econômico e político, além de estudiosos da sociologia. Trata-se de uma análise da dependência econômica e financeira, que permeou a comunicação ao longo dos anos. São descritos momentos da conjuntura econômica e política que foram decisivos para esse campo. A discussão é feita por meio um breve retrato histórico com exemplos de acontecimentos que marcaram o nosso país. Também se considera as relações do jornalismo com a lógica de mercado e a financeirização que permeia esse subcampo da comunicação social. Por último, trabalha-se a discussão quanto ao “casamento” que envolve esse campo e os diferentes poderes.

Um das premissas defendidas pelo campo do jornalismo é a de manter sua independência partindo dos princípios éticos e morais previstos pela profissão. A partir de então, cabe outra importante indagação: é possível atender esse princípio perante a linha editorial de um veículo de comunicação? Sabemos que trata de uma dinâmica complexa, no qual é necessário considerarmos nesse estudo,

o fato das empresas de comunicação de massa serem unidades produtivas, tendo a informação como sua principal fonte de recurso e matéria-prima, constituídas por metas, que movem a sustentação econômica e financeira.

Dependência Econômica e Financeira

Para entendermos como se deu a construção e como funcionam as relações de produção de um jornal atrelado à dependência — considerado por Quintão (1987) como um “modelo de imprensa industrial” — utilizaremos os conceitos do sociólogo Bernardo Kucinski (1996) e de Suely Caldas (2003; 2005). Esses jornalistas econômicos, não trazem nesse trabalho, levantamentos empíricos, mas sim relatos das suas experiências, enquanto profissionais de economia, que auxilia-nos na compreensão do assunto. Outros estudiosos também já analisaram essa complexa relação do jornalismo com o mercado (é o caso do sociólogo Frances Bourdieu, 1997) e com as esferas políticas (Lasswell, 1927; Castells, 2000, dentre tantos outros).

O cientista político, Thomas Meyer defende que as transformações políticas surgem atreladas a padrões em suas relações com a mídia. O autor trabalha a ideia de “colonização”, segundo o qual, os meios de comunicação influenciam todo o processo político (MEYER, 2002, p. 11). Acerca desse cenário, Castells (2000, p.368) esclarece que esta busca de inserção dos agentes³ políticos nos meios midiáticos, causam impactos na organização política e nos processos decisórios e métodos de governo, de modo a alterar a natureza da relação entre sociedade e Estado.

³ Na presente análise, consideraremos o termo “Agente”, a partir da definição de Bourdieu (1992, p.107) que explica que trata-se indivíduos que são socialmente constituídos como ativos e que agem no campo (...) pelo fato de possuírem as propriedades necessárias”.

O também cientista político, Lasswell centrou seus estudos em determinada época de sua vida, às pesquisas em comunicação. Em sua trajetória, avaliou os impactos da mídia norte americana durante a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), que segundo o autor, conseguiram persuadir a população a apoiar. Sob esse aspecto e é categórico: “Propaganda é o gerenciamento de atitudes coletivas pela manipulação de símbolos significantes. A palavra atitude é entendida como a tendência a agir segundo alguns padrões de valor” (LASSWELL, 1927, p.627).

Sodré (1999) defende a ideia de que o surgimento da imprensa aparece atrelado ao nascimento do capitalismo. Habermas (1980, p. 213) também corrobora dessa opinião e explica que a “mercantilização da informação começou no estágio inicial dos impressos, quando eram empresas artesanais e o lucro o princípio da sobrevivência”. Para Traquina (2001, p.194), minimizar os custos e maximizar os lucros vem a ser o objetivo principal da mídia. Quintão (1987) afirma que, se tornarem fontes de lucros e receitas são as maiores preocupações dos veículos de comunicação. Seja como instituição, campo ou espaço social, os agentes da mídia, no transcorrer do processo de produção e divulgação das notícias, se veem acoplados “por interesse privados ou conveniência ideológica, ao Estado e ao capital estrangeiro” (QUINTÃO, 1987, p.92).

A Dependência da Comunicação a partir do Contexto Histórico

Em linhas gerais, essa seção trará um resgate histórico dos principais acontecimentos que marcaram a conjuntura econômica e política do nosso país e que tiveram a imprensa como mola propulsora. Sob a luz de teóricos da comunicação social, tenta-se trazer um pouco desse jogo de relações, a partir de contextos históricos. Destacaremos também, alguns fatos que marcaram os modelos econômicos

e que trouxeram cenários diferenciados no campo do jornalismo, principalmente no que tange a dependência econômica e financeira das empresas-jornais.

A década de 40, por exemplo, foi considerado o período da redemocratização. Na década seguinte, deu-se a criação de duas importantes estatais, a Vale do Rio Doce e a Petrobras, com isso a economia prosperou e se diversificou sob o guarda-chuva do Estado. Quintão (1987) lembra que esse período foi marcado pelo fato dos editores dos grandes jornais entenderem que as notícias de assuntos ligados à indústria ou ao comércio em geral, apresentavam um cunho promocional e que, conseqüentemente deveriam ser tratadas como “matérias pagas”.

Dentre as marcas dos anos 50, Lene (2004) destaca que, se deu uma tentativa de reorganização do sistema capitalista, e assim, os jornalistas especializados no setor econômico e político, se desdobravam para retratar os conseqüentes impactos na economia. Foi também durante essa década que, chegaram ao Brasil, as multinacionais, empresas essas que possibilitaram a disseminação das assessorias de imprensa. Estes profissionais, nas duas décadas seguintes, foram responsáveis pela cobertura triunfalista do “Milagre Econômico”⁴ que perdurou entre 1968 a 1973. (KUCINSKI, 1996, p.178). Ainda sobre esse momento econômico, político e histórico, Quintão (1987) destaca que, durante esse mesmo período, o discurso do governo concentrava-se numa censura violenta sobre a imprensa.

Ainda sobre os anos 50, Quintão (1987) lembra que as principais fontes de receitas dos jornais, procediam dos editais de cartórios, protestos, das atas de assembleias, dos

⁴ Kucinski (1991, p.53) relata que o Milagre econômico, foi o período em que o Produto Interno bruto (PIB) cresceu 115% ao ano, quase o dobro da média histórica do país. Essa fase também foi marcada pelo afluxo de capitais estrangeiros a baixo custo, pelas políticas de concentração de renda e pelo êxodo rural.

balanços e comunicados das empresas ao público, dentre outros - situação que como já é sabido, não mudou muito nos dias de hoje. No intervalo das décadas de 50 e 60, se deu a expansão do mercado publicitário, no Brasil, que veio atrelada a instalação das indústrias de bens de consumo, o que resultou no aperfeiçoamento dos meios de comunicações. Caldas (2003) lembra que Assis Chateaubriand, o Chatô, como era conhecido, foi um dos grandes mediadores e fez fortuna através da inserção da publicidade, no Brasil.

Durante o golpe de 64, que levou à destituição do então presidente Goulart, lá estava ela: a imprensa. Em 1964, grande parte dos jornais, apoiou a ação dos militares, exceto o Jornal “Última Hora”. As primeiras denúncias de torturas praticadas pelo regime militar foram feitas poucos dias depois do golpe, pelo Jornal “Correio da Manhã”. É importante destacar que, foi no cenário da ditadura que se deu o crescimento de uma imprensa mais alternativa. Kucinski (1991, p.5) destaca que, durante os quinze anos do regime militar no Brasil (1964-1980), nasceram e morreram uma média de 150 periódicos, sendo que todos eles tinham como principal característica a oposição a esse regime.

As jornalistas de economia, Caldas (2003) e Lene (2009, p.60), corroboram do mesmo pensamento ao destacarem que as maiores intervenções do jornalismo por parte do Estado, aconteceram durante o regime militar, afinal, assim como lembra as autoras, durante esse período, os maiores anunciantes eram as empresas estatais e as instituições ligadas ao governo. É possível ainda dizer que: “É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos”. (KUCINSKI, 1991, p. 6)

Ainda sobre o período da ditadura militar, Quintão (1987, p.86) lembra que depois do golpe que marcou a

década de 60 e a história do país, os proprietários dos jornais foram obrigados a “trocar compromissos públicos, políticos e até partidários por um modelo de imprensa industrial”. Segundo o autor, a imprensa do eixo Rio-São Paulo, passou a obter concessões fiscais e outros privilégios, que até então eram exclusivos do Estado. Vale lembrar que na década de 1960, as vendas dos jornais impressos e os reduzidos preços cobrados, traziam pouco retorno (situação que se prolonga até hoje), e para complementar a receita, a publicidade surge com mais força. Essa fase da nossa história pode ser entendida a partir de Lene:

Durante a ditadura Vargas, a imprensa tinha sido completamente controlada pelo Estado, via ação censória e reguladora do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A extinção do DIP significou não apenas o desaparecimento da censura, mas também o fim do controle dos órgãos de imprensa, o que facilitou (pelo menos em um primeiro momento) o surgimento de novos títulos. (LENE, 2009, p.41).

Bahia (1990) reforça que, a partir de então, deu-se uma maior expansão da construção de cadeias e redes de comunicação de âmbito nacional e regional, além de uma maior propagação dos produtos culturais. Nos anos 70, mais uma vez o Estado entra nesse cenário. Foi lançada nesse período, a Empresa Brasileira de Telecomunicações, a Embratel, e com ela surgem, inovações tecnológicas acrescidas de novos encargos; reestruturações nas redações; novas instalações e equipamentos; empréstimos; juros e salários profissionais. E assim, os profissionais da comunicação passaram a exercer uma segunda jornada: a de empresários.

O “Jornal do Comércio” lançou, em 1972, um caderno de crítica à política econômica do então ministro da Fazenda, Delfim Netto. Nesse contexto, o Estado e seus aparelhos

ideológicos, mostrariam mais uma vez a força diante do jornalismo. De acordo com Caldas (2003), o Jornal não resistiu e suspendeu a circulação do periódico. A autora ressalta que esse acontecimento se transformou em um dos maiores encalhes, da história do jornalismo brasileiro no que diz respeito à censura (CALDAS, 2003). Em suma, podemos resumir os anos 70 como uma década da efervescência, marcada por diferentes acontecimentos como o fim do AI-5 (Ato Institucional de número 5)⁵, o lançamento do Pasquim que viria para encerrar com a anistia e a greve dos jornalistas.

A maior abertura política foi uma das marcas registradas dos anos 80. A jornalista de economia, Suely Caldas (2003, p.17), lembra que nesse período, a Gazeta Mercantil vendeu 24% de suas ações para fundos de pensão de empresas estatais, subsidiando recursos financeiros a referida empresa jornalística. Para exemplificar essa rede de influências, institucionalizada por meio de diferentes mecanismos, Kucinski (1996), cita o caso da empresa aérea Varig que ofereceu durante a cobertura do colapso, em 1994, políticas de distribuições de passagens aos veículos de comunicação e a grupos políticos.

Em linhas gerais, da censura provocada pela ditadura até a chamada “democracia” registraram-se momentos de abertura ao mercado estrangeiro e uma ampliação das discussões de cunho econômico e financeiro, mais que em sua maioria estavam sempre ligados à esfera política. Desse modo, também é possível dizermos que o faturamento de grande parte dos grupos de comunicação, é sustentado por verbas públicas destinadas por agentes envolvidos de alguma forma com os proprietários desses veículos. Infere-se a partir

⁵ A promulgação do Ato Institucional de número 5 (AI 5) se deu em dezembro de 1968. Podemos dizer que surgiu concomitante com uma espécie de monitoramento, a implantação de uma das mais arbitrárias ditaduras que o Brasil já viu, em especial ao que diz respeito ao jornalismo econômico e político.

de então, que ao longo da nossa história foram vários os exemplos da construção de um “casamento”, no qual os detentores do Poder concedem benefícios aos proprietários das empresas de mídia que retribuem com generosos espaços e apoio ilimitado.

O Campo Jornalístico e a Lógica de Mercado

É sabido que, a presença da publicidade de instituições públicas e privadas – além dos agentes individuais - como inserções na mídia, é umas das ferramentas utilizadas por essas empresas no montante das receitas financeiras dos grupos detentores das empresas de comunicação e torna-se uma importante ferramenta de sustentação financeira para esses veículos. Nesse cenário, surge a necessidade de conquistarem um farto mercado de anunciantes, cujas mensagens dividem espaço com as informações publicadas por esses veículos. As notícias se mesclam com os avisos; anúncios; editais judiciais e de licitações; balanços; propagandas eleitorais; anúncios de candidaturas, dentre outros.

De acordo com a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), entre 1997 a 2010, mais de 65% da publicidade dos jornais impressos de todo o país, se encontravam nas páginas dos noticiários e aproximadamente 35% se localizavam nos classificados. Acerca dessa conjuntura, é possível dizer que esses espaços se tornaram importantes ferramentas de construção de modelos de livre mercado, por permitirem que os agentes, instituições, grupos empresariais e políticos ativem seus negócios, divulguem produtos, ações e serviços ou prestem contas das suas atividades.

Partimos da noção de campo de Bourdieu (1997, p. 77), no qual o jornalismo é tido como um campo social, influenciado ou pressionado por grupos ou agentes individuais das esferas econômicas, políticas e financeiras em busca de visibilidade ou até mesmo, por outras instituições

mediáticas; mediado pelos índices de audiência, no caso da TV e pelas assinaturas e vendas avulsas, no caso do impresso. O que irá mudar de um veículo para o outro será o grau de dependência, em relação a esses grupos de agentes. Bourdieu (1997) é enfático ao dizer que os jornalistas trabalham sempre com as mesmas restrições e os mesmos anunciantes. Em outras palavras, podemos dizer que os jornalistas se pautam, muitas vezes, na defesa de questões institucionais, e não pelos interesses públicos, como prevê o código de ética profissional.

Ainda segundo Bourdieu (1997), o campo do jornalismo, está sujeito à prova dos veredictos do mercado, através da sanção da sua respectiva clientela. O autor encara o campo jornalístico como um microcosmo com leis próprias, definido por variáveis e interfaces, como sua posição no mundo, além das atrações e repulsões que sofre dos outros microcosmos. O jornalista está, portanto, inserido em um contexto social, e tem esquemas de percepção, *habitus*, que, em última instância, de acordo com o sociólogo, seriam de classe. Resta saber como que se dariam as estratégias de conversão de *habitus* de classe em jornalístico, e vice-versa, a partir dos diferentes capitais, que seria a primeira proposição de estudos a partir das teorias bourdieusianas.

A notícia enquanto produto foi, de acordo com Cremilda Medina (1988), intensificada pela sociedade pós-industrial. Podemos inferir que, é nesse contexto, que a mídia começa a se render aos anunciantes. Em outras palavras, diante desse cenário, podemos dizer que os jornalistas se pautam, muitas vezes, na defesa de questões institucionais e mercadológicas, e não pelos interesses públicos, como prevê o código de ética profissional. Para Beltrão (1980), alguns fatores ditam a política e a linha editorial de um veículo de comunicação e baseiam-se em diferentes elementos, a saber:

[...] *a*) as convicções filosóficas do grupo; *b*) as informações e relações que envolvem o tema proposto; *c*) as sondagens e pesquisas realizadas na área de circulação e influência do veículo; *d*) a experiência jornalística dos chefes de redação, algumas vezes mesmo reunidos em conselhos editoriais; e, finalmente, *e*) os interesses econômicos da empresa. (BELTRÃO, 1980, p. 19).

No caso da televisão, Simões (2003) avalia que a reestruturação da sociedade esta voltada à organização de ações políticas, e é desse modo, que também se processa o sistema de manutenção das empresas de comunicação, afinal dentre as funções do poder político, estão às liberações de concessões para operarem as emissoras de televisão e radiodifusão, no que resulta muitas vezes numa espécie de “coronelismo eletrônico”. Sobre esse importante meio de comunicação de massa, podemos dizer ainda que há uma forte luta entre as emissoras pelas suas parcelas do bolo publicitário, processo esse que como já é sabido, acaba muitas vezes, por interferir no processo noticioso ou resulta no que Bourdieu (1997) denomina de “censura invisível.”

O sistema de concessões das empresas de telecomunicações e radiodifusão permite-nos questionar quanto à formação do sistema de comunicação no Brasil e no mundo. Notamos que muitas dessas ações podem ocasionar, em muitos casos, na falta de legitimidade do processo comunicacional. Nesse cenário que em muitos casos, mistura desregulamentações e organizações históricas do mercado, os agentes políticos individuais ou o próprio Estado, apresentam-se como grupos de pressão na abertura e sustentação de uma emissora de TV ou de radiodifusão. Muitas dessas relações – que na sua maioria são subjetivas – envolvem os sistemas de comunicação e acabam, às vezes, se constituindo em monopólios. Nessa perspectiva, Bourdieu (1997) lembra que ao submeterem-se à pressão comercial, esses meios de comunicação acabam:

[...] mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso fizesse o que supostamente faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade. (BOURDIEU, 1997, p.25).

Diante dessa subordinação aos subsídios concedidos pelo Estado e suas respectivas autarquias, Caldas (2003) afirma que, é possível de ser observada em regiões em que os veículos de comunicação pertencem aos agentes políticos e suas respectivas famílias. A mesma autora lembra que, durante o século XX, empresas jornalísticas eram obrigatoriamente familiares e não podiam vender ações para outras empresas, nesse caso, quando precisavam se capitalizar, a saída era recorrer a investidores privados (CALDAS, 2003). Acerca desse mesmo período, Kucinski (1998) faz menção aos Barões da Imprensa, que segundo o autor, se misturam no jogo de poder das elites dominantes.

Nesse sentido, é sempre importante destacar que as notícias são mercadorias, em forma de prestação de serviço público no qual são comercializadas pelos produtores da informação e consumidas pelos leitores ou telespectadores. Desse modo, podemos inferir que os interesses mercadológicos podem surgir antes mesmo que esses “produtos” cheguem até seu consumidor final. Esse ninho, em que se constituiu o jornalismo e que se desdobra diante da sua função principal que é compromisso com o público e a busca pela veracidade dos fatos, pode ser melhor explicado por Castells (2000, p. 376).

[...] os jornais relatam o evento e elaboram análises, a televisão o digere e divulga ao grande público, e o rádio oferece a oportunidade de participação ao

cidadão, além de abrir espaço a debates político-partidários direcionados sobre as questões levantadas pela televisão.

Essa “teia” permeada por diferentes conexões, em que se encontram os produtores da notícia pode ser resumida a partir dos conceitos de Cremilda Medina (1988). Segundo a autora, o ato ou exercício de informar faz parte de uma indústria nas mãos de diferentes interesses como os sociais, econômicos e políticos. A autora é categórica na tentativa de explicar melhor essa dicotomia “[...] o resultado mais claro desta ordem de coisas é a situação indefesa do público perante a conspiração informativa e a dependência, cada vez maior, a que se sujeitam os *mass media*” (MEDINA, 1988, p.15).

Em suma, podemos dizer que o campo que em que se insere a comunicação social é muitas vezes invadido pelas esferas econômicas, religiosas, sociais e políticas, acompanhados de interesses que podem direta ou indiretamente, interferir no processo de produção e posteriormente, de divulgação do conteúdo. O jornalismo, por exemplo, pode ser, portanto, considerado como um espaço de divulgação de produtos, ações, serviços e eventos idealizados pelo mercado, pelos diferentes grupos de agentes e, sobretudo, pela sociedade em geral.

O Jornalismo e as Relações de Poder

Para entendermos as instituições midiáticas, retornemos ao conceito de campo de Bourdieu (2000), pois define como o espaço de exercício do poder e a busca pela legitimidade dos grupos sociais. Quando se fala que a mídia é o “contra poder” ou o “quarto poder”, é pela sua capacidade de informar, investigar e denunciar, mas também pela sua disposição em fabricar ou distorcer fatos (no caso da mídia sensacionalista), além da sua forte influencia diante

da sociedade como um todo e principalmente, pela sua competência de produzir bens simbólicos. No entanto, podemos ir mais além, pois as instituições midiáticas não são apenas mediadoras entre os demais núcleos de poderes e instituições – sejam eles de que espécie – mas, sim ferramentas de construção do próprio poder, visto que são os veículos de comunicação que pautam e determinam o que o público vai ver⁶.

Muitas das relações de poder constituídas no processo jornalístico vão de encontro com as teorias de Michel Foucault (1979; 2002), nos seus estudos sobre as práticas sociais. Para o autor, não existe poder, mas sim, práticas ou relações que funcionam como uma máquina social que se dissemina por toda parte. Segundo o autor o que há são formas heterogêneas e em transformação. Trata-se de uma prática social e, como tal constituída historicamente. (FOUCAULT, 1979). O conceito foucaultiano trabalha com a identificação dos sujeitos agindo sobre outros sujeitos, além da comunicação e as relações sociais de poder. O autor explica que, diante desse cenário, os *media* utilizam-se do poder disciplinar, estes por sua vez exercem o papel de “adestrar”.

[...] Adestra as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais - pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina fabrica indivíduos (FOUCAULT, 2002, p. 143).

Os partidos políticos e as demais esferas públicas, por exemplo, acabam por ditar novas rotinas produtivas para a mídia, essa por sua vez, em muitos casos, acaba se vendo

⁶ É o que prevê a teoria do agenda *setting*, na qual os meios de comunicação pautam as conversas da sociedade e ditam o que vamos ler, ver ou ouvir.

diante de uma dicotomia: ora tendem a perder a identidade como mediadores entre a sociedade e o poder público; ora impondo à dinâmica e a organização desses poderes. Castells (2000) é categórico diante desse cenário, em que se encontram os meios de comunicação em geral, no que o autor denomina de “política informacional”, pois segundo o autor, as relações sociais e de poder são fortemente intermediadas pelos diversos segmentos que constituem a mídia:

[...] passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto, todos os partidos políticos, de ideologias distintas acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito. (CASTELLS, 2000, p. 367).

O desenvolvimento da mídia resultou no que Champagne (1998, p.139) denomina de “deslocamento progressivo do centro de gravidade do espaço político que passou das assembleias parlamentares para a mídia.” Ainda sobre as relações de poder envolvidas no processo jornalístico, inserimos aqui a discussão proposta por Luís Felipe Miguel (2002), que faz um paralelo de que quanto menor o volume de capital político, maior a dependência em relação à mídia. O fato é que deve-se considerar esse “ninho” de relações como uma espada de dois gumes, pois é viável para os agentes políticos no aspecto da visibilidade e do reforço na construção da imagem - que só é possível graças à mídia - mas que por outro lado, pode ter sua reputação enfraquecida mediante escândalos envolvendo políticos e seus respectivos grupos partidários.

É sabido que, as condutas éticas e morais fazem parte da essência do jornalismo, valores esses que estão previstas no código de ética profissional. No entanto, sabemos que na prática nem sempre é bem assim. Eugênio

Bucci (2000, p. 18), em sua obra intitulada como “Sobre Ética e Imprensa”, diz que ao falarmos em jornalismo estamos falando em vigilância do poder. O autor chega até mesmo a ser irônico e ao mesmo tempo realista, ao tentar explicar essa questão. Segundo Bucci (2000), objetivar que todas as redações possam ser ilhas de ética em determinadas empresas ou perante algumas sociedades nas quais as instituições democráticas sejam problemáticas, equivale a confiar em uma boa medicina dentro de um hospital com remédios falsificados (BUCCI, 2000, p.25). Diante dessa discussão em que mesclam o capital simbólico e a necessidade de aferir e conquistar o poder, Bourdieu (1997, p.103-104) reforça que:

[...] os diferentes poderes, e em particular as instâncias governamentais, agem não apenas pelas pressões econômicas que estão em condição de exercer, mas também por todas as pressões autorizadas pelo monopólio da informação legítima – especialmente das fontes oficiais [...] Sem esquecer o poder simbólico excepcional conferido às grandes autoridades do Estado pela capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico (entrevistas, entrevistas coletivas, etc.), a ordem do dia e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais.

Desse modo, infere-se que as relações de poder e os diferentes tipos de capital (social, político, cultural, econômico, simbólico, midiático, dentre outros.) podem de certa forma interferir no processo de produção de conteúdo, de modo a excluírem as notícias e conjuntos de informações que de alguma forma prejudiquem os interesses que o grupo de comunicação representa. Essa busca pelo poder também é frequente dentro do próprio campo do jornalismo. A partir do momento, em que se busca o furo, briga-se pela manchete do jornal ou quando se almeja o reconhecimento pelos pares,

constroem-se a tentativa de legitimidade do poder perante os grupos em que estão inseridos.

Considerações Finais

Por meio de teóricos da Comunicação Social e das Ciências Sociais e Política, e sob uma ótica crítica, a presente análise empírica e bibliográfica, vem para estimular a produção de estudos e pesquisas acerca das relações constituídas no meio comunicacional. O estudo também permite entendermos um pouco mais, desse conjunto de sistemas que envolvem diferentes forças e poderes: empresas, organizações, instituições, corporações, agentes públicos e privados (grupos ou agentes individuais) que fazem uso da mídia para não perderem espaço e competitividade, ou ainda para serem vistos e lembrados pelo público ou até mesmo pelos seus respectivos pares. O sistema político, por exemplo, é fortemente impactado pelo poder da mídia, assim como esses exercem forte controle sobre os veículos de comunicação de massa, e vice-versa.

Em suma, as instituições públicas e privadas, empresas e organizações, desejam que suas marcas, produtos e serviços sejam vistos e lembrados pelo maior número de públicos, consumidores e clientes potenciais. Nesse sentido, esse ciclo mercadológico em que estão inseridos os veículos de comunicação de massa, pode ser resumido da seguinte forma: o departamento comercial e o setor financeiro dependem do mercado de anunciantes, que conseqüentemente, é favorecido pela visibilidade e espaço dedicado a eles. Mas, afinal, onde se situa o público nesse contexto? Esses, por sua vez, tidos como consumidores da notícia, se beneficiam com o baixo valor cobrado pelos jornais.

A mídia está ligada a um processo bem complexo e até mesmo conflituoso, no qual de um lado temos o seu lado privado, mercadológico - seja pelo lado de “vender ou

comercializar” a notícia, seja pelo ato da aferição de lucro - permeado pelo seu objetivo impar de sobrevivência; do outro temos as suas funções primárias da “objetividade” (conceito originado da Escola americana) dos fatos, do compromisso com a veracidade, ética e a moral, do poder fiscalizador, em outras palavras, a prestação de serviço com o público (princípios previstos pelo código de ética do jornalismo e ingredientes básicos para o exercício da profissão). Trata-se de um ninho de relações constituídas entre os meios de comunicação de massa e os detentores do poder, em que mesclam muitas vezes, a esfera pública e os interesses privados.

Referências

BAHIA, Juearez. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. Volume 1. São Paulo: Ática. 1990.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinitivo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1989.

_____. **The purpose of reflexive sociology**: the Chicago workshop. In: BOURDIEU, P. & WACQUANT, L.J.D. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: Chicago University Press, 1992. p.100-107.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

_____. **O Campo Econômico**. Campinas: Papirus. 2000.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto, 2003.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a Opinião**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CALTELLS, Manuel. 2000. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Trad. de Raquel Ramallete. 26ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência enquanto ideologia**. In.: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jürgen. Textos escolhidos. Trad. Zeljiko Loparic e Andréa Maria Altino de Campo Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda. ISBN 85-85328-14-2

_____. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LASSWELL, Harold. The Theory of Political Propaganda
The American Political Science Review, v. 21, n. 3.
1927. p. 627-631.

LENE, Herica. O jornalismo econômico ontem e hoje:
resgate histórico de sua expansão no Brasil. In: 2
Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho,
2004, Florianópolis.

_____. **O Jornalismo de economia e a reinvenção do
Brasil no final do século XX.** Volume 1. 2009.

MEDINA, Cremilda. **Notícia um produto à venda:**
jornalismo na sociedade urbana e industrial. 4 ed. São
Paulo: Summus, 1988.

MIGUEL, Luís Felipe. **Os meios de comunicação e a
prática política.** Revista Lua Nova. 2002

MEYER, Thomas. 2002. **Media democracy.** London:
Polity.

QUINTÃO, Ayle-Salassie Figueiras. **O jornalismo
econômico no Brasil depois de 1964.** Rio de
Janeiro: Agir, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no
Brasil.** 4. ed. (atualizada) – Rio de Janeiro:
Mauad, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século
XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2001.

Política e Comunicação de Massa: o poder simbólico da televisão brasileira no jornalismo do Grupo Globo

Raphael Pontes Moraes¹

Introdução

A discussão sobre a mediação dos acontecimentos políticos do ano de 2016, que culminaram na aceitação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, no 17 de abril de 2016, pelo Congresso Nacional do Brasil, é a proposta desse artigo. Não pretendemos exprimir o certo ou o errado nesse contexto político, em que o país vive, mas evidenciar o papel da televisão brasileira a partir de um pequeno recorte do cenário político mediado. Isso porque a cultura de mediação que vivemos na programação jornalística em relação à política, nos permite identificar a história sendo construída com a ajuda dos grandes veículos de comunicação de massa.

Segundo a jornalista brasileira e doutora em antropologia, Silvia Garcia Nogueira (2011), nós brasileiros vivemos em uma sociedade do espetáculo, em que o interesse pode pressupor que a mídia é pautada por questões políticas ou comerciais, que definem o comportamento e a cobertura de assuntos. Apesar de seu estudo estar mais concentrado nas abordagens relacionadas aos direitos humanos, também analisa o desempenho da mídia em relação ao sensacionalismo e à violência ao eleger assuntos

¹ Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pós-graduando em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos pelo Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE/UFT).

denominados “quentes”, os factuais que viram “notícias”, em desfavor de assuntos considerados “frios” ou ultrapassados, que fazem com que os receptores das mensagens sigam construindo suas visões a partir de temas recortados da realidade.

Sendo um desses recortes que se propõe uma análise, desse modo, como objeto de estudo a Grupo Globo de Televisão, por ser considerada a emissora aberta e com um maior número de telespectadores no país. Nessa perspectiva, é possível identificar a televisão como o meio que abrange uma totalidade maior de audiência, que pode confirmar a “dominação” e a influência dela nos acontecimentos políticos, no primeiro semestre de 2016, insistentemente intitulados de golpe por uma parte da sociedade brasileira e veiculados na mídia internacional.

Sem desmerecer o poder de persuasão dos demais veículos de comunicação como o rádio, o impresso e a web, que tiveram importância nesse processo político já vivido na história do país, o jornalista brasileiro Eugênio Bucci (2000, p. 139) comprova que a televisão está presente continuamente na vida da população, sendo a principal formadora de opinião, no Brasil. Para o autor o poder da televisão é maior até que o do rádio e atrai duas vezes mais público do que todos os meios impressos, o que inclui livros, jornais e revistas.

Persuasão em massa

Os meios de comunicação de massa têm poder de persuasão, por isso são tão visados pela classe política e pela minoria que detém uma boa parte da economia do país. Não é à toa que a mídia é denominada de quarto poder, pois consegue interferir na rotina da sociedade e definir comportamentos. Mauro Wolff (1987) explica, em seu livro *Teorias da Comunicação*, que se as mensagens forem estruturadas às características psicológicas dos destinatários

é possível se obter os efeitos de persuasão pretendidos. A escolha das palavras, o tom de voz, as fontes escolhidas pela produção ou pelo repórter e até as roupas usadas pelo remetente da mensagem interferem na recepção do Grande Público, assim como a credibilidade do comunicador. Nesse sentido, Bourdieu (1997) denominou a televisão como um lugar de exibição narcísica. Sobre o que se pode falar ou não na televisão, aceitar ou não os convites, impondo condições ou sem as impor, como se fosse uma espécie de contrato para se conceder a entrevista.

[...] Os meios de comunicação comercializados ignoram os objectivos sociais quando esses objectivos se chocam com o lucro económico [...] Ao ignorar sistematicamente os aspectos controversos da sociedade, a pressão económica incita ao conformismo (MERTON, 1948, p. 86 apud WOLFF, 1987, p. 63).

Além disso, Pierre Bourdieu (1997) chama a atenção dos profissionais de comunicação para o pensar e fugir dos mesmos entrevistados, chamados de *habitués* da mídia, usados muitas vezes pela falta de tempo. Bourdieu cita exemplos da televisão parisiense com seus convidados permanentes que junto com os apresentadores/comunicadores destacam o implícito não-verbal da comunicação verbal, “[...] dizemos tanto pelos olhares, pelos silêncios, pelos gestos, pelas mímicas, pelos movimentos dos olhos etc. quanto pela própria palavra”. Mas, não precisamos ir tão longe, porque é possível identificar essas mesmas práticas no telejornalismo brasileiro, como vamos ver mais à frente.

É comum nas redações ser submisso às regras do mercado, no contexto de que a publicidade e a propaganda determinam discursos, ou seja, o dinheiro é quem domina esse mercado. O que se discute aqui é que não podemos permitir que se perca a produção de informação qualificada

e diferenciada. Buscando sempre trazer todas as informações com embasamento documental, para comprovar as informações prestadas à sociedade, sabendo que a massa precisa de conhecimento geral e que é influenciada de todas as formas. Nesse contexto, o jornalista brasileiro Leandro Marshall (2003) afirma que os próprios repórteres se autocensuram ao produzir apenas as reportagens que trazem audiência para a empresa, uma comunicação mercadológica como nos mostra a professora e pesquisadora Margarida Kunsch (2002), com a Teoria da Comunicação Organizacional, que estuda o funcionamento e o processo de comunicação entre as empresas jornalísticas e os seus diversos públicos. É uma mistura da cultura profissional e das restrições ligadas à organização de trabalho que legitimam o processo produtivo, como nos ensina a Teoria do Newsmaking (WOLF, 1987). O que acontece também quando produtores e repórteres já escrevem a matéria para sofrer o mínimo de cortes pelo editor, sabendo qual a posição da empresa. Assim, como explica Mauro Wolff (1987) ao apresentar o conceito de *gatekeeper* (seleccionador), para explicar o fluxo das notícias nas empresas jornalísticas e organizacionais para “[...] que a informação passe ou seja rejeitada”.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997), no livro Sobre a Televisão, trata do assunto no campo da produção simbólica ao afirmar que a notícia é sempre a mesma na busca pelo sucesso comercial. E, ainda, classifica essa atitude como “violência simbólica”, quando se exerce nas relações sociais e nas relações de comunicação pela mídia o poder do tempo. Poder esse que é tão importante na televisão, mas que é ocupado com assuntos muitas vezes vazios e sensacionalistas, porque teoricamente a televisão possibilita atingir todo mundo, por isso se constitui um instrumento de censura do discurso, do que pode ser dito, o que o tempo permite e o que pode ser entendido pela massa. É como se existisse um código invisível que faz com que convidados e

jornalistas tenham uma forma consciente ou inconsciente de autocensura (BOURDIEU, 1997).

E, ainda é possível dizer que, as produções simbólicas, nos meios de comunicação de massa relacionam-se, na maioria das vezes, com os interesses da classe dominante, assim como destaca Bourdieu (1989, p. 10):

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.

O sociólogo francês mostra as produções simbólicas como instrumento de dominação, ao afirmar que quando o “[...] poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 12) que são as consequências do capitalismo, já percebidas na modernidade, quando se separavam àqueles totalmente conectados, no mundo globalizado daqueles fora das redes mundiais de comunicação, a cultura dominante das classes dominadas.

Uma separação elucidada por uma leitura global do sociólogo polaco Zygmunt Bauman (2009, p. 9), no livro *Confiança e Medo na Cidade*, mostra a sociedade exposta numa representação de duas fileiras, os que ficam na frente são os mais favorecidos e os que ficam atrás os menos favorecidos. “Essa característica consiste na estreita

interação entre as pressões globalizantes e o modo como as identidades locais são negociadas, modeladas e remodeladas”, uma separação que podemos identificar claramente na sociedade brasileira, como a burguesia e o proletariado em relação ao acesso aos diversos meios de comunicação social.

A segregação das novas elites globais; seu afastamento dos compromissos que tinham com o *populus* do local no passado; a distância crescente entre os espaços onde vivem os separatistas e o espaço onde habitam os que foram deixados para trás; estas são provavelmente as mais significativas das tendências sociais, culturais e políticas associadas à passagem da fase sólida para a fase líquida da modernidade (BAUMAN, 2009, p. 9).

Por essa razão entendemos que a sociedade brasileira não é manipulada, apenas vive em uma fase líquida, com pressões de todos os lados, mas compreende e faz a análise crítica daquilo que está recebendo como notícia, porém, sem deixar de saber inconscientemente que pode e é influenciada diariamente pela mídia, assim como nos mostra a teoria do agendamento, em que a mídia pauta as conversas e os diálogos do dia entre as pessoas (WOLFF, 1987).

Dessa forma, podemos considerar que a sociedade de massa da pós-modernidade não é a mesma de outrora, deixou a fase sólida pela fase líquida. Um efeito causado pela globalização com problemas presos pelas dificuldades locais, originadas por esse processo globalizante. Quando os poderes globais se chocam com identidades locais, numa rotina tenaz para tentar chegar a um resultado satisfatório na modernidade líquida (BAUMAN, 2009).

Sobre os contextos de paradigmas na pesquisa dos *mass media*, descrita por Wolff (1987), a teoria da Agulha Hipodérmica questiona então: quais são os efeitos deles numa sociedade de massa? Esses efeitos que sabemos existir

e conforme forem trabalhadas as informações perpassadas pelas organizações é possível atingir o efeito esperado e escolher o público nessa sociedade de massa explícita por Wolff (1987), em que cada pessoa é um “átomo isolado” que reage isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa, no caso em análise do telejornalismo.

Poder político

O historiador norte-americano Thomas Skidmore estudou a realidade política, social e econômica do Brasil e escreveu diversos livros sobre os acontecimentos políticos que antecederam aos de 2016. Skidmore (1988), em sua obra *Brasil: de Castelo a Tancredo*, consegue exprimir como são formados os apoios políticos para manter ou não a governabilidade no país, com uma narração sobre a articulação do ex-presidente Getúlio Vargas, no qual o ‘acordo’ da República do Café-com-Leite não estava sendo respeitada, e na qual o autor dedicou um capítulo chamado “Uma Revolução de Elite”. Quando os “currais eleitorais dos Coronéis” começaram a não garantir a continuidade de manipulação, assim, podemos contextualizar com a origem de um poder ainda maior, que é a televisão no Brasil. Inclusive, porque essa tecnologia considerada nova na época só poderia ser adquirida como um investimento para servir a uma classe minoritária e com recursos financeiros suficientes para bancar um aparelho ou uma concessão toda.

A pesquisadora Suzana Kilpp (2014) mostra em seu trabalho “Acontecimentos, memórias e televisão” um pouco do poder que a televisão tem sobre a vida das pessoas, ou que ela acha que tem. A professora mostra o quanto o poder público é omissivo nas questões relativas à televisão, o que atrapalha nas pesquisas desse equipamento com uma força simbólica tão expressiva. Além disso, destaca como é possível evocar o passado e tornar natural à percepção de

ações do presente. Nessa perspectiva, podemos trazer acontecimentos como o golpe de 1964 e o processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, tudo mediado pelas câmeras do Grupo Globo e outros grandes veículos brasileiros, os quais foram trazidos à tona, com uma série de outros acontecimentos a que estamos habituados a precisar, em situações de embate, entre a classe da ‘primeira fileira contra os da última fileira’.

[...] Na programação em fluxo nos habituamos então a assistir ao Jornal Nacional, às telenovelas brasileiras e às séries brasileiras, entre outros importantes programas de grande audiência; e a várias campanhas publicitárias, principalmente do Governo Federal, que operavam com imagens ou imaginários de brasilidade, inclusive coercitivamente em slogans como ‘Brasil. Ame-o ou deixe-o’. Foi, possivelmente, o discurso mais articulado e de maior penetração dos que já se fez sobre a identidade nacional até hoje. (KILPP, 2014, p. 6).

E os acontecimentos políticos mediados são sempre seguidos de esporte, como a Olimpíada Rio 2016. Esse assunto de um possível impedimento de Dilma governar já vinha se consolidando, desde antes do seu segundo mandato, que tiveram uma repercussão maior no ano em que o processo, que estava parado no Congresso, foi aprovado com justificativas dos deputados de que votavam pela família, pela democracia, pelo fim da corrupção, com Deus, pelo povo em discursos partidários e vazios. Uma coincidência ou não, mas as veiculações na imprensa nacional aumentaram, em 2016, ano das Olimpíadas no Brasil, e a seleção de pautas contra o governo contínuas, até chegar para publicação os áudios do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a presidenta Dilma Rousseff, no dia 16 de março, um mês antes da aceitação do impedimento, que a Globo divulga com exclusividade, o que compromete

a credibilidade no jornalismo e a verdadeira intenção do juiz Sergio Moro ao liberar as gravações para uma única concessão pública. Para Bourdieu (1997), o ‘furo jornalístico’ ou a exclusividade faz com que os jornalistas tornem extraordinário o ordinário, numa concorrência pelo furo, de dizer o que ainda não foi dito. O sociólogo francês acredita que a notícia é sempre a mesma, com imperceptíveis detalhes que só os jornalistas veem, num mecanismo de circulação circular pelo sucesso comercial. Uma violência simbólica que se exerce nas relações sociais e nas relações de comunicação pela mídia. Como o de ocupar o tempo que é tão importante na televisão com assuntos vazios e sensacionalistas, o que se torna relevante quando se quer ocultar coisas preciosas.

Porém, nessa realidade líquida, os acontecimentos de fato estão sendo transmitidos pela internet, com ajuda das mídias sociais e de um jornalismo independente. Mesmo assim a televisão ainda exerce uma influência muito forte. E no horário nobre da Rede Globo, o Jornal Nacional entra em cena com um jornalismo de princípios editoriais que acredita que a “[...] busca da verdade não passa de uma utopia” (GLOBO, 2011, p. 3) e que deixa claro que sua postura é cobrir o que pode pôr em perigo os valores que privem a felicidade para o homem (GLOBO, 2011). Ora, mas a felicidade não seria relativa para cada indivíduo? Mesmo defendendo um jornalismo apartidário, vê-se que a escolha de fontes e a denominação e a separação de grupo, perceptível, por exemplo, no escândalo do “mensalão”, como ficou conhecido o esquema de compra de votos de parlamentares de diversos partidos. A Globo o intitula como o mensalão do PT (Partido dos Trabalhadores), corroborando com a ideia negativa contra o partido da presidenta cujo impedimento ora se analisa – outro “mensalão”, esse levado a cabo pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), ficou mais conhecido como mensalão mineiro, adiante o nominaram de mensalão tucano – uma prática comum no telejornalismo, o que Bourdieu

(1997) denomina como princípio da seleção, usado a partir da escolha das palavras nos processos destinados para determinadas reportagens, escolha das fontes, recorte escolhido etc.

Aliás, tratando-se de corrupção, a prática de compra de votos já era bastante conhecida de todas as formas desde a República Velha, assim como já havia evidenciado o pesquisador Thomas Skidmore (1988, 2001 e 2007). Mas, qual motivo levaria o Grupo Globo a evidenciar tão ferozmente esses e outros assuntos relativos à política brasileira de forma partidarista? Seria uma tentativa de fortalecer os protestos pró-impeachment e distorcer números para que se pudesse influenciar a massa nessa sociedade líquida, sendo que os membros da primeira fileira ainda tentam usar os acontecimentos do judiciário para fazer manobras cada vez mais ousadas nessa luta?

Porém, estamos diante de fatos totalmente novos, nunca antes vividos na história do país, porque Dilma não renunciou como Collor e a massa está cada vez mais heterogênea ou líquida, que fazem com que a certeza da modernidade sólida desapareça, sobrando problemas, medos, exclusão, insegurança e angústias, conforme explica Zygmunt Bauman (2007, 2008 e 2009), que na maioria das vezes são superadas localmente, dentro da própria cidade, porque nem todos estão conectados à rede mundial de computadores e ainda são reféns dos efeitos globalizantes, principalmente da televisão aberta brasileira, ou melhor, do telejornalismo para ser mais específico.

O mundo em que vive a outra camada de moradores da cidade, a camada 'inferior', é o exato oposto da primeira. Em agudo contraste com o estrato superior, caracteriza-se por ter sido cortado da rede mundial de comunicação à qual as pessoas da 'camada superior' estão conectadas e à qual estão sintonizadas suas vidas. Os cidadãos urbanos da camada inferior são 'condenados a permanecerem

locais' - e portanto se pode e deve esperar que suas atenções e preocupações, juntamente com seus descontentamentos, sonhos e esperanças, se concentrem nos 'assuntos locais'. Para eles, é dentro da cidade que habitam que a batalha pela sobrevivência, e por um lugar decente no mundo, é lançada, travada e por vezes vencida, mas na maioria das vezes perdida. (BAUMAN, 2007, p. 81)

A televisão também pode ser um canal de pressões globalizantes e, muitas vezes, utiliza os medos e ansiedades dessa sociedade líquida de massa para exercer a dominação diante das incertezas do mundo moderno. Os telejornais conseguem tornar o discurso mais sério com uma interpretação ampla e, às vezes específica, pois pode constituir múltiplos significados, uma vez que as mensagens de comunicação são simbólicas com uma carga de poder implícito e subjetivo. Por isso, o contexto no qual se analisam os fatos deve ser considerado.

O Poder Simbólico

Já foi dito neste trabalho sobre algumas formas de se exercer o poder simbólico, que segundo Bourdieu (1989), muitas vezes não são nem percebidas por quem é influenciado. É possível exemplificar essa persuasão com a cobertura exclusiva da aceitação do processo de *impeachment* da Dilma, na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016, quando o apresentador do Jornal Nacional, William Bonner, aparece com uma gravata azul e o terno preto, levando alguns brasileiros a mais uma vez mudar comportamentos, conversas e definir a vestimenta de uma parte da sociedade, que no dia seguinte escolheu usar roupas na cor preta, que pode simbolizar isolamento, morte e solidão. Nesse caso era uma espécie de luto pelo Brasil, como se a presidenta eleita pelo voto popular tivesse acabado com o país e merecesse esse castigo. Como dito,

durante todo o trabalho, são pequenas coisas que diferenciam as reportagens de uma emissora para outra, mas que são carregadas de simbolismos, nos quais são esperados os efeitos desejados pelos emissores.

Diferenças absolutamente imperceptíveis para o espectador médio, que ele só poderia perceber se visse simultaneamente várias emissoras; diferenças que passam, portanto, inteiramente despercebidas são muito importantes do ponto de vista dos produtores que têm a idéia de que, sendo percebidas, elas contribuem para o sucesso no índice de audiência [...] essa é apenas uma das equações falsas na minha opinião, a propósito da relação entre o conteúdo da programação e seu suposto efeito. (BOURDIEU, 1997, p. 34).

Além do mais, Bourdieu (1997) considera que o acesso à televisão é simplesmente uma censura, porque os assuntos são impostos e os telespectadores só têm que aceitar os conteúdos, que ainda por cima têm restrições de tempo que prejudicam a mensagem e comprovam que na televisão há intervenções de poderes políticos. Outro exemplo que podemos abordar nessa reflexão é a distinção de dados de passeatas contra o impedimento trazendo os números dos organizadores e para confrontar esses números de quanto havia sido estimado pela Polícia Militar (PM), que considerava a quantidade muito menor de manifestantes.

O princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico. (BOURDIEU, 1997, p. 25).

O poder existe nos meios de comunicação de massa e no jornalismo como um todo, ele apenas deve ser usado de forma que beneficie essa sociedade líquida, na construção de símbolos e valores melhores dos que os de ontem.

Considerações Finais

Entendemos que na sociedade líquida de massa da pós-modernidade, em que vivemos, existem diferentes autores que lutam em lados diferentes de realidades distintas. E com o campo das Ciências Sociais tão vasto, nos limitamos em tratar os assuntos no campo do poder simbólico e da televisão com Pierre Bourdieu (1989; 1997), além de acontecimentos políticos mediados com o auxílio das Teorias da Comunicação, de Mauro Wolff (1987), e trazer as perspectivas de Zygmunt Bauman (2007, 2008; 2009) que nos apresenta suas reflexões sobre a sociedade atual e seus anseios.

Considero que os telejornais do Grupo Globo seguiram o manual e seus códigos de ética para ajudar a fazer história, de acordo com os interesses políticos e econômicos da própria organização. Percebemos que ao selecionar e priorizar pautas que podem e vão influenciar ou comprometer a interpretação de fatos, a televisão foge do seu papel que deveria ser o de expor os fatos e tem o objetivo de tornar-se um 'personagem' relevante no curso da história, colaborando para a construção de um cenário político marcado pelos seus interesses organizacionais. Interesses esses que comungam com os das classes mais abastadas.

Nesse contexto, com a percepção de que o Congresso Nacional do Brasil é composto, em sua maioria, por grupos de elite e de que há um crescimento do conservadorismo na sociedade, o processo de impedimento grassou na mídia brasileira nesse ano. O Grupo Globo aproveitou-se disso para amplificá-lo. Assim, em cada protesto pré-impeachment houve reiterado

acompanhamento televisivo. Não nos basta lembrar que a vitória nas urnas fora por 51,64% versus 48,36%, demonstrando que os ruídos dissonantes seriam muitos ao longo de todo o mandato, a grande mídia repetiu à exaustão que havia verde-e-amarelos nas ruas, em pleno domingo, ávidos por mudança. E, por vezes, nesse contexto, a televisão tomou-nos o espaço de organização social e também a nossa capacidade de fazer uma leitura dos acontecimentos, interpretando como lhe convém os protestos, a fala dos políticos, o silêncio das autoridades etc.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009, 52 p.

_____. *Medo líquido*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008, p. 237.

_____. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007, p. 237.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, 143 p.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand , 1989, 311 p.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 246 p

GLOBO, Grupo Globo. *Princípios Editoriais do Grupo Globo*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: > Acesso em: 02 jun. 2016.

KILPP, Suzana. Acontecimento, Memória e Televisão. In: Comunicação, Acontecimento e Memória: Diferentes Experiências. XI PosCom, Rio de Janeiro, 2014.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada. São Paulo, Summus, 2002, 309 p. 309.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo, Summus, 2003, 180 p.

NOGUEIRA, Sílvia Garcia. A violência, o campo midiático e a construção social de uma cultura de direitos humanos. Revista Dat@venia, Paraíba, v. 5, n. 6, 2011

SKIDMORE, T. Brasil: de Castelo Branco a Tancredo. Paz e Terra, Rio de Janeiro - RJ, 1988.

_____. O Brasil Visto de Fora. Paz e Terra, Rio de Janeiro - RJ, 2001.

_____. Brasil: de Getúlio a Castelo. Paz e Terra, Rio de Janeiro - RJ, 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa (Portugal), Editorial Presença, 1987.

Sujeitos da formação em Comunicação e Jornalismo: o Processo de Bolonha e as mudanças na União Europeia

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior¹

1. Introdução

Os processos de formação acadêmica, com destaque para a Comunicação Social e o Jornalismo, dentro da União Europeia mudaram drasticamente nos últimos quinze anos devido ao que ficou conhecido como Processo de Bolonha. A formação de quadros especializados para as diversas áreas do conhecimento foram tensionados pelas novas formas de se conceber currículo e conteúdos.

Some-se o desafio causado pelas tecnologias que possivelmente tensionam as práticas de formação em jornalismo em âmbito local. A ação jornalística, o seu fazer e a sua formação necessitavam rever seus processos, adequando-os a tecnologias emergentes. Essa tensão resultante das novas tecnologias emergentes e das práticas formativas existentes demandava dos entes formadores uma

¹ Pós-doutorando em Jornalismo e Sociedade (FAC-UnB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa UFT. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordena pesquisas em ensino de jornalismo digital e preservação da Memória.

constante formação contínua, que não era vivenciada com tanta intensidade nas décadas anteriores.

É diante dessa composição que surgem elementos propulsores à integração imediata das novas tecnologias aos currículos. Em sua maioria são docentes que se assumem como inicialmente “agentes” de inovação, adequando o ensino às novas práticas tecnológicas, que passam a assumir uma posição de a(u)tores, criando e inovando o fazer formativo em Comunicação Social/Jornalismo.

Nesse artigo se apresenta como esse processo se estruturou em linhas gerais e como esse a(u)tores de processos de formação desenvolveram transformação de práticas formativo-pedagógicas.

2. O processo de Bolonha em linha gerais

A Declaração de Bolonha, que deu contornos gerais ao processo formativo diferenciado, configura-se em torno de quatro campos de aproximação que representam a linha-mestra do Processo. São elas: 1. mudança da estrutura do ensino superior, 2. sistema de títulos homologáveis a nível europeu, 3. organização de sistema de créditos e 4. mobilidade de estudantes e docentes.

A *mudança da estrutura do ensino superior* envolveria, conforme expresso pela Declaração de Bolonha, a criação de dois ciclos de formação, sendo um no âmbito da graduação e o outro da pós-graduação². O primeiro ciclo, em média três anos, com claras orientações generalistas, permitiria ao egresso uma formação mínima para a continuidade de estudos pós-graduados ou sua inserção mais qualificada no mercado de trabalho. O segundo ciclo conduziria o egresso a estudos pós-graduados em âmbito de cursos de mestrado

² Foi somente na Declaração de Berlim (2003), que se acrescentam os estudos de doutoramento como o terceiro ciclo (ciclo de estudos conducente ao grau de doutor).

e doutorado. Em Portugal, por exemplo, esse ciclo é composto de dois anos para o curso de mestrado e de três anos para o processo de doutoramento.

Quanto ao *sistema de títulos homologáveis a nível europeu*, a Declaração de Bolonha previa, em seu texto, o reconhecimento dos títulos em todo o espaço europeu. Esse reconhecimento consentiria o livre fluxo de profissionais, permitindo acesso e admissão, tão necessários em diversos países do bloco europeu. Mas também traria desafios que transformariam o Processo de Bolonha em uma arena de disputas políticas e sociais. A principal, indicada por alguns autores (SERRALHEIRO, 2005; CROXFORD, 2001; DREW; BENSLEY, 2001; PEACH, 2001), é a homogeneização linguística, cultural e de conteúdos, de cunho globalizante. Ela é recorrente no espaço de disputa política, nos anos que se seguiriam a Bolonha. A preocupação, principalmente por parte de países com menos poder político e econômico dentro da União Europeia, era de que os “conteúdos formativos fossem transformados em um mínimo denominador comum das temáticas queridas em cada país” ou que “[...] o espaço da União Europeia [fosse] submetido, em nome da livre circulação, ao domínio de três línguas dominantes na Europa: inglês, francês e alemão” (SERRALHEIRO, 2005, p. 18).

Já a *organização de um sistema de créditos* permitiria que os currículos nacionais fossem aproximados e tivessem comunicação entre eles, em âmbito de um espaço comum europeu. Esse também é um aspecto controverso, pois significaria abrir mão de diversos elementos histórico-sociais específicos no processo formativo, em prol de “algo comum”. Também, nesse modelo previsto, com menos tempo formativo, os alunos deveriam ter maior grau de inserção na vida acadêmica, o que geraria dificuldades em países com menor grau de estabilidade econômica.

O quarto campo, a *mobilidade de estudantes e docentes*, permitiria que professores, técnicos e alunos tivessem

momentos de ampliação de conhecimentos por meio da inserção em ambientes diferenciados. Essa mobilidade oxigenaria os processos formativos nacionais, ampliando o olhar para o “outro”, seja país, comunidade ou universidade. Mas traria também preocupações, já que a mobilidade acabaria sendo, por si só, seletiva, quando apenas poucos economicamente privilegiados teriam acesso a ela.

Esses quatro campos, por si só, quando vistos de um ponto exclusivamente pedagógico-formativo, parecem agregar valor aos processos formativos. Mas eles não podem ser vistos apenas nessa óptica. O estopim da criação desse espaço comum, como expresso pela Declaração de Bolonha, não foi, *a priori*, pedagógico-formativo, mas econômico. A empregabilidade dos cidadãos europeus e o desenvolvimento social e econômico já eram pautados mesmo antes de Bolonha, como alertam Matos (2009) e Amaral (2005). A Declaração de Sorbonne, de 25 de maio de 1998, já expressava o mesmo desejo, de um espaço comum, que permitisse a empregabilidade e a mobilidade, com modificações e diminuições nos ciclos formativos, criando mais competitividade europeia.

3. A formação: foco na competitividade e eficiência

O Processo de Bolonha nasceu com a Declaração de Sorbonne (1998), com os encontros de ministros da educação da União Europeia e do Espaço Econômico Europeu em Bolonha, em 1999, e começou sua estruturação e sua consolidação com os encontros em Praga (2001), Berlim (2003), Bergen (2005), Londres (2007), Louvaine (2009), Budapeste e Viena (2010) e Bucareste (2012). Esses encontros representam a estruturação político-social, visando à consolidação das ações em âmbito da União Europeia, e cada um deles representa um elemento importante na constituição de um *status* comum europeu.

A *Declaração de Sorbonne*, que ocorreu em Paris (França), em 25 de maio de 1998, reuniu ministros da educação da França, da Alemanha, da Itália e do Reino Unido. Pela pequena representatividade numérica, mas de grande envergadura econômica, os países apontaram um caminho necessário para superação da crise que se avizinhava. Na abertura da Declaração, os ministros indicavam um sentido importante:

O processo europeu recentemente encaminhou mudanças de alguns passos importantes. Relevantes como o são, não devem esquecer que a Europa não é somente o euro, dos bancos e da economia, mas também deve ser uma Europa do conhecimento. Temos de reforçar e desenvolver as dimensões intelectual, cultural, social e técnica do nosso continente. Essas dimensões têm sido, em grande parte, moldadas por suas universidades, que continuam a desempenhar um papel fundamental para o desenvolvimento.(SORBONNE JOINT DECLARATION, 1998, p.1)

A constituição de uma ‘União’ Europeia não era apenas do ponto de vista econômico, já que a constituição em torno de uma moeda única e a reestruturação da própria cadeia econômica no continente poderiam dar a entender. Os ministros anunciavam que era necessário fortalecer e construir o progresso sobre o intelectual, sobre o cultural, bem como constituir dimensões sociais e técnicas em âmbito continental que permitissem a consolidação da comunidade.

Já de saída, reconhece-se, no documento, o papel das universidades nesse possível processo, seja pela antiguidade que é lembrada no documento, seja pela qualificação de excelência proporcionada por essas instituições. De qualquer forma, o papel desempenhado pelas instituições de ensino superior proporcionaria resultados positivos, se as barreiras fossem eliminadas e se criasse mobilidade entre os países-

membros, visando a uma maior qualificação e aproximação deles.

Também na Declaração de Sorbonne (1998) se indica a necessidade da criação de um sistema de créditos e semestres, visando a facilitar a mobilidade prevista. É interessante que o documento aponta para a possibilidade, que mais tarde é reforçada pela Declaração de Bolonha (1999), de que o aluno possa, ao longo de sua vida, transitar entre o mundo acadêmico e a vida profissional. Isso seria facilitado por meio de aprendizagens significativas, resultantes de oportunidades de estudos multidisciplinares, do desenvolvimento de uma proficiência em línguas e utilização de novas tecnologias da informação.

A *Declaração de Bolonha*, que foi fruto do encontro conjunto dos ministros da educação na cidade de Bolonha (Itália), foi assinada em 19 de junho de 1999. Acatando o clamor da Declaração de Sorbonne (1998), que concluía convidando à adesão dos demais países da Comunidade Europeia, e as indicações do relatório *Trends in Learning Structures in Higher Education* (1999), 29 países assinaram a Declaração.

Em linhas gerais, a Declaração de Bolonha, alinhada com a estrutura sociopolítica que foi praticada para a constituição da noção de União Europeia, declarava:

Temos como objetivo especial aumentar a competitividade internacional do sistema europeu de ensino superior. A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização podem ser medidas pela atratividade que sua cultura tem para outros países. Precisamos garantir que o sistema de ensino superior europeu adquira um grau mundial de atração igual ao das nossas extradiordinárias tradições culturais e científicas (BOLOGNA DECLARATION, 1999, p.2-3).

As palavras *competitividade* e *eficiência* saltam aos olhos quando se observa que, no campo político, as intencionalidades coincidem com as pretensões sociais da estruturação de uma sociedade superior, lastreada nas tradições culturais e científicas “extraordinárias”, encontrando defensores em diversos autores (FROMENT, 2003; JELIAZKOVA; WESTERHEIJDEN, 2002; WENDE, 2002, 2000).

Por outro lado, não sem motivo, em diversos países, os princípios da Declaração de Bolonha foram encarados por muitos como uma assunção neoliberal de uma nova sociedade (NEAVE, 2002; CROXFORD, 2001; DREW; BENSLEY, 2001; KWIEK, 2001; MCBURNIE, 2001; PEACH, 2001; RUNTE, 2001).

4. Sujeitos a(u)tores: o caso das mudanças curriculares

Utilizaremos como exemplo dos impactos de Bolonha nos processos de formação o ocorrido em Portugal. Foram pesquisadas três universidades portuguesas com cursos de Comunicação Social/Jornalismo, que são ilustrativas do que vem ocorrendo em Portugal e em toda a União Europeia. O foco foi entender como a formação na licenciatura foi impactada pelo novo direcionamento que advém das mudanças jurídicas e pedagógicas que Portugal teve de implantar para se ajustar a Bolonha (PORTO JR., 2012).

A percepção dos a(u)tores sobre esse movimento nos ajuda a vislumbrar elementos constitutivos da mudança. Para tanto, resguarda-se a identidade dessas universidades, apontando cada uma delas com as letras A a C, e os a(u)tores, por letras de seus nomes, optando-se por manter a titulação e indicação de atividades desenvolvidas durante o processo de implantação de Bolonha.

Na Universidade A, a prof.^a Dr.^a A. G., diretora da Faculdade na época da implantação de Bolonha, indica que o impacto foi logo sentido na organização curricular, já que “[...] não foi um redesenho total, foi uma adaptação daquilo que tínhamos ao novo currículo, à nova duração, ao tempo e às exigências de Bolonha, [...]”. Houve reajuste em tempo das disciplinas, houve uma[s] que desapareceram [com] a criação de disciplinas novas. [Os] currículos foram adaptados, porque foi necessário encurtar o período da formação, de quatro anos passou a ser três. Tentamos fazer essa adaptação sem ferir o que eram as áreas-chaves do curso e as áreas [...] No fim, acabaram a cair as cadeiras marginais e que enfim não faziam tanto sentido num curso de Comunicação, [...]. Depois se tentou adaptar os métodos de ensino aos de Bolonha: cumprimos os créditos, cumprimos as horas de trabalho que cada crédito implica. E os docentes não quer dizer que estejam assim 100%, mas tentam se adaptar, quer as suas lições, quer os materiais que entregam aos alunos, tentam [se] adaptar a essas diretivas”.

A prof.^a Dr.^a A. G. aponta que as mudanças ocasionadas pelo Processo de Bolonha afetaram o tempo de integralização das estruturas curriculares. Esse tempo, que na Universidade A era de quatro anos, passou a ser realizado em três anos. É claro que, em tal modificação, grupos de disciplinas são afetados, tendo seus espaços transformados. A a(u)tora explica que a adaptação foi realizada tentando não ferir o eixo central do curso, lastreado nas disciplinas teóricas. O conjunto de disciplinas que poderia ser considerado complementar foi retirado do currículo, levando-se em conta a importância para um curso de Comunicação Social. A prof.^a Dr.^a A. G. ainda indica que, no bojo das mudanças, a prática docente também foi ajustada. Os métodos de ensino sofreram ajustes, já que os créditos e as horas de contato também passaram por ajustes.

Sobre essa mudança, o prof. Dr. J. C. tem um posicionamento mais crítico sobre os processos vivenciados.

Para ele, “[...] eu diria que até o momento não mudou grande coisa. O que mudou foi que passamos de quatro p[ar]a três anos, portanto tivemos que suprimir mais um conjunto de disciplinas. Apesar de nós já estarmos em Bolonha há alguns anos, só este ano [letivo 2010/2011] é que verdadeiramente se começou no primeiro ano a implementar Bolonha, ou seja, já havia algumas [atividades] antes de Bolonha, já havia alguns dos princípios que Bolonha preconiza, ou seja, os alunos trabalhem sozinhos, os professores dão problemas e os alunos vão procurar soluções para este problema. Bem, isso não foi Bolonha que nos trouxe [...]. Neste aspecto, Bolonha não trouxe novidade nenhuma porque nós já tínhamos este sistema”.

Diferente da prof.^a Dr.^a A. G., o prof. Dr. J. C. aponta que a mudança ocorreu estritamente no campo do tempo de integralização das estruturas curriculares, que culminou com a supressão de diversas disciplinas. Quanto aos impactos na prática dos docentes, o a(u)tor clarifica que somente no ano letivo de 2010/2011 é que se sentiram as mudanças reais de Bolonha. Esse posicionamento é motivado pelos eixos defendidos no Processo – foco do aprendizado no aluno, tempo maior de pesquisa, participação etc. – já serem praticados pela Universidade no âmbito do curso muito antes de Bolonha os preconizar.

De fato, essa percepção do prof. Dr. J. C. vai ao encontro do que se pensa ser comum, pelo menos nas quatro universidades estudadas: que as instituições universitárias portuguesas já praticavam (em maior ou menor grau) os elementos iniciais preconizados por Bolonha, o que reforçaria o motivo da grande maioria em todo o país somente ter iniciado mudanças significativas (à exceção do prazo de titulação) nas práticas pedagógicas no ano letivo de 2010/2011. Isso parece encontrar base no vivenciado nas quatro instituições e na leitura dos documentos oficiais, já que, com o encontro de Louvaine (2010), se impulsionam os refinamentos pedagógico-formativos de Bolonha. Essa

afirmação não pode ser aplicada a outros países, principalmente os bálticos, que ainda atualizam suas instituições e seus programas.

Para o prof. Dr. A. F., o impacto inicial estava nos processos decisórios, no âmbito da formação propriamente dita. O prof. Dr. A. F. aponta que “[...] só para dar uma ideia que, quando os cursos foram criados em Portugal, os cursos da Universidade Nova Lisboa, da Universidade do Minho e da Beira Interior eram cursos de cinco anos, depois eles foram reduzidos para quatro anos, à exceção da Universidade do Minho, que só quando veio Bolonha foi que reduziu para ‘3 + 2’, mas foi o único que se manteve com cinco anos, os outros eles passaram de cinco para quatro (Nova Lisboa, Universidade da Beira Interior e os outros). O Processo de Bolonha marcou de uma forma decisiva essa reestruturação curricular que houve, [já] que foram obrigados todos os cursos em Portugal de todas as áreas à adequação ao processo de Bolonha”.

O prof. Dr. A. F. aponta algo interessante: antes do Processo de Bolonha, mudanças estavam em curso, em que cada instituição formadora desenvolvia seus próprios caminhos. Algumas haviam reduzido seus processos formativos em Comunicação Social/Jornalismo de cinco para quatro anos, enquanto outras mantinham seus tempos de integralização curricular originais. É com Bolonha que ocorre a uniformização dos tempos de integralização curricular nos cursos de Comunicação Social/Jornalismo em Portugal. É importante a indicação feita pelo a(u)tor de que existe a perspectiva de formação no que é chamado de “3+2”. Apesar das mudanças no tempo de integralização e de uma série de ajustes que isso ocasionou na Universidade A no curso de Comunicação Social, há a percepção de que o primeiro ciclo, de três anos de duração, é incompleto sem a continuidade no segundo ciclo, de dois anos.

Daí a razão de a expressão “3 + 2” ter sido recorrente nas conversas com acadêmicos e professores realizadas. A

mentalidade é que se mudou por força da Lei, mas o que se faz, na prática, é manter a formação anteriormente realizada de cinco anos. Só que agora, ao invés de licenciado, o egresso, após o mesmo período, sai como portador de título de mestre em uma determinada área. Com isso, primeiro e segundo ciclos passam a ser complementares, pelo menos na perspectiva do que este pesquisador vivenciou nas universidades estudadas. O segundo ciclo deixa de ter o ‘peso acadêmico’ anterior e passa a ser uma fase complementar do processo inicial de formação.

Na Universidade B, a prof.^a Dr.^a H. P., que era coordenadora do curso de Comunicação Social na ocasião, se posicionou de forma direta, sobre os impactos do Processo de Bolonha, ao afirmar que “[...] não ficou no campo discursivo, porque os planos mudaram e houve aqui imposições que nos obrigaram a mudar uma série de coisas. A mudar planos de estudos, modos de avaliar os alunos, portanto, mudou completamente o sistema de avaliação. Portanto, as mudanças são efetivas e tudo de fato mudou. Agora no plano discursivo, parece que tudo mudou, porque houve uma grande pressão nesse sentido, e achamos que é só uma grande pressão e não uma imposição. Mas, no plano discursivo, não há hoje qualquer tipo de entendimento e acho que essa discussão até ficou um pouco suspensa. Afinal, o que se pretende com isto? Que filosofia nova é essa que desejamos para o ensino? Acho que existe[m] muitas questões de fundo. Primeiro, é que nunca foi muito claro p[a]ra ninguém o que é o Projeto de Bolonha. É consensual a falta de esclarecimento do próprio projeto, a falta de clareza. Então a opacidade de Bolonha acho que é partilhada por todos [...]”.

A prof.^a Dr.^a H. P. aponta que, no curso de Comunicação da Universidade B, ocorreram muitos impactos, pois se mudaram planos de ensino, modos de avaliação dos acadêmicos e práticas docentes. Parece que esse conjunto de mudanças, como indicadas pela a(u)tora,

não foi uma transformação de valores formativos em si. Primeiro, porque a Universidade B tinha seu curso de formação em Comunicação Social/Jornalismo com cinco anos de integralização curricular, sendo as disciplinas e os planos todos anuais. Com isso, o docente desenvolvia, em um tempo satisfatório – um ano letivo –, os diversos conteúdos esperados da área formativa em si. Com Bolonha, a universidade passou a ter semestres letivos, o que diminuiu pela metade o modo como se praticava o ensino na instituição.

Segundo, porque a a(u)tora agrega que os docentes não tiveram um total esclarecimento sobre Bolonha, isto é, sua finalidade em si. Essa certa “opacidade de Bolonha”, como indicada pela prof.^a Dr.^a H. P., é ainda presente entre os docentes que não compreendem plenamente a conjuntura em que o Processo de Bolonha se inscreve. Essa situação tende a diminuir na medida em que os resultados de aprendizagem forem sendo constituídos e os egressos demonstrarem seu potencial no mercado de trabalho.

Reforçando a conjuntura expressa pela prof.^a Dr.^a H. P., o prof. Dr. M. P., analisando as mudanças no curso de Comunicação e na Universidade B, indica que, “[...] para nós, a grande mudança foi a semestralização da informação, porque tínhamos tudo em ciclos anuais, talvez com exceção do estágio final. Portanto, essa lógica permite um[a] flexibilidade na construção da grade, da ementa. E, por outro lado, outra medida, do ponto de vista da constituição de um modelo, foi a divisão dos três anos em dois períodos de três semestres cada um, ano e meio mais ano e meio, no sentido em que, nos três primeiros semestres, [...] todos os alunos [estão n]este curso que é Ciência da Comunicação, depois com [os] ramos. [...] Outra foi, desde o início, reequilibrar a relação entre teoria e prática, em função da componente laboratorial, a componente das oficinas, dos ateliês que começam desde muito cedo do primeiro ano ao final, e

depois, é claro, [a] mudança ao nível dos processos de avaliação, e esta lógica de trabalho de grupo”.

O prof. Dr. M. P. reforça que a semestralização do curso, que envolveu reformar todas as ementas e todos os planos de ensino, foi a grande mudança ocorrida após Bolonha no curso de Comunicação da Universidade B. Com essa maior “flexibilidade”, apontada pelo a(u)tor, as disciplinas puderam ser redesenhadas, levando-se em conta a ideia do equilíbrio entre teoria e prática, presente desde o primeiro semestre letivo.

O a(u)tor agrega que, para além da mudança de anual para semestral, a redivisão do modelo formativo também foi a mudança potencializada por Bolonha. O curso de Comunicação Social/Jornalismo foi dividido em dois blocos, composto por três semestres cada um. Na primeira parte, de um ano e meio de formação, os elementos centrais e teóricos da Comunicação são trabalhados com os acadêmicos. Na segunda parte, de um ano e meio de formação, o acadêmico escolhe seu ramo e tem os elementos teóricos, práticos e profissionais potencializados. Assim como a profa. Dra. H. P., o prof. Dr. P. aponta que os processos de avaliação também foram impactados com as diversas modificações ocorridas por causa de Bolonha.

Já para a prof.^a Dr.^a S. M., as mudanças de Bolonha na Universidade B podem ser vistas por um ângulo mais otimista: “[...] acho que, nesse momento, nós só podemos avaliar um tipo específico das alterações, que são as alterações curriculares, e tentar perceber como é que se formaram os currículos [...]. Mas há todo um conjunto de alterações que eu acho que ainda é cedo p[a]ra conseguir particularmente, [avaliar], por exemplo, os efeitos sobre as docências. Apesar de que eu acho que algumas alterações já se consegue[m] identificar agora, eu diria que, claro, algumas óbvias que, como, por exemplo, a redução do tempo de contato que os cursos passaram a ter três anos e foram todos semestralizados, diminui-se a carga horária presencial por

semana p[a]ra menos hora em contato com os docentes. De fato há muito mais trabalho fora da aula, há muito mais trabalho individual dos alunos, trabalham em casa, trabalho de pesquisa. [...]. Agora, o desenvolvimento das práticas [...] é muito mais lento [...]”.

Assim como a profa. Dra. H. P., o prof. Dr. P., M. não deixa de apontar a semestralização como um elemento impactante na formação do curso, mas ressalta que encara como cedo para conseguir ver modificações qualitativas nos processos formativos. De qualquer forma, a a(u)tora aponta que algumas modificações “óbvias” já aconteceram, como a redução no tempo de integralização da estrutura curricular, a carga horária presencial, a carga de trabalho fora de sala de aula, os trabalhos individuais e de pesquisa. Quanto às mudanças na prática docente em si, que é o novo, qualitativamente falando, ainda é pouco tempo para se virem efeitos, demorando mais tempo para se quebrarem práticas cristalizadas.

Na Universidade C, o prof. Dr. H. B. entende que as mudanças no curso de Comunicação Social/Jornalismo não foram grandes. Segundo H.B., “[...] não, com a passagem para Bolonha, os ajustes no nosso curso foram essencialmente em termo[s] de junção em três anos, naquilo que é dado em quatro anos, basicamente foi isso. Vamos imaginar uma das disciplinas que eu tinha uma disciplina que tinha uma carga letiva de três horas semanais passou a ter uma hora e meia. E a junção [...] só alterou as disciplinas, não se mexeu em bibliografia, nada. O que é que seja? Junção, que era quatro anos, compromisso p[a]ra três, e, eventualmente, uma outra cadeira foi dispensada ou foi eliminada por economia de espaço. [...] Não creio que na parte dos meus colegas tenham dado uma viragem de 180 graus em seus métodos de ensino, não acredito que a maior parte, pelo que sei, tenha feito uma passagem total do modelo de ensino para o modelo de aprendizagem centrada no aluno total, não estou vendo que isso tenha acontecido”.

O prof. Dr. H. B. aponta que as mudanças ocasionadas por Bolonha no campo da formação de primeiro ciclo centralizaram-se no campo do tempo de integralização dos currículos. A mudança de quatro para três anos foi realizada no curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade C pela junção de disciplinas, não havendo modificações no conteúdo ou nas ementas. Segundo o a(u)tor, não houve, pelo que percebe, modificação ou “viragem de 180 graus” nos métodos utilizados pelos docentes no processo de formação praticado. Apesar de o discurso institucional afirmar que o modelo de aprendizagem é centrada no aluno, o prof. Dr. H. B. não consegue verificar essa realidade ainda na vivência formativa dentro do curso.

Já para o prof. Dr. F. Z., pensando sobre o percurso vivenciado no curso, indica que, “[...] No nosso caso específico, a transformação foi muito pequena, como disse aqui há pouco, foi uma adaptação simples onde foi reduzido de quatro para três anos, tirando algumas disciplinas e encurtando outras. Não foi um processo muito complicado, foi um processo debatido, discutido. E isso eu considero positivo. O próprio diretor do curso fez algumas reuniões com os docentes, todos a discutir isso de uma forma aberta, e havia discussões mesmo, havia posições diferentes sobre o que teria que ser. Depois na prática, viu-se que isso permitiu [...] um arranque, um novo fôlego dos mestrados [...]. Agora temos que pensar que o objetivo principal de Bolonha é um objetivo muito nobre, muito importante, muito interessante. E acho que todos nós temos que sofrer um bocado para conseguir isso. Quando nós estamos empenhado[s] num esforço de unificação, praticamente é isso, temos de saber, se temos de saber perder alguma coisa em benefício de algo que eu acho que é muito positivo, que é quase perfeita, infelizmente não é tão perfeita quanto isso a unificação de graus”.

Na mesma perspectiva do prof. Dr. H. B., o prof. Dr. F. Z. indica que as modificações no primeiro ciclo foram adaptações dos currículos, reduzindo-se ou subtraindo-se algumas disciplinas do rol já praticado dentro do curso. De fato, essa declaração reforça o que já se havia constatado pela análise dos documentos oficiais da instituição. O novo, ou melhor, a resultante do desencadear de Bolonha concentrou-se no encontro com o ‘outro-docente’. A discussão, de forma aberta, é indicada pelo a(u)tor como o elemento central desse processo. Mas há algo diferente na fala do entrevistado que em nenhuma universidade pesquisada havia sido declarado: a finalidade de Bolonha. O prof. Dr. F. Z. aponta para o objetivo de Bolonha, sem declarar especificamente qual (ou quais) seria(m), mas expressou uma confiança no esforço de unificação vivenciado durante todo o processo. Isso foi apontado como positivo, fruto de Bolonha.

5. Considerações finais

No que se refere às mudanças ocasionadas por Bolonha no campo da formação de primeiro ciclo, é evidente, pela fala dos a(u)tores, que a compreensão e a noção sobre os impactos são diferenciadas.

Alguns dos a(u)tores das universidades pesquisadas indicaram que as mudanças no primeiro ciclo concentraram-se diretamente no tempo de integralização das estruturas curriculares, diminuindo-se de quatro anos formativos para três anos. Com isso, grupos de disciplinas foram afetados, tendo seus espaços ajustados. Na maioria dos casos, houve a supressão de diversas disciplinas, ou pequenos ajustes no rol já praticado dentro do curso. As adaptações realizadas tiveram como foco ajustar o eixo central dos cursos ao tempo máximo permitido. Com isso, ocorre a uniformização dos tempos de integralização curricular nos cursos de Comunicação Social/Jornalismo nessas quatro universidades portuguesas.

Em uma das universidades pesquisadas, os impactos foram sentidos nos planos de ensino, nos modos de avaliação dos acadêmicos e nas práticas docentes. Parece que esse conjunto de mudanças, como indicado pelos a(u)tores, não foi uma transformação de valores formativos em si, mas fruto da adequação global do curso a atualizações necessárias.

Quanto aos impactos na prática dos docentes, pelo que parece, os docentes não tiveram um total esclarecimento, não compreendem plenamente a conjuntura em que o Processo de Bolonha se inscreve. Dessa forma, as modificações realizadas ficaram no campo operacional, tal como na redução do tempo de integralização da estrutura curricular, na carga horária presencial, na carga de trabalho fora de sala de aula, os trabalhos individuais e de pesquisa. Modificações qualitativas nos processos formativos ainda parecem distantes da prática vivenciada nos cursos, apesar de apontar-se claramente para esse salto qualitativo em breve.

Percebeu-se, pelas falas, que alguns professores desconhecem o que estava envolvido em Bolonha, apesar de outros demonstrarem grande clareza de que a contribuição está na transformação das práticas e no próprio ensino. Isso talvez explique por que ainda há resistência velada para deslocar o ensino centrado no docente para o acadêmico.

De qualquer forma, a formação de graduação (o primeiro ciclo) vivencia modificações que tendem a tornar o Processo de Bolonha uma prática sem volta, mesmo que a percepção seja de que o tempo formativo em si é insuficiente para uma formação universitária, apesar dos métodos diferenciados.

Referências

AMARAL, Alberto. Bolonha, o ensino superior e a competitividade econômica. In: SERRALHEIRO,

José Paulo (Org.). **O Processo de Bolonha e a formação dos educadores e professores portugueses**. Porto: Profedições, 2005. p.35-45.

BOLOGNA DECLARATION. **Joint Declaration of the European Ministers of Education**. Bologna, 19 June 1999. p. 1-6.

CROXFORD, Leslie. Global University Education: Some Cultural Considerations. **Higher Education in Europe**, UNESCO-Cepes/European Centre for Higher Education,v. XXVI, n. 1, p. 53-60, 2001.

DREW, Gelnys; BENSLEY, Leanne. Managerial Effectiveness for a New Millennium in the Global Higher Education Sector. **Higher Education in Europe**, UNESCO-CEPES/European Centre for Higher Education,v. XXVI, n. 1, p. 61-68, 2001.

FROMENT, Eric. The European Higher Education Area: a New Framework for the Development of Higher Education. **Higher Education in Europe**, UNESCO-CEPES/European Centre for Higher Education,v. XXVIII, n. 1, p. 27-31, 2003.

JELIAZKOVA, Margarita;WESTERHEIJDEN, Don F. Systemic Adaptation to a Changing Environment: Towards a Next Generation of Quality Assurance Models. **Higher Education**, n. 44, p. 433-448, 2002.

KWIEK, Marek. Globalization and Higher Education. **Higher Education in Europe**, UNESCO-CEPES/European Centre for Higher Education, v. XXVI, n. 1, p. 27-38, 2001.

MATOS, Manuel. Bolonha: pessimismo ou realismo? **Revista da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**, Universidade do Porto, Porto, n. 185, p. 116-7, 2009. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21114>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

MCBURNIE, Grant. Leveraging Globalization as a New Paradigm for Higher Education. **Higher Education in Europe**, UNESCO-CEPES/European Centre for Higher Education, v. XXVI, n. 1, p. 11-26, 2001.

MORANDI, Franc. **Modelos e métodos em Pedagogia**. Bauru: EDUSC, 2002.

PEACH, Martha. Globalization of Education in Spain: From Isolation to Internationalization to Globalization. **Higher Education in Europe**, UNESCO-CEPES/European Centre for Higher Education, v. XXVI, n. 1, p. 69-76, 2001.

PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. **Entre Comunicação e Educação: o Processo de Bolonha e as ações formativas em cursos de Comunicação Social/Jornalismo em Portugal**. 2012. 614 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) – UFBA/Faculdade de Comunicação, Salvador, 2012.

RUNTE, Roseann. Re-Educating Humankind: Globalizing the Curriculum and Teaching International Ethics for the New Century. **Higher Education in Europe**, UNESCO-CEPES/European Centre for Higher Education, v. XXVI, n. 1, p. 39-46, 2001.

SERRALHEIRO, José Paulo. Introdução. In: _____
(Org.). **O Processo de Bolonha e a formação dos educadores e professores portugueses.** Porto: Profedições, 2005. p. 17-20.

SORBONNE JOINT DECLARATION. **Joint Declaration on Harmonisation of the Architecture of the European Higher Education System.** Paris:The Sorbonne, May 25 1998. p. 1-3.

WENDE, Marijk C. Van Der. Internationalisation policies: about New trends and contrasting paradigms. *Higher Education Policy*,v. 14, n. 3, p. 249-259, Sept. 2002.

WENDE, *Marijk C. Van Der.* *The Bologna Declaration: Enhancing the Transparency and Competitiveness of European Higher Education.* *Higher Education in Europe*,v. XXV, n. 3, p. 305-310, 2000.

A violência que está na TV

Tamyra Pinheiro da Silva

Introdução

Nos telejornais da manhã, do meio dia ou da noite, não importa qual seja a hora, basta ligar a TV para estar exposto a uma infinidade de notícias sobre violência. Informações e imagens que refletem o cotidiano das grandes e das pequenas cidades, onde todos os dias são cometidos crimes violentos.

O fato é que mesmo não compactuando com essas ações criminosas, boa parte dos telespectadores se permite sentar em frente à TV, para assistir o que muitos chamam de notícias sensacionalistas.

Dos atentados terroristas em Paris, onde morreram 130 pessoas² a um homicídio em Palmas, em que morreu um policial e dois assaltantes³. Seja um fato internacional ou local, quando se trata de violência o assunto se torna pauta e tem espaço garantindo na TV.

De acordo com Souza (2005), no Brasil, a televisão é o principal meio de comunicação de massa e, por isso, tem um grande poder sugestivo sobre pessoas. Isso porque é

¹ Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Luterana do Brasil (CELP/ULBRA). Pós- graduanda no Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT).

²Disponível em:

<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/sobe-para-130-o-numero-de-mortos-nos-atentados-de-paris-diz-franca.html>>. Acesso em 12 abr. 2016.

³Disponível em:

<<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/04/seguranca-reage-assalto-e-mata-dois-criminosos-na-regiao-sul-de-palmas.html>>. Acesso em 12 abr. 2016

dona de um alto poder de sedução, capaz de estimular sensorialmente a realidade.

Diante do exposto, propõe-se um estudo sobre o consumo das notícias com o tema violência na TV, observando se como o tema está inserindo na sociedade atual, qual o interesse da mídia em explorar tais notícias e, principalmente, de onde vem o interesse do telespectador por esse assunto? O questionamento se respalda na afirmação de Bauman, (1998, p. 54) ‘ao contrário do processo produtivo, o consumo é uma atividade inteiramente individual’.

A Violência na Sociedade

“A sociedade contemporânea vive, permanentemente, situações de risco e ameaça de violência”.
Gilberto Velho (2004, p.1).

A violência existe desde sempre. Um dos primeiros atos de violência que se tem registro está na Bíblia Sagrada. No livro de Gênesis 4:8, está escrito: E falou Caim com o seu irmão Abel; e sucedeu que estando eles no campo, se levantou Caim contra o seu irmão Abel e o matou. Desde esse registro, não se tem notícia de nenhum período em que a violência não estivesse presente no meio da sociedade. Fagúndez (2000) explica que a violência era uma forma de manifestação primitiva dos indivíduos, quando naquele tempo precisavam preservar seus bens contra as agressões.

As mudanças que ocorreram nas últimas décadas e resultaram na violência contemporânea podem ser melhor entendida, sob a perspectiva de Wieviorka (1997), em uma análise de níveis.

Para Pierre Hassner (1995, p. 11 apud WIEVIORKA, 1997, p. 11), nos anos de 1960 eram precisas três diferenciações em níveis para análise da violência, sendo:

A primeira era a do sistema internacional, o qual, ele diz, remetia então ‘ao equilíbrio bipolar da dissuasão e, na Europa, à divisão territorial dos dois locos’, a segunda era a dos Estados, com suas preocupações internas e diplomáticas, e a terceira, a das sociedades, no interior dos Estados, cada qual com seu sistema político, suas estruturas e sua dinâmica.

Wieviorka (1997, p. 11) acrescenta ainda que

Essa distinção, que nós já utilizamos em trabalhos referentes ao terrorismo dos anos 70 e 80 [...], permite refletir sobre as condições gerais da mudança de paradigma da violência, e nós a retomaremos aqui, acrescentando simplesmente um quarto nível, o do indivíduo, não para introduzir qualquer psicologia em nossas análises, mas para insistir sobre um fenômeno contemporâneo da maior importância, que tem um peso enorme sobre a produção da violência contemporânea: o crescimento do individualismo moderno.

No entanto com o passar dos tempos e mesmo com a evolução da espécie humana, a situação só se agravou. Segurança e liberdade, como se vê, sempre foram valores impossíveis de serem inteiramente ajustados (BAUMAN, 2003). De acordo com o DATASUS (1999), em 1997, o Brasil superou o número de 40.000 homicídios sendo que desses 38,8% ocorreram nas duas regiões metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro.

Uma pesquisa⁴ realizada em 10 capitais brasileiras, com pessoas de 16 anos ou mais, apontou que 10% dos entrevistados foram vítimas de roubo (ameaçados com armas de fogo ou com faca), 6% foram vítimas de lesão corporal, 5% tiveram um parente ferido, 4% tiveram um

⁴Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação a violência em 10 capitais brasileiras

parente assassinado, e 1% foram feridos por arma de fogo. Os mais jovens foram mais vitimados em todos esses itens: 15% foram roubados (com uso de arma de fogo ou faca), 12% sofreram agressão física grave, 8% tiveram um parente ferido por arma de fogo ou faca e 7% tiveram um parente assassinado. O registro de Souza demonstra o caos instalado na sociedade:

Uma onda de roubos, estupros, homicídios, extorsões mediante sequestro, etc. vêm [sic] intranquilizando a nossa população e criando um clima de pânico geral. Urge que se faça alguma coisa no plano legislativo com o fim de reduzir a prática delituosa, protegendo os interesses mais importantes da vida social com uma resposta penal mais severa, um dos meios de controle deste tipo de criminalidade. (JESUS, s/d apud FRANCO, 1992 apud SOUZA, 2005, p.10).

No Tocantins o registro é de 12.038 ocorrências relacionadas com crime de morte, crimes sem morte e crimes contra liberdade sexual. Os dados são da Secretaria de Segurança Pública⁵ que traz a estatística da criminalidade do Estado do Tocantins, em 2015. Nesse contexto alguns dados chamam a atenção pelo elevado número de ocorrências registradas.

Quadro 1 – Estatística criminalidade no Estado do Tocantins em 2015

OCORRÊNCIAS	PALMAS	ESTADO
Homicídio doloso	87	329
Homicídio culposo de trânsito	68	177
Mortes a esclarecer	36	106
Tentativa de homicídio	37	332

⁵ Índices de Criminalidade – Estado do Tocantins e Palmas. Período 2015

Lesão corporal dolosa	438	1.964
Ameaça	1.001	4.928
Estupro	50	350
Tentativa de estupro	6	47

Fonte: Assessoria de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins

As imagens de violência estão por toda a parte, na vida real ou na televisão, fica impossível fugir delas. Assassinatos, sequestros, tráfico de drogas e tantos outros delitos parecem ter se instalado de vez no seio das sociedades, gerando um clima de medo e insegurança generalizado. É ao que se percebe, a violência ocorre pelos mais diversos motivos. Divergências sociais, culturais, religiosas e até mesmo razões que antes uniam os povos tem provocando grandes atos de violência. É o caso do esporte e as brigas entre torcidas. Motivos banais, como um simples desentendimento no trânsito, também têm terminado de formas trágicas.

Assim, a violência não pode ser analisada como um fenômeno isolado, dissociado do todo. Faz parte da vida, estando presente em cada elemento, em cada partícula do universo. Todos são violentos e, paradoxalmente, buscam a paz. Incitar ainda a mais a violência se constitui num procedimento inadmissível quando se está diante da hipercomplexidade da vida. (FAGÚNDEZ, 2000, p. 10).

Por ter se tornado tão presente no cotidiano da sociedade, os indivíduos parecem não estar mais preocupados em encontrar soluções para os problemas de forma amigável. É pelo caminho da violência que muitos preferem trilhar. O ser humano deixa de ser visto de tal forma, e muitas vezes passa a ser o inimigo que precisa ser aniquilado. A liquidez das relações sociais, banalização do

indivíduo e das leis que resultam em uma série de atos violentos.

Saquear o outro, naquilo que este tem de essencial e inalienável, transforma-se quase que no credo nosso de cada dia. A eliminação do outro se este resiste ou faz obstáculo ao gozo do sujeito, nos dias atuais, impõe-se como uma banalidade. A morte e o assassinato, assim, impuseram-se na cena cotidiana como trivialidades (BIRMAN, 1999, p. 25 apud BARROSO, 2010).

Contudo, não podemos deixar de mencionar a participação do Estado nesse cenário. O Estado está tradicionalmente no centro da análise da violência, e a sociologia clássica associa correntemente os dois temas. (WIEVIORKA, 1997, p. 18)

O Estado é o instrumento de controle social, deve interagir com a sociedade no campo político e administrativo com o objetivo de organizar e atender os anseios de uma comunidade. Para exercer essa função, o Estado detém poder e pode se valer do uso legítimo da força para fazer ser cumprida a sua missão. No entanto, o que percebemos é que por muitas vezes essa força que deveria garantir os direitos da sociedade torna-se a força de violência que passam inclusive por cima dos direitos humanos, resultando em um Estado cada vez mais violento.

Em nossos dias, a relação entre Estado e violência é particularmente íntima. (...). É preciso conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, nos limites de um território determinado (...) reivindica com sucesso para seu próprio benefício o monopólio da violência física legítima. O que é com efeito próprio de nossa época é que ela só concede a todos os outros grupos, ou aos indivíduos, o direito de apelar para a violência à

medida que o Estado o tolera: este passa a ser, então a única fonte do ‘direito’ à violência. (WEBER, 1963, p. 124-125).

Quando se trata de Segurança Pública, a força, a violência e a repressão ficam mais visíveis e o Estado parece se esquecer que sua atuação segundo a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é ‘a garantia dos direitos do homem e do cidadão’ e que a institucionalização dessa política tem como objetivo atender aos interesses de todos, e ‘não para a utilidade particular daqueles a quem é confiada’, (Art. 13 da DDHC, 1789, Apud Comparato, 2004, p.232).

Para Bauman (2007 p. 13) a abertura das fronteiras que resultou em um mundo globalizado também contribuiu com o que temos vivido hoje. ‘Aos efeitos não-planejados e imprevistos da ‘globalização negativa’, ou seja, uma globalização seletiva do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da violência e das armas, do crime e do terrorismo’.

E a realidade é exatamente esta. Os efeitos da globalização não afetaram apenas o capitalismo e o comércio, mais a sociedade começou a se sentir mais insegura, a circulação de pessoas indo e vindo com modos vida e crenças diferentes abriram também espaço para novos conflitos a exemplo dos promovidos pelo fanatismo religioso. Quando antigamente a sociedade almejava viver em uma sociedade aberta, no momento vivencia experiências aterrorizantes de uma população infeliz e vulnerável. (BAUMAN, 2007, p.13).

O resultado disso é percebido em países que tem se fechado para os refugiados por medo de se tornarem a próxima vítima.

A Violência na TV

“A mídia quer a notícia atraente”.
(BIANCARELLI, 1997, p.5).

Considerando a expressão acima e a cobertura jornalística sobre violência pode-se afirmar que, a violência é uma notícia atraente do ponto de vista da imprensa. Zanetti (2015) afirma que, ‘abordar o crime nos meios de comunicação, seja o meio qual for, sempre foi um negócio rentável, lucrativo, sobretudo na TV. Assistir a corpos humanos jogados ao chão, poças de sangue ao lado de um defunto sempre rendeu audiência. Porque está se falando da morte, algo da condição humana’.

Atualmente, algumas das principais emissoras de TV aberta, no Brasil, mantêm programas totalmente voltados para cobertura policial, em rede nacional. A Rede Record, por exemplo, exibe o programa Cidade Alerta, comandado por Marcelo Rezende, a Band tem o Polícia 24 horas e, ainda o Brasil Urgente, que dá grande destaque as notícias pautadas pela violência, ancoradas por José Luiz Datena. No SBT, as notícias de violências ganham destaque tanto no Primeiro Impacto como Jornal do SBT. Já a Globo não mantém nenhum programa específico para cobertura policial atualmente, mas veicula fatos violentos em toda grade de telejornais.

Entretanto, nem sempre foi assim. A Rede Globo, emissora que é a líder de audiência na TV aberta, já reservou entre os anos de 1999 a 2007, 60 minutos todas as quintas-feiras para exibição do “Linha Direta”, programa dedicado a apresentar crimes que aconteceram no Brasil e cujos autores estariam foragidos da Justiça, e que se tornou uma referência quando se trata de violência na mídia.

A Rede Globo recebeu na sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) a medalha Tiradentes, pela iniciativa de produzir e veicular o Linha Direta. A maior comenda oferecida pelo poder legislativo do Rio foi entregue ao jornalista Domingos Meirelles, em uma cerimônia que contou com a presença de representantes de

entidades de direitos humanos e parentes das vítimas dos crimes retratados pelo programa. Além da entrega da medalha, a Alerj publicou no Diário Oficial do Estado uma moção honrosa que citava nominalmente cada funcionário envolvido na produção do Linha Direta.⁶

Essa linha de programa televisivo, também ganha destaque nas emissoras regionais e locais espalhadas pelo Brasil. Essa modalidade de programa ganhou força bem antes do “Linha Direta”. Bem antes do “Aqui Agora”, de Gil Gomes, outra referência de programa com a mesma temática na década de 1990. Voltandoum pouco mais no tempo chegamos a Tribunal do Coração (1952) e Domingo de Verdade (idem), ainda na extinta TV Tupi.

Apesar de terem passado anos sem serem exibidos, em função da censura o jornalismo policial retornou e pelo visto para ficar, trazendo consigo mudanças no meio televisivo.

Por mais que quiséssemos simplificar e rejeitar em bloco esse tipo de programa – seria fácil fazer isso –, alguma coisa mudou nesses trinta anos que nos obriga a pensar esse tipo de televisão, nos obriga a procurar uma diferença, um diferencial, encoberto sob a capa do clichê e do preconceito. Isso se não quisermos engrossar o coro das senhoras do interior paulista e da Igreja, com suas ligas de virtude e imprecizações contra a pornografia e violência televisivas. Com toda sua aparente “pobreza” estética (pobreza que é confundida com a miséria e a cara feia dos frequentadores do noticiário), apesar do uso comercial e espetacularizado da violência e da miséria, é essa televisão que faz a sociologia urbana do Brasil hoje (BENTES, 1994, p. 44).

⁶ Disponível em:

<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/linha-direta/curiosidades.htm>.

Debord (1997) diz que, as notícias de violência aparecem na TV na forma de espetáculo, o que acabam se tornando uma mercadoria ou mesmo entretenimento.

O conceito de espetáculo nada mais seria que o exagero da mídia, cujanatureza, indiscutivelmente boa, visto que serve para comunicar, pode às vezes chegar a excessos. Frequentemente, os donos da sociedade declaram-se mal servidos por seus empregados midiáticos; mais ainda, censuram a plebespectadores pela tendência de entregar-se sem reservas, e quasebestialmente, aos prazeres da mídia. (DEBORD, 1997, p. 171).

E, assim, como uma peça teatral, o espetáculo da notícia não se faz apenas com o fato em si, mas com elementos que ajudam a tornar o conteúdo dramático e sensacional. Nesse conjunto de técnicas e recursos está a produção textual, valorização das imagens e edição.

Entre os recursos usados pela TV, está à supervalorização da imagem, a supremacia da emoção, a dramatização na narração, a fragmentação, entre outros. Os telejornais populares sensacionalistas transformados em produtos de consumo reforçam o caráter perecível da notícia. Na busca por novos produtos, esse gênero pode contribuir para o acúmulo de imagens e estabelecer o espetáculo. Esse modelo de jornalismo geralmente valoriza a narrativa e o drama, dando ênfase na tragédia como estratégia. (MAGRI, 2010, p. 64).

O motivo para essa espetacularização é agradar o público, mostrar aquilo que o telespectador quer ver. A explicação é simples, mostrando o que o povo quer ver as emissoras ganham audiência, o que resulta em lucro para as

empresas. Mais em meio a tudo isso a mídia também tem uma função importante e sem falar na contribuição social destacada por Ribeiro (2012, p.36).

Por outro lado, a mídia tem importante papel na divulgação de assuntos relacionados à violência. Isso porque os agentes públicos muitas vezes são pautados pelos veículos de comunicação. Quando as notícias têm grande repercussão midiática, as polícias e os governantes costumam solucionar os problemas mais rapidamente para evitar críticas.

Nesse contexto em que a ação da polícia e dos governantes podem ser impulsionadas pelo trabalho da imprensa, podemos citar um exemplo ocorrido no Tocantins. No dia 1º de junho de 2016, uma funcionária pública⁷ foi sequestrada por um homem em um dos estacionamentos da Praça dos Girassóis, levada para outro local onde foi estuprada e teve o carro roubado. O fato, o local e o horário, 13 horas, deram ao crime maior intensidade na repercussão em todos os veículos de comunicação locais e também nas redes sociais. Como tal situação poderia ocorrer nas “nas barbas do palácio do governo” e em plena luz do dia?

As cobranças surgiram de todas as partes. No dia seguinte ao ocorrido, mulheres de movimentos sociais fizeram uma manifestação⁸ em um cruzamento próximo a

⁷ Disponível em:

<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/06/mulher-e-sequestrada-e-estuprada-apos-sair-do-trabalho-em-palmas.html>. Acesso em 20 de maio de 2016.

⁸ Disponível em:

<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/06/apos-estupro-em-palmas-protesto-pede-o-fim-da-violencia-contramulher.html>. Acesso em 20 de maio de 2016.

Praça dos Girassóis pedindo o fim da violência contra a mulher.

Diante de tal situação o que a população viu no dia 3 de junho, dois dias após o estupro, foi à resposta da polícia e do governo. O acusado⁹, um jovem de 17 anos foi preso, em Natividade, trazido de helicóptero e apresentado por volta de 11 horas da manhã, para imprensa da capital. Em tempo de a notícia ser veiculada ainda nos telejornais do meio dia.

A polêmica e o envolvimento do governo, mesmo que de forma indireta, já que o fato aconteceu próximo da sede do governo, pediram uma resposta e urgente. E assim foi feito. A situação pode ser bem vista como uma compra e venda de mercadoria. A polícia do lado de dentro do balcão foi em busca do produto que o consumidor/ sociedade queria ter. As imagens de uma polícia ágil e de um governo preocupado foram vendidas.

O Consumo

Apesar de atualmente concorrer com a internet, quando se trata de transmitir a notícia usando dispositivos audiovisuais (som e imagem), que agregam credibilidade ao fato que está sendo exposto, a TV foi o primeiro canal de comunicação a ganhar pontos com essas função.

Isso garante à TV imensa credibilidade, pois se torna difícil para o olhar menos atento contestar a imagem. A transmissão direta é o triunfo do meio, capaz de compartilhar o testemunho do acontecimento e, por conseguinte, provocar no receptor as mesmas reações dos observadores diretos do fato, que deixa

⁹ Disponível em:

<<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/06/pm-prende-suspeito-de-estuprar-funcionaria-publica-em-palmas.html>> Acesso em 20 de maio 2016.

de ser meramente testemunhado para se tornar participado, ocasionando mutações na construção da realidade. (SOUZA, 2005, p. 3)

E quando a notícia é sobre violência esses pontos tem ainda mais valor. As imagens em movimento, o corpo, o sangue, as marcas da agressão, o som dos tiros, o depoimento da vítima ou da autoridade policial, fazem muitas vezes o telespectador se sentir na cena do crime.

Como já dito a televisão, continua sendo o principal meio de comunicação e seu alto consumo ocorre em todas as cidades e com todas as faixas etárias. Voltando a “Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação a violência em 10 capitais brasileira”, cerca de 2/3 dos entrevistados assistem até 3 horas de televisão por dia e outros 28% assistem entre 4 e 6 horas por dia. A maioria deles (72%) declara não gostar de assistir programas e filmes que têm cenas de violência, os jovens fogem desse padrão de resposta quase metade deles (43%) diz gostar de cenas de violência.

Para 42% dos entrevistados a violência que existe na televisão é uma violência real e não de ficção e o tipo de programa que mais apresenta violência é o noticiário.

Em função da forma e dos produtos que o público consome que a espetacularização das notícias de violência também ganham impulso. Afinal, as emissoras querem agradar o público.

Pode-se deduzir que a imprensa trabalha para informar e ativar o público, portanto, as produções jornalísticas muitas vezes são baseadas no gosto dos interlocutores. Sobre a influência do gosto dos leitores enfatiza Medina: examinando livro, filme, jornal, programa de rádio e televisão, peça publicitária, há diferentes gradações da influência oferta & demanda. Mas em todos eles, o comunicador precisa sintonizar as aspirações

anônimas e o tem feito, ainda que intuitivamente.
(MEDINA, 1988, p.39).

Atrair o público, portanto é o objetivo da mídia e isso nunca foi omitido. É na função de informar que imagens e mensagens são vendidas como produtos que o público quer comprar. É o princípio de que toda ação que gera reação. O público quer ver e a mídia quer vender.

A TRANSMISSÃO

Na cobertura televisiva dos atentados em Paris, por exemplo, em novembro de 2015, repórteres de TV ‘entravam’ a todo instante ao vivo exibindo as últimas informações, as manifestações nos vários pontos de ataques terroristas. A mobilização de toda a imprensa foi também em busca das vítimas que, pudessem dar depoimentos do que viram e viveram. Situações como está, fazem o telespectador ficar por horas em frente à TV acompanhando o noticiário.

Entre os vários exemplos de coberturas de fatos violentos escolhemos citar um sequestro em outubro de 2008, conhecido como Caso Eloá.¹⁰ O sequestro foi realizado pelo motoboy Lindemberg Alves, de 22 anos. O rapaz invadiu a casa de sua ex-namorada, Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, no bairro de Jardim Santo André, (Grande São Paulo), onde ela e colegas realizavam trabalhos escolares. Inicialmente, dois reféns foram liberados e ficaram no interior do apartamento, em poder do sequestrador, Eloá e sua amiga Nayara Silva.

O episódio durou mais de 100 horas. Nesse período a polícia e advogados realizaram negociações e Nayara foi libertada. Contudo, um dia após a jovem foi chamada pela

¹⁰Disponível em:

<<https://www.terra.com.br/noticias/infograficos/caso-eloa-linhadotempo/caso-eloa.htm>>.

polícia para ajudar nas negociações e desobedecendo as orientações da polícia para permanecer de longe, ela voltou para dentro do apartamento onde estava a amiga e o sequestrador. O crime foi finalizado quando a polícia invadiu o local, após ouvir tiros. Nayara foi baleada no rosto e Eloá na cabeça e virilha não resistindo e morrendo. Lindemberg sem ferimentos foi preso. Todo esse desfecho, momentos de apreensão e comoção pública foram acompanhados intensamente pela mídia nacional e até internacional, como se fossem capítulos de uma novela.

A participação da imprensa no caso chegou a tal ponto que, ao vivo a apresentadora Sônia Abrão no “Programa a Tarde é Sua”, na RedeTV! entrou em contato, por telefone, com o sequestrador. A cobertura ganhou a audiência, mas não podemos deixar de mencionar a espetacularização, os erros e excessos cometidos e que resultaram em fortes críticas. Nessa ação, a apresentadora deixou ocupada a linha telefônica que mantinha o cativo em contato com a polícia e impediu o profissional da polícia de continuar as negociações. (BARROS; THADDEU; PEREIRA. 2013).

A complexidade do caso, a euforia por não perder um só segundo do fato e seu possível desfecho fizeram a participação da imprensa no fato, praticamente tão trágica quando ao próprio fim do sequestro. A imprensa ultrapassar os limites da liberdade de expressão e violou as fronteiras do bom senso, da ética no jornalismo e dos princípios de responsabilidade social. É preciso lembrar que a constituição garante que a imprensa tenha acesso a qualquer evento público, no entanto a cobertura jornalística não pode jamais interferir no desenrolar dos fatos.

Assim, como o crime a cobertura jornalística, também foi intensa no julgamento de Lindemberg Alves, em 2009. A cobertura rendeu picos de audiência, para as emissoras que fizeram a cobertura do fato, como a RedeTV!, mais uma vez com o Programa “A Tarde é Sua” que na

época costumava registrar média inferior à dois pontos de audiência, e nesse dia ultrapassou essa marca desde o início do julgamento. A Record com “Record Notícias” chegou a vencer a Globo registrado audiência na casa de oito pontos, e Band com o “Brasil Urgente” que costuma marcar entre cinco e seis pontos, registrou 7,4 pontos durante a cobertura, uma das melhores audiências do programa naquele ano.¹¹

O telespectador quer vê os fatos, mesmo que as cenas sejam de tragédia e terror. Ao observar esses índices de audiência é possível entender o porquê a violência está tão presente na televisão e no telejornalismo.

Para atender esse anseio telespectador programas de TV investem, não só em transmissões ao vivo, mais equipamentos que possam fazer essa transmissão, ainda mais envolvente. É o caso de helicópteros usados para acompanhar perseguições policiais com transmissão em tempo real. A Rede Record e a Band são emissoras que usam desse recurso, em seu jornalismo inclusive nos programas policiais.

Foi com esse tipo de cobertura que, no dia 23 de junho de 2015, as duas emissoras mostraram ao vivo uma perseguição policial que terminou com um PM atirando à queima roupa, em uma dupla de suspeitos na zona sul de São Paulo. Em uma cobertura após o fato o comum é que a matéria mostre o desfecho do acontecimento, mas em uma transmissão ao vivo como está os envolvidos da ação, quem está exibindo e os telespectadores ficam sabendo juntos o desfecho da operação.

Mas, não só isso, o telespectador quer participar da situação e nesse contexto observa-se que deixa de ser meramente um receptor da notícia e muitas vezes passam ser a fonte, a primeirapessoa a ligar e informar à imprensa

¹¹Disponível em:

<<http://www.eldoradoam.com.br/noticias/programas-faturam-audiencia-com-caso-eloa-2197.html>>. Acesso em 22 maio 2016.

que algo está acontecendo. Nas redações são inúmeras as pautas sobre violência que começam com uma ligação de quem está no local do crime. Estamos falando do jornalismo participativo.

É o ato de um cidadão ou grupo de cidadãos que desempenham um papel ativo no processo de coletar, reportar, analisar e disseminar informação. A intenção dessa participação é fornecer a informação independente, confiável, exata, abrangente e relevante que uma democracia exige. (BOWMAN; WILLIS, 2003, apud ZIMMERMANN, 2012, p. 66).

E se outrora essa participação já era intensa, nos últimos anos, com o advento de novas tecnologias (smartphones tables) e, por consequência novos meios de comunicação, (aplicativos como WhatsApp) que enviam mensagens de texto, fotos, áudios e vídeos essa participação ficou ainda mais ampla.

Quem não para ver um cadáver estirado ao chão? Em volta do (a) morto (a), além dos ‘repórteres abutres’, há também uma multidão de pessoas que está ali pelo espanto, se perguntando ‘quem é?’, ‘quem foi’, ‘ai, meu Deus’. Há o espanto, mas há um ‘quê’ de morbidez por parte do público dos ‘curiosos’. (ZANETTI, 2015, texto eletrônico).

Quando um fato acontece boa parte das testemunhas tiram fotos, filmam mandam mensagem tanto para imprensa como para outras pessoas. Imagens fortes que em muitos casos nem mesmo são exibidas na TV, são publicadas em redes sociais e em grupos de compartilhamento. Mais de onde vem tanto interesse do público, de pessoas comuns na sociedade em participar dessa forma na construção da notícia.

Seis motivos principais que induzem a participação dos usuários: ganhar status ou construir reputação em uma comunidade; criar conexões com outras pessoas que tenham interesses similares; dar sentido e entendimento às notícias; informar e ser informado (principalmente em temas que não se encontram nos meios convencionais); entreter e ser entretido; para criar (no sentido de construir auto-estima e autor realização). (BOWMAN; WILLIS, 2003, apud ZIMMERMANN, 2012 p.70)

O individualismo, a modernidade, a rapidez e superficialidade entre as relações fazem as pessoas estarem cada vez mais solitárias. Muitas guardam dentro de si o desejo de se sentir incluído nessa modernidade, e nesse novo cotidiano os caminhos para essa sensação de aceitação passam pelas novas tecnologias, mídias e redes sociais. A televisão continua mantendo seu status e por isso o indivíduo quer se mostrar através dos meios de comunicação e das solicitações de um consumo de massa.

Considerações Finais: a violência que o povo quer ver

O estudo nos faz compreender que a violência é algo do cotidiano, mais que está presente no meio da sociedade desde que o mundo é mundo. Essa presença foi ficando mais nítida nos últimos anos e ainda mais explorada como forma de notícia pelos veículos de comunicação. Como diz o ditado popular se olharmos para imprensa veremos que ela está 'como o queijo e a faca na mão'. Ela tem conteúdo mais que suficiente sobre violência e tem como aliado interesse do público.

Apesar de todos os mecanismos e práticas de espetacularização dos fatos e sedução o telespectador, o indivíduo que hoje decide gastar um pouco do seu tempo assistindo os programas e as notícias sobre esse assunto ainda tem a opção de mudar de canal ou desligar a TV. A

presença e os efeitos da violência na mídia e, mais especificamente, no telejornalismo são reais. O telejornalismo e a mídia em geral mostram aquilo que o povo quer ver, mas a mídia continua atacando e ajudando a construir. É claro as emissoras estão constantemente em uma disputa por audiência e nesse contexto as pautas sobre violência, o jornalismo policiaisco são alavancadores de ibope. Isso graças à aceitação popular. O que se percebe é que apesar das notícias sobre violência estarem em praticamente todos os programas e ou telejornais, os motivos que fazem o telespectador se sentar em frente a TV e acompanhar uma notícia sobre violência ou um programa inteiro sobre situações como está não é apenas a notícia pura e seca. A forma como a matéria é construída, a abordagem dos apresentadores, os comentários fazem parte de um rol de elementos que prendem esse telespectador.

É o *monstruoso*, transformado em espetáculo, que melhor seduz o olhar, provocando efeitos de medo ou riso nervoso. Daí, a enorme ênfase dada pela mídia ao crime e à violência, diz Souza (2005).

Se há espetacularização na transmissão de notícias violentas, existe esse espetáculo há público quer assistir.

Referências

AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos e **GARCÍA**, Loreley Gomes. **Violência Contra Mulheres Na Agenda Midiática**. 2011.

BARROSO, Adriane de Freitas. Consumo e violência: respostas à inexistência do Outro na modernidade líquida. Disponível em: <http://www.isepol.com/asephallus/numero_09/artigo_01_revista9.html> Acesso em 10 abr. 2016.

BARROS, THADDEU, PEREIRA. (2013) Caso Eloá Pimentel/Sonia Abrão – a interferência da Mídia nas negociações policiais. Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos.** Edição 2007. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro.

BENTES, Ivana. Aqui Agora: o cinema do submundo ou o tele-show da realidade. Revista Imagens, São Paulo, Editora da Unicamp, n, 2, 1994.

CAMPELLO, Alexandre de Assis. **Novo olhar sobre os telejornais policiais:** interação pelo formato. Número de páginas f.2008. Dissertação (Mestrado e Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, Belo Horizonte, 2008.

CARLSON, Ulla.; **VON FELTZEN,** Cecília. (orgs.). **A criança e a violência na mídia.** São Paulo: Cortez/UNESCO, 1999.

DATASUS (1999) – LINK INTERNET

DEBORD, Guy. **Sociedade do Espetáculo:** comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro. Contraponto, 1997.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Avila. **Raízes da Violência.** Florianópolis. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=raizes+da+viol%C3%A4ncia+Paulo+Roney+%C3%81vila+Fag%C3%BAndez>

MAGRI, Jenifer. A busca pelo furo de reportagem no Isabela é apresentada por dois vieses narrativos: dramático e técnico. Cadernos da Escola de Comunicação, Curitiba, 08: 62-67 vol.1ISSN 1679 – 3366.

MEDINA, Cremilda. Notícia - um produto à venda: Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA USP (NEV/USP). Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras. Disponível em: www.nevusp.org/downloads/down228.pdf.

SOUZA, Diana Paula. Jornalismo e Criminalidade: a produção midiática da violência e suas implicações nas leis penais brasileiras. UERJ – 5 a 9 de setembro de 2005 (Artigo apresentado no Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação).

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 1997.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência in: Revista Tempo Social, São Paulo, vol. 1, n. 9, mai. 1997.

ZANETTI, Thiago. Programas policiais irrisíveis. 24/02/2015, Edição 839. Disponível em: < <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed839-programas-policiais-irrisiveis/>>.

A violência e o jornalismo

Clifton Morais Correia¹

1. INTRODUÇÃO

O estudo aborda aspectos específicos da violência na área do Jornalismo, abrangendo formas e métodos práticos desse ato no exercício da profissão jornalística.

A violência no jornalismo sempre existiu. No entanto, nas últimas décadas a sua ocorrência vem aumentando, causada por variados motivos. Seja a violência verbal, moral e até física, a violência apresenta-se como forma de coerção ou de resposta a uma informação exposta pelo jornalista.

Dessa forma, o tema apresentado neste trabalho possui grande relevância no cenário atual, visto que a mídia tem um papel importante nas decisões da sociedade. A mídia tem o poder de alterar a opinião de um cidadão e acaba por julgar (inocente ou não) determinadas pessoas, sem antes lhe dar o direito da ampla defesa, causando assim revolta e indignação, o que também representa uma forma de violência.

Em razão disso, o respectivo trabalho busca discutir as facetas da violência dentro do jornalismo, sempre tencionando colocar todos os pontos possíveis sobre esse tema, não tomando nenhum partido, pois como é sabido, toda história sempre possui dois lados. Além disso, a escolha da discussão desse tema passa não apenas pela sua função social, mas também por questionamentos humanos e éticos.

¹ Graduado em Comunicação Social/Jornalismo. Pós-graduando na Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos ministrada pelo OPAJE-UFT.

2. A LIBERDADE DE IMPRENSA E O PODER DA MÍDIA

A liberdade de imprensa, como princípio se encontra no art. 5º da Carta Política atual, onde tem relação direta com a liberdade de informações, de pensamento e de expressão. Com base nisso, é possível admitir a inclusão da atividade jornalística no rol dos direitos e garantias fundamentais (OLIVEIRA, 2014).

Frente a isso, “ao utilizar-se da liberdade de imprensa, usa-se das prerrogativas e garantias conferidas à liberdade de pensamento e concomitantemente ao direito à informação” (SILVA, 2003, p. 246). No cenário atual, a imprensa possui enorme relevância para a sociedade, principalmente porque mostra a realidade que circula nas esferas públicas, das instituições sociais e na comunidade em geral.

A liberdade de imprensa, que é disciplinada na legislação pátria, tem por “objetivo proibir que o Estado cerceie ou dificulte a circulação e o acesso às informações, assim como para que este não venha a intervir na liberdade destas informações” (OLIVEIRA, 2014, p. 05).

Ainda sobre a sua finalidade, expõe-se:

Cumprir observar que o direito de informar, ou ainda, a liberdade de imprensa leva à possibilidade de noticiar fatos, que devem ser narrados de maneira imparcial. A notícia deve corresponder aos fatos, de forma exata e factível para que seja verdadeira, sem a intenção de formar nesse receptor uma opinião errônea de determinado fato. O compromisso com a verdade dos fatos que a mídia deve ter vincula-se com a exigência de uma informação completa, para que se evitem conclusões precipitadas e distorcidas acerca de determinado acontecimento (PRATES; FELIPIM, 2008, P. 34).

Nesse mesmo caminho, Silva (2003, p. 246) acrescenta que “a liberdade do dono da empresa jornalística ou o jornalista é reflexa no sentido de que ela só existe e se justifica na proporção do direito dos indivíduos a uma informação imparcial e correta”.

Ancorado a isso, é importante ressaltar que a liberdade de imprensa não é ilimitada. Por haver muitas críticas ao seu mecanismo de execução é que a liberdade de imprensa não pode se opor a outros direitos individuais e coletivos tutelados pela Carta Magna. Valverde, (2014, p. 11) afirma que a “informação é essencial, mas não deve deixar escoar seu direito fundamental, nem fugir ao seu objetivo que é o de proporcionar ao público informações verdadeira, diante de situações em que se é possível formar uma opinião”.

Em conformidade com o supracitado, Branco (2011, p. 298) explica que a liberdade de imprensa não é “assegurada de forma absoluta, como todo e qualquer direito fundamental, tem sua aplicabilidade de forma relativa, quando colidido com outros direitos fundamentais, sofrendo assim, algumas limitações”.

As restrições são limitadas à imagem, à intimidade, à honra, à reputação, à vida privada e em outra escala aos princípios da presunção da inocência e da dignidade da pessoa humana, que é o princípio basilar de toda e qualquer norma jurídica brasileira. Nesse sentido:

[...] a liberdade de imprensa é um valor de hierarquia constitucional, que não pode ser conspurcado com restrições como a censura prévia. Mas não pode ser esquecido que, ao lado ou em posição da liberdade de imprensa, existem outros valores de igual nobreza constitucional que são intimidade, a imagem, a honra, o devido processo legal e a presunção de inocência (TUCCI, 1999, P. 114).

Dentro do direito de liberdade de imprensa existe a “mídia”. Em um conceito abstrato mídia se refere aos chamados meios de comunicação em massa difusores de informações. De acordo com Lima (2004, p. 50) quando se fala em mídia, refere-se “ao conjunto das emissoras de rádio e televisão (aberta ou paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas situações que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa”.

No cenário atual, a mídia ganhou força e influência que não deve ser descartada. Como influência designa-se “o processo pelo qual o indivíduo modifica a sua própria representação da realidade social a partir do que é apresentado pelos e nos meios de comunicação” (TEIXEIRA, 2011, p. 56). Essa influência é cada vez mais presente na sociedade moderna, uma vez que houve uma proliferação de veículos midiáticos (internet, por exemplo) que acabam chegando aos indivíduos a todo minuto e de maneira constante.

Com isso, “a sociedade é influenciada pelo que vê e ouve através da mídia, formando, assim, a chamada opinião pública” (MENDONÇA, 2013, P. 372). Sobre a opinião pública, entende-se como “o juízo coletivo adotado e exteriorizado no mesmo direcionamento por um grupo de pessoas com expressiva representatividade popular sobre algo de interesse geral” (NERY, 2010, P. 08). Com essa definição pode-se entender que os veículos midiáticos são capazes de formar e transformar a consciência pública.

Alguns autores afirmam que a opinião pública em muitos casos não coincide com a verdade, já que é mera opinião. Nessa defesa, expõe-se a seguinte observação:

Nesse contexto, pode-se afirmar que a opinião pública, considerada como o amálgama de ideias e valores que externam o modo de pensar de determinados grupos sociais acerca de assuntos específicos, é edificada sobre o tripé sujeito-experiência-intelecto. Com a difusão da

comunicação de massa, foi acrescida a esse contexto a informação mediatizada, que, conjugada ao analfabetismo funcional que assola a população brasileira, passou a ditar unilateralmente o quadro fático-valorativo a ser absorvido pela massa populacional (CÂMARA, 2012, P. 268).

Seja qual for a explicação para o crescimento da mídia, o fato é que ela hoje desempenha um importante papel informativo e social, influenciando diretamente a opinião ou formação de uma opinião de qualquer indivíduo, alfabetizado ou não.

Menciona Mendonça (2013, p. 373) que “muito se fala que a mídia seria o quarto poder. Não se mostra tão ousado assim afirmar, uma vez que as sociedades modernas de hoje são marcadas pela onipresença da mídia nos mais diversos setores”.

Para o sociólogo John B. Thompson (2005 *apud* GUARESCHI, 2007, p. 08) “vive-se atualmente uma sociedade midiada, na qual não há nada que não esteja profundamente relacionado com a mídia nem esteja intrinsecamente por ela influenciado, desde a economia até a religião, passando-se pela política e pelo direito”.

Dessa forma, a mídia atua como propagadora de tudo o que ocorre no mundo, em todas as áreas, informando e atualizando o ser humano sobre o que ocorre a sua volta e ajudando na convivência e comunicação nos ambientes em que frequentam. A mídia, que está ligada diretamente ao jornalismo, também influencia inclusive nos julgados do Tribunal do Júri, local onde são decididos os casos de crimes contra a vida.

Assim que esses crimes macabros ocorrem, a sociedade vai à busca de explicações e querem a todo custo que a “justiça seja feita”. Nesse momento emerge o poder e influência da mídia “que equivocadamente, acabam noticiando os fatos, e declarando informações muitas vezes

absurdas e que contrariam o Estado Democrático de Direito” GOUVEIA (2015, p. 02).

Além disso:

[...] a mídia se vale de técnicas de argumentação e retórica avançadas, para se aproximar ainda mais do seu público alvo. O modo como os jornalistas anunciam uma notícia, a entonação de voz, a moderação da fala. Tudo é minuciosamente trabalhado, para que chegue ao público final, e ganhe confiança do público alvo. É a euforia por ibope. Os meios de comunicação acabam “decodificando” o linguajar técnico jurídico, transformando-o em linguagem simples e de maior compreensão pela população (GOUVEIA, 2015, p. 02).

Dessa forma, “a mídia acaba agindo como se juiz togado fosse, proferindo veredictos, julgamentos e condenações antecipadas contra suspeitos e acusados que ainda não passaram por investigação e sequer foram condenados” (ZOCANTE; REIS JÚNIOR, 2010, p. 18).

No caso específico do Tribunal do Júri, essa influência é ainda mais importante, uma vez que trata sobre o futuro de um ser humano. Nos dizeres de (Prates; Tavares, 2008, p. 38) “crimes dolosos contra a vida, via de regra têm atraído o sensacionalismo da mídia, induzindo muitas vezes o Conselho de Sentença a fazer valer a opinião pública em detrimento de sua livre convicção”.

De acordo com Raquel Werneck P. Valverde, em seu entendimento:

Como o tribunal do júri trata justamente sobre crimes dolosos, que tem grande repercussão, traz justamente o sentimentalismo da sociedade, a revolta e opiniões sobre tudo o que acontece no mundo do crime. Muitas vezes a mídia condena sem ter a certeza, com apenas especulações de que realmente é verdadeiro tal fato que está sendo noticiado, mas

não imagina a influencia que pode ter sobre os pensamentos das pessoas, que deveriam julgar apenas baseado em fatos reais, narrados no decorrer do processo e não em apenas especulações já preconcebidas antes mesmo do julgamento (VALVERDE, 2014, p. 12).

Castro (2014, p. 33) entende que “a mídia tira do acusado a oportunidade de exercer plenamente o seu direito de defesa, pois, diante da mídia, com suas notícias sensacionalistas, inútil é o discurso do advogado no plenário no intuito de convencer os jurados”.

3. A VIOLÊNCIA NO JORNALISMO

Com o poder da mídia cada vez maior, conforme exposto no item anterior, o papel do jornalista se torna mais importante, pois é através dele que as informações são colhidas e repassadas ao público. Ocorre que dentro da profissão de jornalista, tem surgido uma força extremamente potente que vem alterando o trabalho do jornalista: a violência.

A violência no jornalismo é exposta de várias maneiras, mas para a base desse estudo, as mais acentuadas são contra o profissional e a exercida pelo jornalista. A primeira diz respeito à violência contra o jornalista, o profissional no exercício de suas funções, enquanto que a segunda resigna-se naquela violência praticada pelo jornalista.

A violência praticada pelo jornalista pode ser tratada pelo viés da informação repassada e captada pelo público. Nas últimas décadas tem-se crescido o espaço destinado à violência nos meios de comunicação. Catástrofes, tragédias, crimes e agressões, compõem uma pauta jornalística diária.

Insta salientar que a violência não é um produto criado pela mídia. No entanto, a sua espetaculação é um efeito colateral que deve ser evitado. Não significa que se

deva omitir informações, mas é necessário contextualizá-lo. Em face do momento atual, Di Franco (2014, p. 01) entende que “o jornalismo de qualidade reclama um especial cuidado no uso dos adjetivos. Caso contrário, a crise real pode ser amplificada pelos megafones do sensacionalismo”.

Mesmo destacando a sua importância, na prática, a mídia vem desempenhando ações que muitas vezes vão além das suas prerrogativas. Além de desrespeitar os princípios constitucionais básicos, conforme expostos anteriormente, nos dias que se seguem, tem-se visto com bastante regularidade “a difusão da mídia sensacionalista e a busca por lucros das empresas de comunicação, que com frequência utiliza a informação para outras finalidades que não a de comunicar e informar” (MENDONÇA, 2013, p. 374).

Em especial os veículos midiáticos privados, onde eles usam as informações para interesse próprio, manipulando a ideia a ser passada com a informação. Com isso, o público que a recebe cria a partir dessa ideia uma nova concepção baseada naquilo que recebeu. Neste mesmo sentido, Moretzsohn (2003, p. 01) conta que “relação da mídia também com a conjuntura política, por sua vez, leva frequentemente a uma deturpação deliberada das informações, chegando-se mesmo à pura e simples invenção de fatos”.

Diante disso, Mendonça (2013, p. 374) explica que “a realidade da qual se tem conhecimento através dos meios de comunicação passa a ser uma realidade construída de acordo com os interesses de cada veículo de comunicação, que publica a informação da maneira como que a fim de atingir um objetivo próprio”.

Em consequência desses fatos, a informação se transformou em moeda de troca e de valor, um produto a ser comercializado, lucrando aquele que mais chama a atenção com a exposição da sua mercadoria, ambição esta que desvirtua o verdadeiro e importante função de informar da mídia.

Nos dizeres de Guareschi (2007, p. 06) “além de mostrar ao seu receptor aquilo que é real ou não, a mídia tem o poder de construir a realidade quando afirma que uma coisa é real apenas quando passa a ser midiada”. Além disso, o retro autor acrescenta:

Ao dizer que algo existe, digo, igualmente, se aquilo é bom ou ruim. Em princípio, as realidades veiculadas pela mídia são boas e verdadeiras, a não ser que seja dito expressamente o contrário. O que está na mídia não é só, então, o existente, mas contém igualmente algo de positivo. Isso é transmitido aos ouvintes ou telespectadores, isto é, as pessoas que aparecem na mídia são as que existem e são importantes, dignas de respeito (GUARESCHI, 2007, P. 09).

O que vem ocorrendo atualmente é um crescente fenômeno na mídia, onde o cenário criminalista tem sido vítima da mídia sensacionalista, que na definição de Castro (2014, p. 29) “é uma forma de distorcer a realidade, utilizando informações inverídicas a fim de manipular a opinião pública”.

É possível destacar, em qualquer dos órgãos da mídia, espaços dedicados à questão criminal, com nítida preferência a alguns tipos de crimes, previamente selecionados, que são reiteradamente exibidos, narrados e descritos constantemente. Neste cenário, é possível que tamanha quantidade de informações veiculadas exerça alguma forte influência no comportamento das pessoas em geral, o que é extensível aos sujeitos processuais – especialmente ao juiz (NERY, 2010, P. 41).

Assim, “nesta dinâmica que se move os órgãos jornalísticos emerge o sensacionalismo, consistente num modo de veicular a notícia que extrapola os lindes do fato

realmente ocorrido, acabando por se imiscuir numa fantasia novelesca” (CÂMARA, 2012, p. 265).

A violência praticada pelos jornalistas se resume na descrição e exposição dos fatos jornalísticos feito de forma distorcida, resultando no supracitado sensacionalismo. Nessa questão entra em pauta a ética da profissão. É preciso ter ética ao tratar de assuntos tão dramáticos e pessoais de pessoas. É preciso ter senso de humanidade ao expor coisas tão pessoais de pessoas.

Nesse sentido:

Denunciar o avanço da violência e a falência do Estado no seu combate é um dever ético. Mas não é menos ético iluminar a cena de ações construtivas, frequentemente desconhecidas do grande público, que, sem alarde ou pirotécias do marketing, colaboram, e muito, na construção da cidadania. É fácil fazer jornalismo de boletim de ocorrência. Não é tão fácil contar histórias reais, com rosto humano, que mostram o lado bom da vida (DI FRANCO, 2014, p. 01).

O Jornalismo Policial, que é onde o jornalista mais pratica a violência (verbal e moral), quando se conquista uma audiência, seja ela televisionada ou em outros meios de comunicação, por meio da centralidade das cenas de violência, sofrimento e dor, as preocupações jornalísticas parecem deixar de fazer sentido. E isso vai contra o valor ético da profissão.

Segundo Cursino (2015, p. 01) “o jornalismo policial se declara um programa de jornalismo, não de entretenimento. Mas suas notícias não têm a menor pretensão de discutir de forma aprofundada algum aspecto de nossa realidade”.

Em decorrência disso, ocorre a segunda violência no jornalismo: a violência contra o jornalista. De acordo com recentes pesquisas, a cada cinco dias, pelo menos um

jornalista é morto ao redor do mundo durante o exercício da profissão. Essa estatística mostra uma crescente onda de violência contra a imprensa, principalmente em áreas de conflito ou até mesmo em países de governo democrático, como o Brasil.

Segundo informa Rodrigues (2014, p. 01) “a violência contra jornalistas no país é caracterizada pela ação de milicianos, traficantes ou oligarquias políticas e fundiárias, que encomendam os crimes”. Regiões brasileiras como o Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem mais ocorrência nesse tipo de violência, pois “são regiões onde fortes esquemas de grilagem de terra são montados, o tráfico de drogas e a exploração sexual são mais intensos. Nessas áreas, há muitos casos de intimidação, ameaças e diversos assassinatos” (RODRIGUES, 2014, p. 01).

Um caso emblemático que ilustra essa realidade é o caso do jornalista da Tv Globo Tim Lopes. Passados dez anos da sua morte, esse caso ainda é bastante discutido e mostra uma realidade pouco vista: a criminalidade contra os jornalistas. O referido jornalista estava documentando uma reportagem sobre drogas nas favelas, quando traficantes o mataram.

Muitos jornalistas afirmam que essa tragédia trouxe benefícios para a categoria, porque foi a primeira vez que se começou a discutir a segurança dos jornalistas no país após o Regime Militar. Após esse caso, as empresas de comunicação do Rio de Janeiro e de outras localidades, adotaram em sua totalidade, em convenção coletiva, o uso do colete à prova de balas e a realização de treinamentos para orientação dos jornalistas. Contudo, as medidas foram abandonadas por algumas empresas e já se mostram ineficientes, segundo alguns sindicatos trabalhistas.

Uma das maiores causas para a prática de violência contra os jornalistas reside justamente no fato de que muitos jornalistas, principalmente os que estão nos programas de TV, se utilizam do poder da mídia para explorar a violência

e a miséria humana, o que acaba por causar revolta daqueles que estão sendo expostos e que vão em busca de retaliação contra os jornalistas.

Essa revolta se justifica pelo fato de que o jornalista ao exercer o seu ofício expõe detalhes íntimos e pessoais (muitas vezes detalhes manipulados) como forma de dar mais visibilidade ao seu trabalho. Ainda que pra isso precise extrapolar o bom senso.

Por outro lado, é importante colocar, que o jornalista também exerce papel fundamental para a melhoria de condições aos crimes sem a devida punibilidade. Por meio do seu trabalho e conseqüentemente da mídia, o jornalismo também pode prestar um serviço favorável aos julgamentos de diversos crimes, por exemplo. Isso ocorre “quando campanhas jornalistas e televisivas acabam por atrair intenso clamor social sobre determinado fato, provocando atuação rápida e eficaz do Poder Legislativo” (GOUVEIA, 2015, p. 03).

Assim, mostra-se que o jornalismo muitas vezes ajuda na criação de atos normativos que objetivam em combater de forma rápida e eficaz a criminalidade. É nas palavras de Pereira Neto (2011, p. 15) que vê “o jornalismo colaborando na produção de respostas rápidas à criminalidade”. Há ainda casos, que com a ajuda da mídia várias investigações restaram bem sucedidas e crimes acabaram por serem solucionados de forma plena.

É notório observar que quanto mais o jornalista se expõe mais riscos ele corre. É necessário que o jornalista tenha mais cuidado e atenção ao passar a informação, sob o risco de sofrer atos violentos por parte da população. Para evitar essas ocorrências, em alguns casos como já citado, é preciso usar equipamentos de segurança e fazer cursos de auto-proteção.

Dessa forma, mostra-se claro o quanto a violência está presente no Jornalismo, entrando em várias áreas, sempre de forma a prejudicar não somente o próprio

profissional, mas, sobretudo a toda uma sociedade, que se influencia e se espelha naquilo que lhe é mostrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos apresentados nesse estudo, é notório observar que a violência, seja da maneira como for é altamente prejudicial a todos os envolvidos. A violência verbal e moral que são as mais comuns nesse tipo de jornalismo vêm desencadeando uma série de violências, fazendo vítimas de toda ordem.

Diante de todo o exposto fica evidenciado também, que a mídia possui um enorme impacto na sociedade, na política, na cultura, na economia e principalmente no Jornalismo, área de onde sai às informações que serão propagadas na mídia, e onde muito da sua influência atinge diretamente o *modus operandi* de fazer notícia e de expô-la.

A violência que vem ocorrendo de forma corriqueira pelo jornalista e contra ele tem sido bastante discutido pela sociedade e principalmente pelos meios de comunicação. A violência, que é uma realidade bastante cruel, tem se tornado cada vez mais presente no Jornalismo.

Por conta disso, a violência e jornalismo tem mantido uma relação próxima, trazendo inúmeros prejuízos, não somente ao jornalista, mas para toda a comunidade. Muitas medidas devem ser tomadas para que não haja mais criminalidade dentro do Jornalismo.

Para que isso ocorra, fica claro que o papel do jornalista deve ser pautado pela ética, pois em contrário poderá sofrer ataques de violência por parte da população que não aceita determinadas notícias, ainda que se entenda que a liberdade de imprensa deve ser respeitada. Nesse sentido, é preciso um equilíbrio do próprio profissional no exercício de suas funções para que não haja qualquer dissabor que possa prejudicar outrem.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CÂMARA, Juliana de Azevedo Santa Rosa. **Sistema penal e mídia: breves linhas sobre uma relação conflituosa**. Revista Esmese – Escola Superior da Magistratura de Sergipe, Aracaju/SE, n. 17, 2012. Disponível em: <<http://www.diario.tjse.jus.br/revistaesmese/revistas/17.pdf>>. Acesso em: 08/06/2016.

CURSINO, Maria Marta. **Estudo analisa indústria cultural e violência no jornalismo policial brasileiro**. 2015. Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/noticias/estudo-analisa-industria-cultural-e-violencia-no-jornalismo-policial-brasileiro>>. Acesso em: 08/06/2016.

DI FRANCO, Carlos Alberto. **Jornalismo e Violência**. 2014. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2015/09/jornalismo-e-violencia.html>>. Acesso em: 08/06/2016.

GOUVEIA, Lúvia. **A influência da mídia no Tribunal do Júri**. 2015. Disponível em: <<http://ligouveia.jusbrasil.com.br/artigos/205402850/a-influencia-da-midia-no-tribunal-do-juri>>. Acesso em: 07/09/2016.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder**. Revista Debates, Porto Alegre/RS, v.1, n.1, jul-dez 2007. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/2505/1286>>. Acesso em: 08/06/2016.

MENDONÇA, Fernanda Graebin. **A (má) influência da mídia nas decisões pelo tribunal do Júri.** 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. ISSN 2238-9121. jun/ 2013. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/3-6.pdf>>. Acesso em: 08/06/2016.

NERY, Arianne Câmara. **Considerações sobre o papel da mídia no processo penal.** 2010. Monografia de Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ, 2010. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/16733/16733.PDF>>. Acesso em: 08/06/2016.

MORETZSOHN, Sylvia. **Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social.** Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf>>. Acesso em: 08/06/2016.

OLIVEIRA, César Antônio Silva de. **A influência da mídia no Tribunal do Júri à luz dos princípios e garantias constitucionais que regem o Processo Penal Brasileiro.** 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28520/a-influencia-da-midia-no-tribunal-do-juri-a-luz-dos-principios-e-garantias-constitucionais-que-regem-o-processo-penal-brasileiro>>. Acesso em: 08/06/2016.

PEREIRA NETO, Luiz Fernando. **O princípio do estado de inocência e a sua violação pela mídia**. Anais do Congresso Internacional de Ciências Criminais, II edição, 2011. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/ciencias_criminais/edicao2/Luiz_Fernando.pdf>. Acesso em: 07/09/2016.

PRATES, Flávio Cruz; TAVARES, Neusa Felipim dos Anjos. **A influência da mídia nas decisões do conselho de sentença**. Direito & Justiça, Porto Alegre, v. 34, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://verum.pucrs.br/f/jsq4pemn6hve7kcyjhb8gs8fur81fen1hcnxx41gktdvk514b-37826?func=full-setset&set_number=004325&set_entry=000002&forma_t=999>. Acesso em: 06/06/2016.

RODRIGUES, Rodrigo. **Perigo na Pauta**. 2014. Disponível em: <<http://portaldacomunicacao.uol.com.br/graficas-livros/56/artigo263249-3.asp>>. Acesso em: 08/06/2016.

TEIXEIRA, Marieli Rangel. **As propriedades do jornalismo sensacionalista: uma análise da cobertura do caso Isabella Nardoni**. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, PUCRS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2064>>. Acesso em: 06/06/2016

TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri: origem evolução, características e perspectivas**. Tribunal do júri – Estudo sobre a mais democrática

instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

VALVERDE, Raquel Werneck Pires. **A influência da Mídia no Tribunal do Júri.** 2014. Disponível em: <http://sudamerica.edu.br/argumentandum/artigos/argumentandum_volume_4/A%20Influencia%20da%20Midia.pdf>. Acesso em: 08/06/2016.

ZOCANTE, F.R.; REIS JUNIOR, A. S. **A influência da Mídia no Tribunal do Júri.** Iniciação Científica CESUMAR. v. 12, n.2, jul./dez. 2010.

Reflexões sobre Gênero, Violência e Mídia

Rose Dayanne Santana Nogueira¹
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

Introdução

“Os que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história”.

(JOAN SCOTT, 1989 ,
tradução nossa)

Uma infinidade de informações veicula diariamente pelos meios de comunicação, trazendo temas e assuntos diversos, os quais compõem o cotidiano de uma sociedade cada dia mais ávida por informações. Entre os quais a violência, uma temática que figura na mídia, nas rodas de

¹ Mestranda em Comunicação e Sociedade (UFT). Pós-graduanda em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos (UFT). Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo (ULBRA). Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino – OPAJE (UFT).

² Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Educação pela Faculdade de Educação (UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordena pesquisas em ensino de jornalismo digital e preservação da Memória.

conversas, nas mensagens recebidas nos celulares. Segundo Moreno (2012), essa é uma temática abordada “fartamente” pela mídia, que dá destaque a situações de violência que atingem, sobretudo, a propriedade privada dos indivíduos, quando veicula, por exemplo, notícias de sequestros, roubos, assaltos, etc.

Existem várias formas de violência, tais como as agressões físicas e verbais, o bullying, e ainda algumas formas que, historicamente, são cometidas contra grupos específicos que trazem em sua trajetória a herança das várias faces da violência as quais foram submetidos, por exemplo, o preconceito, o racismo, a homofobia e a violência contra a mulher, entre outras. Trazem também as consequências para as vítimas de violência que vão desde danos psicológicos, emocionais, a lesões físicas e até a morte.

Das formas de violência acima citadas, o presente artigo ocupa-se daquela sofrida pelas mulheres, pois considera alarmantes os dados sobre a violência contra a mulher no Brasil. Conforme dados da Pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado, realizada pela Fundação³ Perseu Abramo/SESC, no ano de 2010, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no país. Possivelmente, a vizinha, a amiga que caminha pela rua, a mãe que acabou de dar banho nos filhos, está sendo vítima de violência nesse momento.

Segundo Moreno (2012), é por intermédio exclusivo e predominante dos meios de comunicação que grande parte da população toma conhecimento da violência, logo, percebe-se a importância de refletir sobre o tratamento que é dado à violência nos meios de comunicação.

Nesse contexto, o objetivo desse artigo é refletir sobre os conceitos de gênero e violência, em especial a

³ Realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC, com objetivo de apresentar a evolução do pensamento e do papel das mulheres brasileiras na sociedade.

violência contra a mulher, e a abordagem da mídia quando temática está na pauta. Para essa reflexão, opta-se por uma revisão de literatura, na qual, após definir o tema a ser investigado, foram priorizadas as seguintes autoras: Joan Scott (1989), com suas indagações sobre o conceito de gênero; Rachael Moreno (2012) para falar sobre a imagem da mulher; Lourdes Maria Bandeira (2014) que traz alguns subsídios quanto à temática de violência de gênero; além de dados sobre a cobertura da pauta de gênero pela imprensa brasileira, a partir de uma pesquisa realizada pela Andi e Instituto Patrícia Galvão em 2010.

As (des)construções do conceito de gênero

O Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1988, p.321) traz a seguinte definição para gênero: “8. *Gram.* Categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. [Há gêneros masculino, feminino e neutro]”.

No entanto, diante tentativa de codificar uma palavra, faz-se necessário atentar-se ao fato de que tal definição pode inferir diversas interpretações, as quais vão depender do olhar de quem busca seu significado.

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados (SCOTT, 1989, p.3).

Para Scott (1989, p. 4), não existe uma clareza ou coerência para o uso da categoria gênero, assim como para raça, ao contrário da construção teórica/histórica que existe

para o conceito de classe, por exemplo. Segundo a autora, no caso de gênero, “o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos”.

Scott (1989) ressalta ainda o fato de que, somente no final do século XX, as preocupações teóricas relativas ao gênero tenham aparecido como categoria de análise.

Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma ‘questão feminina’, outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido. Esta falta poderia explicar em parte a dificuldade que as feministas contemporâneas têm tido de integrar o termo gênero em conjuntos teóricos pré-existentes e em convencer os adeptos de uma ou de outra escola teórica que o gênero faz parte do seu vocabulário. O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens (SCOTT, 1989, p.19).

No contexto brasileiro, é possível identificar três momentos históricos sobre a construção do conceito de gênero no país, conforme aponta Guedes (2012). Segundo a autora, o primeiro foi por volta dos anos de 1970, quando floresce a busca para compreender e identificar o significado de gênero no campo da construção teórica e da sua relação com o Movimento de Mulheres/Feministas, que ocupou vários campos do saber, principalmente aqueles ligados ao

Movimento Feminista. Uma época para visibilizar essa pauta.

O segundo momento, compreendeu o período de 1985 a 1988, e buscou avançar na construção, no seio dos movimentos sociais e da Academia, marcar presença, entender o sujeito mulher, a identidade feminina, o ser mulher, e lidar com a resistência social e acadêmica que existia frente a essas ideias.

Já o terceiro momento, compreenderia o ano de 1989 até os dias atuais:

(...) em que a discussão do feminino/masculino busca lutar contra guetos e resgatar aliadas (os). Se os movimentos de mulheres e feministas tinham descerrado os véus da 'Invisibilidade' no seio dos movimentos sociais, se tinha buscado um estatuto científico para os estudos sobre a Mulher, ainda assim, se encontravam nos Guetos Embora politizando os espaços públicos e afirmando que o privado também era importante, pois esse era um grito necessário, acabavam falando delas para elas mesmas. Resgatar o ser mulher foi importante para os diferentes movimentos, mas não significou mudanças nas relações sociais expressas nas práticas cotidianas, institucionais. Proliferaram estudos sobre a Mulher, mas o diálogo e o estatuto da cientificidade continuava a corroer as tentativas feitas por estudiosas/acadêmicas/feministas (GUEDES, 2012, p.6-7).

A autora feminista Scott (1989), por sua vez, considera que a noção de gênero é algo social e historicamente construída, baseada numa dimensão mais ampla e articulada com a noção de poder. Logo, essa perspectiva sobre a compreensão de gênero pode ajudar a compreender a questão da violência de gênero.

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989, p.21).

Ao apresentar sua definição de gênero, a autora destaca ainda que “as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único” (SCOTT, 1989, p. 21). Sentido que se relaciona a quatro elementos constitutivos do gênero: (1) símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias); (2) conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas; (3) uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais; (4) a identidade subjetiva.

Amparado no que diz Scott (1989), falar de gênero implica em compreender suas relações, que acontecem num campo com dinâmica própria, mas que se articulam também com outras formas de desigualdades e dominação social.

Longe de ser confundido com diferença sexual, ou baseado em conceitos biológicos, o conceito de gênero de Scott (1989) é social, alicerçado nas construções culturais que definem o que é ser mulher e o que é ser homem, onde os papéis outrora percebidos como naturais, sejam para homens ou para mulheres, não o são, mas foram construídos socialmente, baseados em práticas e costumes ancorados na desigualdade, seja de oportunidades, de direitos, de deveres e de liberdade.

Tais esclarecimentos contribuem na compreensão do conceito de violência de gênero, o qual vem sendo

utilizado muitas vezes de forma errônea para tentar justificá-la a partir do próprio indivíduo.

Violência de Gênero: base machista e patriarcal

Considerando que as mulheres representam mais da metade da população do Brasil e ainda é “mãe” da outra metade, estima-se que pautas que tragam questões gênero (em especial à condição das mulheres na sociedade), por exemplo, temas relacionados às violações de direitos das mulheres (assassinatos, agressões, assédio, etc.), empoderamento, as políticas públicas (criação, implementação e efetividade), as quais permeiam a agenda de direito das mulheres e de luta dos movimentos de mulheres e feministas, sejam pautas de interesse da população – de interesse público –, e, conseqüentemente, da mídia.

Entre as questões que envolvem os estudos de gênero, sobretudo como o foco do artigo é a violência contra as mulheres, têm-se, infelizmente, dados alarmantes e demonstram a realidade violenta a qual estão submetidas as mulheres brasileiras.

Conforme dados⁴ do Ligue 180, em 2015, diariamente 38,72% das mulheres em situação de violência sofrem agressões, e para 33,86%, a agressão é semanal. O “Mapa da Violência 2015⁵: homicídio de mulheres no Brasil” revela que, em média, 13 mulheres foram assassinadas por dia no ano de 2013. E, ainda que, entre os anos de 2003 e 2013, houve um aumento de 21% no período em relação ao

⁴Esses dados foram divulgados no Balanço dos atendimentos realizados de janeiro a outubro de 2015 pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

⁵Elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, com dados do período de 2003 a 2013.

número de homicídios de mulheres, que passou de 3.937 em 2003 para 4.762. (WAISELFISZ, 2015)

Segundo Bandeira (2014, p. 449), “os estudos sobre a violência de gênero, especialmente aquela dirigida à mulher, constituem-se em um campo teórico-metodológico fundado a partir das reivindicações do movimento feminista brasileiro e internacional”. A autora destaca que é a partir da década de 1980 que se estabeleceu, no Brasil, uma nova área de estudos e ação, com a abertura de um espaço cognitivo novo, que levou, sobretudo, a uma abordagem política e singular, na qual figuram nesse período a criação de serviços públicos especializados e leis particulares.

A qualificação e a análise da problemática da violência contra a mulher ocorreram à medida que o movimento feminista desconstruiu a ideia corrente de que o aparato sexual era inerente à natureza das mulheres e dos homens, colocando as concepções acerca dos sexos fora do âmbito biológico e as inscrevendo na história. Por sua vez, desconstruiu a ideia de que a violência contra a mulher está ligada aos significados atribuídos, de modo essencializado, à masculinidade, à feminilidade e à relação entre homens e mulheres em nossa cultura. Para se aprofundar no tema, foi fundamental que a noção de gênero – distinta da de sexo –, sob a qual se dava no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje ainda serve para justificar preconceitos (BANDEIRA, 2014, p. 449).

A violência se manifesta em várias formas, atitudes e palavras. Segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1988, p. 675), violência é “1. Qualidade de violento. 2. Ato violento. 3. Ato de violentar. 4. Jur. Constrangimento físico ou moral; uso da força; coação”. Logo, pode-se dizer que a violência é um ato deliberado e consciente, que pode prejudicar alguém,

seja causando lesões corporais e até mesmo mentais à vítima. No caso da violência de gênero, praticada contra as mulheres, pode-se inferir que:

Afinal, é pela perspectiva de gênero que se entende o fato de a violência contra as mulheres emergir da questão da alteridade, enquanto fundamento distinto de outras violências. Ou seja, esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. Pelo contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. Porém, em outras situações, quem subjuga e quem é subjugado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras, modificando sua posição em relação àquela do núcleo familiar (BANDEIRA, 2014, p. 450)

A violência praticada contra as mulheres ampara-se na construção machista e patriarcal da nossa sociedade, que coloca a mulher em posição de inferioridade em relação ao homem. “Os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram, em especial, como um dos pilares da violência contra a mulher o patriarcado e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina” (BANDEIRA, 2014, p. 457).

Bandeira (2014) ressalta que existem outros elementos, a exemplo da lógica familista, que formatam a dinâmica da violência. Logo, a dominação masculina e o patriarcado, quando analisados de forma isolada, não seriam causas suficientes para se explicar a violência contra a mulher.

Apesar das fragilidades que ambos os conceitos apresentam na sociedade contemporânea, bem como das críticas que lhes são atribuídas, ainda assim trazem consigo significados e desdobramentos importantes para que se possa compreender a manutenção dos ordenamentos familiares, uma vez que não está rompida a máxima: ‘em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher’(BANDEIRA, 2014, p.457).

Sobre isso a autora alerta que, mesmo que o movimento feminista tenha lutado para tornar pública a violência contra as mulheres e para que fosse reconhecida como um problema que afeta toda sociedade, ainda existe o poder familiar para silenciá-la.

Assim, a manutenção da lógica familista alia-se aos motivos aparentemente desencadeadores da violência e que são sempre frequentes nas conciliações dos conflitos domésticos e intrafamiliar, cabendo à mulher: reatar a relação afetivo-conjugal, rejeitar o pedido de separação, abdicar-se da independência econômica (mulher em processo de ascensão social), aceitar a violência como expressão de ciúmes, entre outros (BANDEIRA, 2014, p.457).

A partir dessas relações estabelecidas entre homens e mulheres é possível perceber como as desigualdades são construídas ao longo da história, numa relação dominante, de exploração e de sobreposição dos homens sobre as mulheres. Pode-se dizer que os valores que fazem parte do imaginário social dão fundamento às hierarquias de poder entre os sexos, fazendo com que essa relação de dominação esteja presente nos mais variados espaços sociais. Assim, embora seja construída socialmente, a identidade social tanto do homem quanto da mulher, acabam sendo naturalizadas pela sociedade.

Lei Maria da Penha

Segundo Moreno (2012), o direito das mulheres à igualdade é o mais básico dos direitos humanos, e viver sem sofrer qualquer tipo de violência é um deles. Portanto, qualquer violação, discriminação ou restrição em função do gênero, conforme a Unesco, é uma violação de direitos humanos.

Um marco do combate à violência contra a mulher, no Brasil, foi a sanção da Lei nº 11.340/2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, que se transformou no principal instrumento legal de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, no País, e é resultado do esforço coletivo dos movimentos feministas e de mulheres aliados ao poder público para o enfrentamento da violência doméstica e familiar e aos altos índices de morte de mulheres, no Brasil.

A Lei Maria da Penha, que reúne medidas de prevenção e punições para as agressões, alterou o Código Penal possibilitando que agressores sejam presos em flagrante, ou tenham sua prisão preventiva decretada, quando ameaçarem a integridade física da mulher. A Lei preconiza ainda algumas medidas inéditas de proteção para a mulher que corre risco de vida, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física junto à mulher agredida e aos filhos. (BRASIL, 2015).

Em agosto de 2016, a Lei completou 10 anos e já possibilitou avanços, como por exemplo, a ampliação da rede de suporte às vítimas, a implementação de centros de atendimento multidisciplinar, o aumento da quantidade de delegacias especializadas da mulher, realização de campanhas educativas, e até mesmo a discussão sobre o tema nas escolas.

No entanto, infelizmente, a Lei ainda não é cumprida de forma integral e enfrenta alguns entraves para sua

aplicação, entre os quais, cumpre destacar o comportamento de alguns profissionais da rede, juízes, delegados, policiais, que ainda reproduzem as atitudes machistas ao atender as mulheres vítimas de violência doméstica, e também o número insuficiente de delegacias e varas especializadas.

Em seu artigo 5º, a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) traz a definição de violência doméstica: “Art. 5º: Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

A Lei preconiza ainda cinco tipos de violência doméstica praticadas contra as mulheres, quais sejam: a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, estabelecendo também como crimes o ataque sexual, o patrimonial, o psicológico e o moral — que costumam ser os passos que antecedem ao espancamento e ao assassinato. (BRASIL, 2015)

Apontamentos sobre a cobertura da violência de gênero na mídia brasileira

Utilizando alguns fatos que figuraram na mídia nacional, no mês de maio e junho de 2016, a saber o caso de estupro coletivo a uma adolescente no Rio de Janeiro⁶, aqui aparado no conhecimento empírico, a pauta de violência

⁶A partir do dia 25 de maio de 2016 viralizou na Internet um vídeo que mostrava uma adolescente de 16 anos, nua, dopada e com marcas de violência, que foi estuprada por um grupo de homens na Zona Oeste do Rio de Janeiro, no dia 21 de maio de 2016. Após a divulgação do vídeo, diversos grupos feministas e de mulheres começaram a convocar manifestações contra a cultura do estupro, fortemente cultuado no nosso país. A vítima só denunciou o caso após a repercussão do vídeo, e ainda afirmou ter sido vítima de violência institucional quando foi fazer a denúncia, além dos julgamentos sociais que atribuíam a ela a culpa pela violência que sofreu. O caso teve notório repercussão na imprensa nacional e internacional.

contra a mulher foi repetidamente veiculada, ou seja, agendada pela mídia. Redes sociais, programas de TV e Rádio, jornais impressos, sites de notícias, trouxeram o assunto, com destaque ainda para articulação dos movimentos feministas e de mulheres que além de ganhar as ruas, ganharam também espaço na mídia, ao reforçarem lutas que são históricas para esses movimentos.

Como hipótese, talvez um estudo mais aprofundado do conteúdo veiculado nesse período, em alguns veículos pudesse nos mostrar o quanto a pauta de violência contra a mulher foi discutida e quais impactos sociais que causaram. Entretanto, nem sempre foi assim, historicamente o assunto violência contra a mulher é tratado como tabu, com eufemismos e com abordagens que vêm a desqualificar e deslegitimar a vítima, ou seja, a mulher.

É sabido que, no final dos anos 1970, os assassinatos de mulheres cometidos pelos respectivos maridos, ex-maridos e companheiros localizados nos segmentos de classe média, ganharam visibilidade midiática e das autoridades, o que culminou com a mobilização da militância feminista a demandar políticas públicas de combate à violência contra as mulheres. Até então, os registros jornalísticos e as práticas jurídicas desses assassinatos assentavam-se no argumento da legítima defesa da honra, cuja espetacularidade teve exemplo no caso Doca Street, no qual Raul Fernando Street (Doca Street), em 1976, matou a socialite Ângela Diniz com quem teve um relacionamento amoroso (BANDEIRA, 2014, p. 456).

Logo, historicamente, o movimento organizado de mulheres, vem ao longo das ondas feministas, ocupando o espaço público e problematizando a condição feminina na sociedade. E o comportamento da mídia acompanha o

desenvolvimento da sociedade, referente às leis, as lutas do movimento feminista e as formas de pensamentos.

Neste trajeto, as mídias, e, em particular, o jornalismo, vem acompanhando as mudanças provocadas por este segmento da sociedade, tanto como espaço que constrói a visibilidade de suas reivindicações e conquistas, quanto instituição social que interage com diferentes atores sociais (AZEVEDO; GARCIA, 2011, p. 4).

Essa configuração da mídia como espaço de visibilidade de reivindicações e conquistas das mulheres possibilita a incorporação de temáticas como saúde, direitos reprodutivos, violações de direitos, entre outros, na pauta midiática.

Sobre a cobertura feita pela mídia da violência de gênero, especificamente contra as mulheres, seja no ambiente privado ou público, Moreno (2012) faz a seguinte ponderação:

A violência de gênero aparece também, mas sempre isolada de seu contexto, ponderação, consequências – torna-se visível somente quanto tem o potencial de atrair e prender atenção –, personalizando-a, explorando imgeticamente o sofrimento e espetacularizando-a enquanto der audiência e não ferir interesses comerciais (como quando se exibiu, por dias a fio, a história do sequestro de Eloá, no ABC Paulista; mas suicídios ou as tentativas de estupro no metrô não são noticiados) (MORENO, 2012, p.26).

Segundo dados da ANDI – Comunicação e Direitos e o Instituto Patrícia Galvão, foi constatado que o assunto que mais atrai o interesse da imprensa é a violência contra as mulheres, representando 63,30% dos textos jornalísticos

clippados para o estudo, em relação aos outros dois temas monitorados: poder político e decisão com 17,80%, e trabalho (renda e ocupação) com 18,90%. Os dados são de 2010, quando em pesquisa sobre o assunto foram monitorados 16 jornais diários, em todo país, com filtro de 2.381 notícias com foco na mulher.

Mesmo liderando as notícias sobre mulher, publicadas nos jornais impressos brasileiros, contabilizando 1.506 textos, as matérias sobre a violência contra a mulher deixavam a desejar na qualidade do que era noticiado, no que se refere à abrangência de conteúdo e ao aprofundamento investigativo.

Os dados coletados revelam que o foco majoritário dessa cobertura está em fatos individualizados, relatados a partir de um viés policial, deixando de lado uma abordagem mais ampla do problema. Segundo o levantamento, mesmo após a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, os veículos noticiosos brasileiros ainda têm dificuldades em tratar a violência contra as mulheres como fenômeno complexo e multidimensional (VIVARTA, 2010, p.8).

Diante desse contexto, cabe refletir sobre algumas questões para avançar rumo a uma cobertura midiática sobre a violência contra a mulher que respeite, em critérios investigativos e éticos, a complexidade desse problema que afeta toda sociedade. Para o pesquisador Wladimir Cerveira de Alencar (*apud* JORNAL MULIER, 2013) é preciso ir além, dos casos de mortes, extremos, mas trazer outras nuances da violência contra a mulher.

Como a agressão física, a moral, psicológica, econômica, etc. E creio, ainda, que falta a difusão das estatísticas de violência de gênero, atualmente temos diversas pesquisas sobre este tema no Brasil, mas

poucas são divulgadas nos veículos de grande massa, isso ajudaria a população a compreender as dimensões reais do problema, que é muito maior do que se pensa (JORNAL MULIER, 2013, p. 03).

Refletir sobre essas questões, ir além, colocá-las em prática é o caminho para a contribuição efetiva dos meios de comunicação para amenizar e buscar soluções para esse problema social.

Considerações Finais

A violência de gênero é um fato histórico e que encontra subsídios na estrutura machista e patriarcal sob a qual foi construída a nossa sociedade, que condicionou as mulheres a uma posição hierarquicamente inferior ao homem. Apesar dos avanços sociais, políticos e jurídicos no combate à violência (participação na vida pública, leis, políticas públicas, etc), que têm como protagonista a articulação das mulheres no movimento feminista, ainda são altos índices de violência contra as mulheres, em todo o mundo, o que mostra que tais avanços não foram suficientes para acabar com esse problema.

Assim, a tentativa de trazer conceitos, sobre os quais transitam essa questão, que possibilitem amparar no fato de que a dominação do homem sobre a mulher traz problemas sérios e mortais para a sociedade, não é só as mulheres que morrem, crianças ficam órfãs, famílias são desestruturadas, homens e mulheres adoecem.

Ora, nesse contexto social de violência de gênero, na qual padecem milhões de mulheres, no Brasil, a mídia poderia ajudar a transformar o cenário, indo além do papel de informar sobre o tema, e estimulando a discussão, com notícias, investigações e interpretações éticas e corroboradas em dados. A mídia é um importante ator social, constituindo-se como um espaço de visibilização de temas,

fatos, pessoas. De posse do poder que lhe é conferido, o jornalismo, por exemplo, tem o poder de selecionar e hierarquizar questões, momento em que além de definir urgências e prioridades, pode canalizar demandas e ser um braço social na cobrança por respostas dos poderes constituídos.

Referências

AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos; GARCIA, Loreley Gomes. Violência contra mulheres na agenda midiática. In: **Revista Espaço do Currículo (Online)**, v. 4, p. 1-19, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/3762/5841>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BANDEIRA. Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico de investigação. **Sociedade e Estado (UnB. Impresso)**, v. 29, p. 325-689, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69222014000200008. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Ligue 180: uma década de conquistas**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>. Acesso em: 22 de fev 2016.

Lei Maria da Penha. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-

[2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/2006/lei/111340.htm) . Acesso em 10 de junho de 2016.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Cidadania e Justiça. **Lei completa nove anos de combate à violência contra as mulheres.** Brasília, Agosto de 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/08/lei-completa-nove-anos-de-combate-a-violencia-contra-as-mulheres> Acesso em: 10 de junho de 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa mulheres brasileiras nos espaços público e privado.** São Paulo, Agosto de 2010. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>. Acesso em: 22 de fev 2016.

GUEDES, M.E.F. **Thompson e Scott: algumas reflexões.** In: Anais do 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, 2012, João Pessoa, Paraíba. Disponível <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/222/99>

JORNAL MULIER. **Entenda como os meios de comunicação retratam a violência contra a mulher.** Março de 2013, Nº 110. Disponível em: <http://jornalmulier.com.br/entenda-como-os-meios-de-comunicacao-retratam-a-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 22 de fev 2016.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia:** controle social comparado. São Paulo: Publischer Brasil, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. 1989. Texto traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, disponível em <http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf> Acesso em 05 de junho de 2016. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

VIVARTA, Veet (coord.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística.** ANDI; Instituto Patrícia Galvão. Brasília: 2011. Disponível em <http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/publicacao/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-uma-analise-das-te>. Acesso em: 22 fev 2016.

WASELFI SZ. Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais- Flacso; 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/Mapa_Violencia_2015_mulheres.pdf Acesso em: 22 fev 2016.

As mulheres e os espaços de poder e decisão: reflexões sobre a presença das mulheres na gestão da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Edisselma dos Santos Alecrim¹

Cynthia Mara Miranda²

Introdução

A desigualdade entre os gêneros é notada ao longo dos tempos, em diferentes sociedades, como uma forma de distribuição desigual de poder nas relações entre mulheres e homens que se dá nos mais variados espaços, tanto na esfera doméstica como na esfera pública.

Durante séculos, a esfera privada foi considerada como um espaço genuinamente feminino, onde as mulheres exerciam as atividades domésticas e de cuidados com a família, enquanto a esfera pública era atribuída como um espaço masculino, onde os homens trabalhavam por remuneração e exerciam a política. Em decorrência do estabelecimento de papéis sociais distintos para cada gênero, as mulheres foram, assim, sendo invisibilizadas na sociedade, na política e na economia.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (2015), Secretária Executiva na Universidade Federal do Tocantins/UFT.

² Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade Universidade Federal do Tocantins (UFT) e no curso de graduação em Comunicação Social – Jornalismo da UFT; Doutora em Ciências Sociais pela UnB.

Para Perrot (1988), as mulheres nunca aceitaram passivamente a desigualdade de gênero. Na discussão sobre a exclusão das mulheres da história, em sua obra *Os Excluídos da História*, a autora dá destaque à organização das mulheres em diferentes momentos, como na Revolução Francesa, na luta dos proletários e operários e em greves para engrossar o coro de reivindicações que, muitas vezes, traziam benefícios para ambos os sexos. A articulação dos movimentos feministas em várias partes do mundo tem sido responsável por pautar os problemas das mulheres e reivindicar ações do Estado para redução da desigualdade. Graças a essa articulação, políticas, programas e legislações pró-igualdade de gênero são idealizadas e implementadas.

A desigualdade é construída por meio das interações sociais que são lapidadas em diferentes processos de socialização, os quais se dão em diferentes espaços, como na família, na escola, na vizinhança e pela exposição aos meios de comunicação. O ponto de partida é a família, o espaço privado das relações de intimidade e onde são estabelecidas as regras para lidar com a diferença entre os sexos.

Ainda existe uma cultura de divisão sexual do trabalho bastante acentuada na sociedade brasileira, em que, apesar de não haver “legalmente” nada que impeça a ocupação das mulheres em profissões ditas como “tipicamente masculinas”, existem valores e crenças sociais que dificultam a inserção das mulheres em algumas profissões. Assim, a desconstrução desses valores é um caminho bastante suscetível, já que, além do processo cultural, afeta as relações de poder estabelecidas na sociedade.

Dados da pesquisa *Estatísticas de Gênero* (IBGE, 2010) mostram que cresceu a desigualdade entre homens e mulheres no mercado formal de trabalho, embora tenha aumentado a proporção de pessoas do sexo feminino em idade economicamente ativa trabalhando ou buscando emprego. A diferença salarial entre mulheres e homens ainda

é acentuada: as mulheres, segundo a pesquisa, recebem cerca de 70% do rendimento médio dos homens.

As atividades desempenhadas pelas mulheres ainda são pouco reconhecidas. Exemplo disso é que a atuação delas na esfera doméstica e no cuidado com a família não é valorizada, e sim é naturalizada como sendo uma obrigação exclusiva dela. As mulheres, hoje em dia, enfrentam uma tripla jornada de trabalho, que é iniciada dentro de casa, se estende na esfera pública ao ocupar postos de trabalho remunerado, e muitas delas ainda precisam conciliar o tempo com os estudos.

Mesmo diante desse cenário de um intenso uso do tempo pelas mulheres, elas têm buscado mais qualificação para galgar melhores espaços no mercado de trabalho. Segundo a PNAD (2010), as mulheres brasileiras possuem 7,4 anos de estudo. A população feminina com idade entre 20 e 24 anos estudou em média dez anos ao longo da vida. Já os homens na mesma faixa etária declararam média de 9,3 anos de estudo.

Avanços significativos ocorreram em diversos países do mundo para a redução da desigualdade entre os gêneros, porém poucos foram os países que reduziram drasticamente a desigualdade, como é o caso dos países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia), de acordo com o Global Gender Gap Report (2014).

É importante ressaltar que as relações sociais e a construção de uma cidadania plena, que levam à estruturação do gênero, estão diretamente ligadas às oportunidades de acesso à educação e emprego, promovendo à mulher o empoderamento cultural, profissional e, conseqüentemente, financeiro, o qual as mulheres ainda não atingiram em sua plenitude. Walby (2004, p. 173) alerta que,

na maioria dos países desenvolvidos, e em alguns em desenvolvimento, ao redor do mundo houve importantes transformações nas relações de gênero.

Aumentou o número dos postos de trabalho e emprego para mulheres, bem como a qualificação, o nível educacional e a presença delas em parlamentos. Mas tudo isso levou à cidadania e à igualdade para as mulheres? Ainda há diferenças enormes em relação às mulheres no acesso a recursos, tais como a diferença de salários pagos às mulheres e aos homens, e no número de líderes políticos homens e mulheres.

As políticas, programas e legislações existentes em vários países do mundo voltados para a igualdade entre os gêneros ainda são insuficientes diante da dimensão dos problemas vivenciados pelas mulheres, como é o caso da violência doméstica, do assédio sexual, do feminicídio, da desigualdade salarial, da feminização da pobreza e da sub-representação na política.

A conjuntura política atual retrata que as mulheres pouco têm ascendido à chefia de estado e que tais conquistas não são permanentes, o que pode ser evidenciado quando nos atentamos à América Latina nos últimos anos. Em 2013, por exemplo, 4 (quatro) mulheres estavam à frente da presidência da república, no Brasil com Dilma Rousseff na presidência, Cristina Kirchner na Argentina, Laura Chinchilla na Costa Rica e Verónica Michelle Bachelet Jeria no Chile. Já em 2016, apenas Verónica Michelle Bachelet Jeria mantém-se na presidência do Chile.

A igualdade de gênero apresenta-se como elemento importante para o desenvolvimento pleno das nações e por isso requer atenção tanto dos governos como da sociedade em geral. Implementar políticas públicas que visem a eliminar as desigualdades de gênero, segundo Duflo (2005), pode melhorar o bem-estar econômico das famílias, diversificar a economia, aumentar as opções das mulheres no mercado de trabalho e resultar na mudança de comportamento das famílias em favor da igualdade de gênero.

A desigualdade entre os gêneros, como dito anteriormente, pode ser visualizada em diferentes esferas da sociedade. No entanto, é política que a desigualdade pode ter seus efeitos mais ampliados, tendo em vista que, para que as políticas tenham impacto na vida das mulheres, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres precisam estar nos espaços de poder e decisão em um percentual de no mínimo 30%. Não se trata apenas dos espaços da política representativa: indicar mulheres para cargos de poder e decisão constitui uma forma de romper com a invisibilidade feminina nesses espaços e também de ampliar o impacto das políticas na vida das mulheres. Se as mulheres não estão nos espaços onde as políticas são decididas, a chance de que suas demandas possam ser discutidas e transformadas em políticas é reduzida.

Para Duflo (2005), as mulheres querem políticas que vão aumentar o seu poder de barganha dentro do espaço familiar, que são políticas que melhorem a sua situação em casos de divórcio, políticas que aumentem os postos de trabalho e as chances para acessar o mercado de trabalho.

Esta investigação tem como foco a discussão sobre o acesso das mulheres aos espaços de poder e decisão a partir do eixo “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão” do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (PNPM), o qual estabelece metas e ações para a busca da igualdade entre os gêneros na política. Ao observar a inserção das mulheres nos espaços de decisão na Universidade Federal do Tocantins busca-se compreender como as relações de poder são construídas nesse espaço, assim como avaliar os desafios para a igualdade de gênero em uma instituição pública de ensino superior a partir das metas e ações do referido plano.

Igualdade de gênero: um desafio a ser alcançado

Os direitos das mulheres ainda têm encontrado resistência em seu reconhecimento. As políticas que buscam favorecer explicitamente as mulheres ainda precisam ser justificadas, não apenas em termos da necessidade da promoção da igualdade de gênero, mas em termos de provar que igualdade de gênero em si é desejável e vale o custo que isso implica (DUFLO, 2005).

Desenvolver estratégias para a construção da igualdade de gênero é uma questão fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. A governança mundial, por meio de suas instituições, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fórum Econômico Mundial (FEM), defende essas estratégias e, mesmo que os países não desenvolvam políticas para a redução da desigualdade entre os gêneros de forma apropriada e condizente diante da grande conotação que o tema assumiu no discurso da governança mundial, pelo menos retoricamente assumir esse compromisso torna-se uma questão salutar.

A Plataforma da Ação de Pequim³ (1995), que representou uma mudança paradigmática na forma de pautar as questões das mulheres nas políticas, programas e legislações, reconheceu que “as mulheres trazem grande contribuição ao bem-estar da família e ao desenvolvimento da sociedade, o que ainda não é reconhecido em sua plena

³ A Plataforma da Ação de Pequim foi um documento elaborado a partir da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, tomando como base três outras conferências anteriores, ocorridas em 1975, 1980 e 1985. Essas conferências têm o objetivo de debater o papel da mulher na sociedade, assim como apresentar diretrizes aos governos e à sociedade no intuito de promover a igualdade, o reconhecimento de direitos e o empoderamento das mulheres. A Plataforma de Pequim tem caráter marcante para as discussões relacionadas às mulheres porque introduziu o conceito de gênero e diversidade e intensificou a necessidade do empoderamento feminino e da transversalidade.

importância”. Os objetivos gerais da conferência traduziram muitas das demandas levantadas pelas feministas ao longo dos tempos, e talvez por isso seja possível elegê-la como a conferência que mais incorporou demandas feministas, a exemplo das relacionadas à promoção dos direitos políticos das mulheres, evidenciadas nas propostas que buscaram garantir a participação plena da mulher na vida política, em igualdade de condições, a adoção de medidas para garantir às mulheres igualdade de acesso às estruturas de poder e ao processo de decisão, e sua participação em ambos. Bandeira e Melo (2005, p. 45) destacam que

falar da igualdade de gênero é romper um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento, as mulheres emergem como autoridade feminina, sociocultural e política. Passam a estar presentes reconhecidamente, nas arenas da vida cotidiana, onde se redefinem com base na cultura, na história, nas relações de trabalho e nas formas de inserção no mundo político, portanto, em um novo campo de possibilidades para estabelecer convenções capazes de vencer a sua condição de desigualdade.

Portanto, fica evidente a urgência de pensar o papel protagonista das mulheres nas sociedades. Compreender que tanto homens como mulheres têm direitos e deveres iguais é um passo importante para estabelecer os caminhos para a igualdade entre os gêneros. Para tanto, o papel do Estado “é determinante na construção da igualdade, mas não só na regulação das leis que coíbem a discriminação, também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres, na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça” (SOARES, 2004, p. 114).

Entre as diversas ações desenvolvidas em busca da igualdade de gênero, no Brasil, podemos destacar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015, o qual foi elaborado a partir da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPMP), que contou com o envolvimento de mulheres de todos estados brasileiros que se mobilizaram em conferências municipais e estaduais, as quais visavam a ampliar e democratizar os debates sobre os problemas das mulheres na sociedade brasileira.

O PNPM apresenta diretrizes de implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas para as mulheres brasileiras por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). O PNPM “tem impacto direto na vida das mulheres e reflete a convicção de que, mediante articulação e monitoramento para implantação de suas ações, permite construir um país mais justo, mais desenvolvido, mais igualitário e mais participativo” (PNPM, 2013, p. 12).

O eixo “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão”, que fundamentou a presente discussão, tem como objetivo “fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão, por meio da promoção de mudanças culturais, legislativas e institucionais que contribuam para a construção de valores e atitudes igualitárias e democráticas e para a construção de políticas para a igualdade”.

Avançar na igualdade de gênero no âmbito dos espaços de poder e decisão tem sido um desafio para o Estado, para as organizações feministas e para a sociedade em geral. Nesse sentido, faz-se relevante a participação das mulheres em todas as estruturas sociais, entre elas a gestão pública aqui em destaque. Ao ocupar os espaços de poder e decisão, as mulheres têm a oportunidade de levantar e disputar suas demandas específicas com maior vigor. Seguindo essa linha de pensamento que reforça a

necessidade de se colocar as mulheres nos espaços de poder e decisão, o PNPM enfatiza

a necessidade de igualdade nas relações sociais entre homens e mulheres, o enfrentamento de todas as formas de discriminação contra as mulheres e o reconhecimento e respeito à diversidade para a construção de valores sociais, que têm na igualdade as condições para superar as desigualdades de oportunidades no mundo do trabalho e na política. [...] Para isso, é necessário consolidar e articular a maior presença das mulheres nos espaços de poder e de decisão. (PNPM, 2013, p. 49).

Ainda nesse entendimento, Soares (2004, p. 114) destaca que “o Estado precisa reconhecer as demandas específicas das mulheres e admitir a existência dessas desigualdades. Aceitar é um primeiro passo, mas não o suficiente. É indispensável incorporar na sua agenda a construção da igualdade”. Portanto, o reconhecimento de que os homens gozam de privilégios pouco experimentados pelas mulheres é fator determinante para se difundir que existe uma construção social desigual entre homens e mulheres e, a partir dessa consciência, há que se combater, de forma incisiva e em todos os setores, a desigualdade de gênero.

Embora o Brasil tenha assinado o tratado proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), na IV Conferência Nacional sobre a Mulher, em Pequim/China, em 1995, foi a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, que os debates sobre a desigualdade de gênero na sociedade brasileira se intensificaram. O governo, por meio da criação da SPM, reconheceu a necessidade de produção de políticas públicas específicas, coordenando e incentivando ações nos órgãos

governamentais, com vistas à transversalidade de gênero (MIRANDA, 2012).

Quando a igualdade de gênero é colocada em pauta, ampliam-se as possibilidades de criação de políticas para as mulheres. O processo democrático vai, aos poucos, se estabelecendo, mas é preciso ser vigilante para que os direitos até então adquiridos não venham a ser perdidos. Para isso, devem-se buscar avanços, seja por meio de reivindicações, seja por meio de ações pontuais, seja propondo novos arranjos organizacionais de políticas para as mulheres. Portanto, a presença e participação destas são fundamentais para que não haja retrocessos. Nessa linha de pensamento, Phillips (2001, p. 272) enfatiza que

muitos dos argumentos correntes a respeito da democracia giram em torno do que podemos chamar de demandas por presença política: demandas pela representação igual de mulheres e homens; demandas por uma proporção mais parelha entre os diferentes grupos étnicos que compõem cada sociedade; demandas pela inclusão política de grupos que começam a se reconhecer como marginalizados, silenciados ou excluídos. Neste importante reenquadramento dos problemas da igualdade política, a separação entre quem e quê é para ser representado, bem como a subordinação do primeiro ao segundo, está em plena discussão. A política de ideias está sendo desafiada por uma política alternativa, de presença.

Afirmar a presença das mulheres nos espaços privados e públicos tem sido um processo significativo para a consolidação democrática da igualdade de gênero. À medida que as mulheres vão conquistando espaço, suas especificidades passam a ser reconhecidas, a transversalidade de gênero avança, diminuindo as assimetrias existentes entre os sexos. Uma das metas previstas para alteração desse

quadro de subrepresentação feminina nos espaços políticos é, conforme o PNPM, “aumentar e monitorar o número de mulheres nos cargos de direção (DAS 3, 4, 5 e 6) do Poder Executivo, considerando a proporção das mulheres brancas, negras e indígenas na população”.

Superar a desigualdade de gênero é uma tarefa que deve ser perseguida tanto pelo governo como pela sociedade brasileira, que precisa repensar seus valores, e o PNPM oferece as ferramentas necessárias a partir do momento que se propõe, em uma das suas linhas de ação, a “sensibilização da sociedade e implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão”. Implementar as metas e ações previstas no plano é um compromisso que deve ser assumido pelos gestores municipais, estaduais e federais para que transformações nos valores culturais da sociedade ocorram e que as mulheres possam ser reconhecidas como atrizes políticas do desenvolvimento.

As mulheres na gestão da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Universidade Federal do Tocantins apresenta uma estrutura *multicampi*, distribuída em sete *campi*, nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis, no estado do Tocantins. A UFT foi instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a UFT

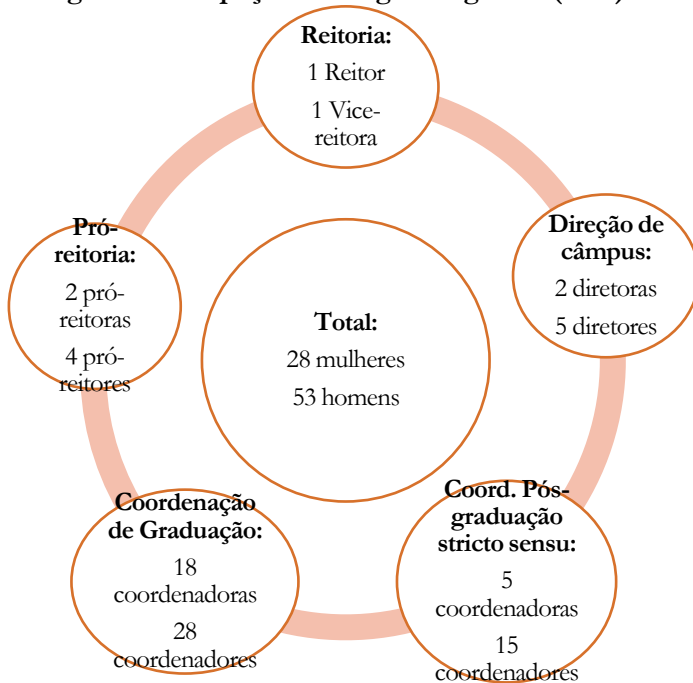
é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros

professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins (PDI, 2010, p. 8).

4

No que diz respeito à ocupação de cargos de gestão, no início desta pesquisa, ainda em 2013, a UFT⁴ apresentava a situação conforme Figura 1, a seguir:

Figura 1 - Ocupação de cargos de gestão (2013)



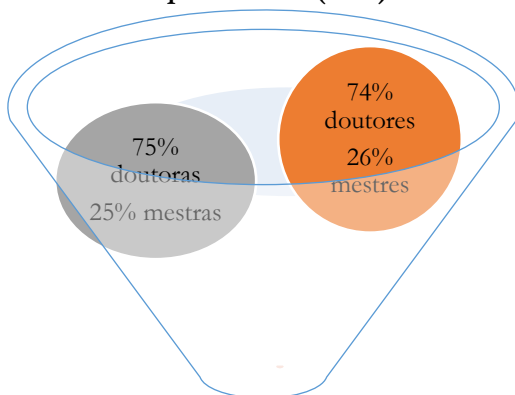
Fonte: elaboração própria.

Considerando a qualificação profissional, ao analisarmos a titulação das professoras e professores, nota-

⁴ Plano de Desenvolvimento Institucional – Resolução do Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2010.

se um percentual, embora tímido, em que as professoras têm se qualificado mais que os professores, o que pode ser confirmado na Figura 2 a seguir:

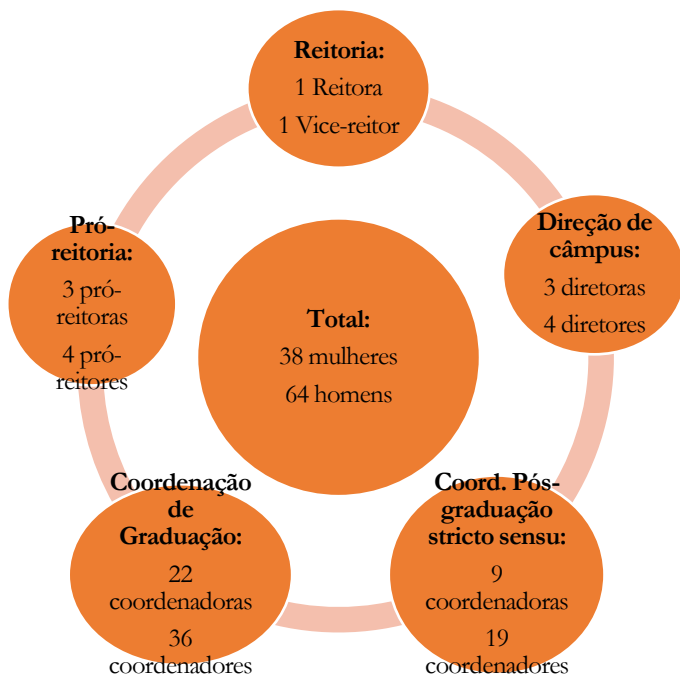
Figura 2 - Qualificação profissional das professoras e professores (2013)



Fonte: elaboração própria.

Os dados refletem que na UFT, em 2013 havia 28 (vinte e oito) mulheres e 53 (cinquenta e três) homens ocupando cargos de gestão. Assim, para cargo ocupado por mulher, havia 1,9 (um vírgula nove) ocupados por homens. Por outro lado, proporcionalmente, elas têm se qualificado tanto quanto eles; no entanto, apesar de alguns cargos nem sempre serem discricionários, sendo, em diversos casos, escolhidos por organização do colegiado e não por indicação, a igualdade de gênero nos cargos de destaque estava longe de ser atingida. Quando comparamos os dados dos anos de 2013 e 2016, conforme Figura 3, nota-se que não houve avanços consideráveis.

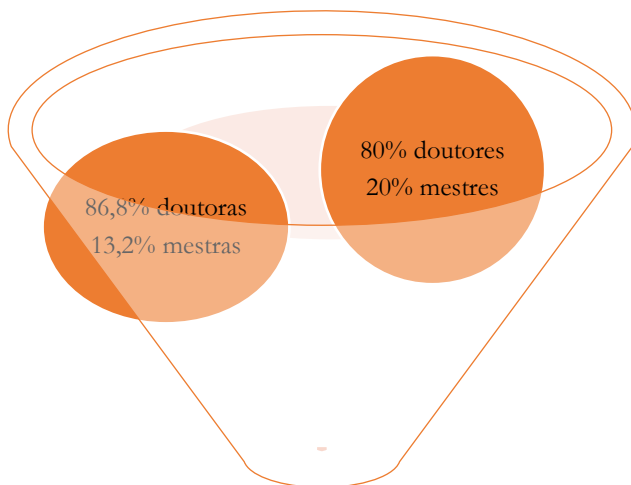
Figura 3 - Ocupação de cargos de gestão (2016)



Fonte: elaboração própria.

A análise da qualificação profissional dos ocupantes de cargos de gestão na UFT no ano de 2016 ratifica o diagnóstico anterior, o qual demonstra que as mulheres têm buscado se qualificar, entretanto, a igualdade de gênero nos cargos de gestão ainda não foi atingida, é o que podemos constatar na Figura 4, a seguir.

Figura 4 - Qualificação profissional das professoras e professores (2016)



Fonte: elaboração própria.

O comparativo entre os anos de 2013 e 2016 demonstra que os homens não perderam espaço para que as mulheres ocupassem cargos de gestão. Assim, à medida que novos cargos foram surgindo, elas foram adentrando tais espaços, entretanto, essa ocupação tem sido tímida.

Destaca-se que no ano de 2016 foi eleita a primeira mulher para a reitora da UFT e, ainda assim, não houve aumento significativo no número de mulheres nos postos de decisão, o que pode ser comprovado quando consideramos que há 38 (trinta e oito) mulheres e 64 (sessenta e quatro) homens ocupando cargos de destaque na UFT, de tal modo que, para cada cargo ocupado por mulher, há 1,7 (uma vírgula sete) ocupados por homens.

Ao longo desta seção, apresentaremos alguns trechos de entrevistas realizadas no ano de 2013 com mulheres ocupantes de cargos de gestão na UFT para compreender os desafios das mulheres que assumem postos de decisão. Algumas dessas mulheres tiveram mobilidade na ocupação dos espaços de decisão em referência ao ano de 2016, como iremos detalhar a seguir.

Embora, a partir do ingresso no mercado de trabalho, a mulher tenha aumentado sua participação nos espaços societários, agregando o trabalho remunerado à sua vida, ela ainda não conseguiu reduzir sua jornada de trabalho sem remuneração: o trabalho doméstico. Ainda permanece o estereótipo de que as atividades profissionais relacionadas aos cuidados e ao ensino seriam femininas e as relacionadas às engenharias e à tecnologia seriam masculinas. As mulheres que tentam romper essa lógica e ingressam em carreiras “tipicamente” masculinas enfrentam mais obstáculos para se firmarem no mercado de trabalho em razão do preconceito e da cobrança redobrada dos pares.

A divisão sexual das profissões gerou uma desvalorização das áreas e desigualdade nas remunerações. Por exemplo, as áreas da educação, o mercado estético e a área da saúde – com a particularidade de a classe médica ainda ser predominantemente dominada por homens – são áreas mais ocupadas pelas mulheres, têm menos reconhecimento social e as remunerações são menores. Por outro lado, entre as profissões “tipicamente” masculinas estão as mais reconhecidas socialmente, destacando-se as áreas de engenharia, tecnologia, economia e o campo político.

Durante a pesquisa foi observado que os cargos de decisão ocupados pelas mulheres reforçam os estereótipos construídos em torno de profissões “ditas” femininas. Elas geralmente lideram cursos voltados para as licenciaturas e/ou cargos “convencionados” femininos, restando-lhes papéis coadjuvantes, como secretárias e assessoras, por exemplo. E, quando se trata de coordenações de cursos direcionados para as áreas das engenharias e tecnologias, praticamente não há a presença de mulheres, fenômeno esse que também se repete em grande parte da universidade.

Em entrevista realizada no ano de 2013 a vice-reitora⁵ que assumiu o posto de reitora no ano de 2016, ela destacou o fenômeno de os homens ocuparem mais cargos de liderança que as mulheres pode ser consequência de que a universidade é constituída por um corpo de servidores jovens, e, nessa faixa etária, as mulheres, além de estarem se estruturando profissionalmente, também estão estruturando a vida pessoal, e, às vezes, associam a carreira à família. Mas destaca que os filhos e a família não são empecilhos para o crescimento profissional das mulheres.

Para a coordenadora do curso de Pedagogia da UFT,⁶ o fato de os homens ocuparem majoritariamente cargos de gestão é resultado de uma construção histórica, naturalizada pela sociedade. Ela justifica que “não é por acaso que as mulheres recuam na disputa por um cargo de destaque, já que elas foram educadas para ocupar lugares secundários, sendo relegadas a funções de assessoria e/ou auxiliar”. A UFT não está alheia às questões da sociedade, e essa visão, certamente, é refletida dentro da UFT.

A coordenadora do curso de Artes – Teatro da UFT⁷ acredita que os espaços da UFT são mais ocupados por homens pelo fato de que culturalmente há uma construção

⁵ Entrevista a Isabel Auler, atual reitora e vice-reitora da UFT no ano de 2013. Atuou como coordenadora de curso, diretora de ensino; foi coordenadora da região Norte do Fórum Nacional de Pró-Reitores (2008-2009) e Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (2010-2011). É membro do Fórum de Apoio à Formação dos Professores da Educação Básica do Tocantins e do Fórum de Educação Estadual. Entrevista concedida em 16/dez./2013.

⁶ Entrevista a Dilsilene Maria Ayres de Santana, coordenadora do curso de Pedagogia da UFT no ano de 2013. Entrevista concedida em 3/fev./2013.

⁷ Entrevista com Thaise Luciane Nardim, coordenadora do curso de Artes/Teatro da UFT no ano de 2013. Entrevista concedida em 3/jan./2013.

social do gênero, em que a sociedade ainda associa os homens ao perfil de liderança. Entretanto, destaca que qualquer mulher pode ser tão gestora quanto qualquer homem, mas que elas não são culturalmente educadas para isso.

Na mesma direção, a coordenadora do curso de Ciências Contábeis da UFT⁸ reforça que ainda há uma discriminação muito grande com a mulher, uma vez que ela ainda precisa conquistar diariamente seu espaço, e sente falta de políticas públicas de valorização da mulher. Esse fenômeno ocorre tanto na UFT quanto nos demais espaços.

Transformar os valores culturais é um processo lento, resultado da atuação dos movimentos feministas em diversas sociedades. Ao incidirem no Estado, os movimentos buscam sensibilizá-lo a criar mecanismos para a redução da desigualdade entre os gêneros. Nesse sentido, está previsto na linha de ação 5.4 do PNPM (2013-2015) a “criação, revisão e implementação de legislação e instrumentos normativos, com vistas à igualdade de oportunidades das mulheres e entre as mulheres na ocupação de posições de decisão nas distintas esferas do poder público”.

A criação de um Comitê de Gênero dentro da universidade poderia disseminar valores pró-igualdade e até mesmo instituir medidas de ação afirmativa e de discriminação positiva que, conforme o PNPM (2013-2015), garantam a realização de metas percentuais de participação das mulheres nas funções de presidência, direção, coordenação, gerenciamento e assessoria, incluindo medidas administrativas e de gestão estratégica ao cumprimento destas medidas.

⁸ Entrevista com Marli Terezinha Vieira, coordenadora do curso de Contabilidade da UFT no ano de 2013. Entrevista concedida em 3/fev./2013.

A coordenadora do curso de Ciência da Computação da UFT⁹ acredita ser opção das mulheres se dedicarem mais à vida pessoal e, com isso, os homens são maioria nos cargos de gestão. Isso demonstra, ainda, uma presença muito forte da criação patriarcal que as mulheres têm.

A Pró-Reitora de Avaliação e Planejamento da UFT¹⁰, que atualmente ocupa a função de Diretora do Campus de Palmas, na ocasião da entrevista, em 2013, relatou que não acredita ser vítima de preconceito por ser mulher e ocupar um cargo de gestão que é “convencionalmente” masculino, mas que, quando assumiu a Pró-Reitoria de Administração e Finanças da UFT, em 2004, enfrentou inúmeras dificuldades por ter de comandar uma equipe composta predominantemente por homens, os quais eram bastante conservadores e a tratavam com descrédito, tanto por ser mulher como por ser jovem. Ela enfatiza que “a sociedade brasileira ainda possui uma cultura fortemente patriarcal e machista, e a UFT, por ser construção desta sociedade, não fica alheia a isso”. Assim, embora sinta que hoje em dia não ocorra tratamento preconceituoso a ela, reforça que houve um longo período até conquistar seu espaço.

A situação relatada pela entrevistada não é destoante do que vivenciam as mulheres que assumem cargos de gestão pública no País. Apesar de a instituição não ter uma política específica para incentivar o acesso das mulheres aos espaços de poder e decisão, os núcleos de pesquisa e a Pró-Reitoria de Extensão de Cultura, através de eventos que organizam, desempenham o papel de sensibilização da sociedade no sentido de destacar o papel que as mulheres desempenham na sociedade.

⁹ Entrevista com Thereza Patrícia Pereira Padilha, coordenadora do curso de Ciências da Computação da UFT no ano de 2013. Entrevista concedida em 3/fev./2013.

¹⁰ Entrevista com Ana Lúcia de Medeiros, Pró-Reitora de Avaliação e Planejamento no ano de 2013. Entrevista concedida em 5/fev./2013.

Nesse viés, tomando como base os dados da UFT e as entrevistas com as professoras, entende-se que não há justificativa que sustente a ausência da participação mais ampla das mulheres nos espaços de poder e decisão dentro da UFT, já que elas, nos últimos anos, têm aumentado intensamente o seu grau de instrução.

De acordo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2009),¹¹ “a maioria das mulheres brasileiras possui escolaridade superior a oito anos: 16,4% delas têm entre oito e dez anos de estudo e 34,9%, mais de 11 anos. Entre os homens, 31% declararam ter estudado por 11 anos ou mais e 16,6%, entre oito e dez anos”. Quando consideramos os percentuais para a faixa etária a partir dos 25 anos, “os homens com pelo menos o nível superior de graduação completo foi de 9,9%, e das mulheres, de 12,5%; percentuais que passavam para 11,5% e 19,2%, respectivamente, entre os ocupados”.

Tanto os dados da UFT quanto os da PNAD comprovam que os espaços de decisão ainda são absolutamente ocupados por homens, embora as mulheres venham os superando quando se trata de qualificação. É preciso romper com a disparidade. Alguns caminhos são apontados pelo PNPM (2013, p. 15), que propõe em suas linhas de ação a

promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência, com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão e à permanência em cargos de direção.

¹¹ Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 16/ago./2016.

Outra proposta interessante é apresentada por Silveira (2004, p. 73). Segundo ela, o fortalecimento das políticas de igualdade de gênero deve buscar a “participação das mulheres em espaços de definição de políticas e disputa por recursos e mecanismos de controle social dessas políticas e à possibilidade de acesso aos espaços de decisão das políticas prioritárias”. Logo, o incentivo à participação feminina nos espaços de discussão, estruturação e implementação de ações que visem à paridade entre os sexos é importante para o fortalecimento das políticas para as mulheres.

Durante a pesquisa, foi possível evidenciar a inexistência de estratégias de igualdade de gênero nos cargos de gestão. Por meio do discurso da vice-reitora, ficou evidente que há uma primazia pela qualificação e que o sexo não é fator determinante para a ocupação de cargos de chefia. Portanto, nota-se que, para muitos servidores da instituição pesquisada, assim como para a sociedade em geral, a desigualdade de gênero passa despercebida, sob uma “visão” superficial de que o mais preparado ocupará o cargo, seja mulher ou homem.

Duas das entrevistadas que em 2013 ocupavam, respectivamente, o cargo de Vice-Reitora e Pró-Reitora tiveram uma mobilidade na ocupação de cargos via processo eleitoral. Em 2016, a Vice-Reitora assumiu a Reitoria da UFT e a Pró-Reitora de Planejamento assumiu o cargo de Diretora do Câmpus de Palmas. A mobilidade delas evidencia a capacidade das mulheres na ocupação dos espaços de decisão, mas é algo pontual e que precisa ser ampliado numericamente para que haja impacto na implementação de uma cultura institucional pró-igualdade entre os gêneros.

Nesse sentido, a participação das mulheres na elaboração de políticas públicas de igualdade é primordial, visando a articulações que busquem a autonomia e a emancipação destas, superando a visão imediatista e assistencialista que ainda se faz muito presente quando se

trata de políticas públicas. Portanto, é necessário um maior engajamento das mulheres nessas discussões, já que têm maior propriedade para falar daquilo que as incomodam, assim como apresentar seus anseios e necessidades. É por meio da troca de experiências e apontamentos que se estruturará o caminho a ser direcionado para políticas que realmente estejam voltadas para as mulheres. Nesse sentido, devem-se propor estratégias, buscando a alocação de recursos a projetos que tenham o enfoque no combate às desigualdades vivenciadas por elas, com vistas a melhorar suas condições de desvantagens em relação aos homens.

Embora o PNPM apresente propostas de correção das distorções de igualdade de gênero, bem como diretrizes para que os governos municipais, estaduais e federal possam implementá-las, acompanhá-las e avaliá-las, na UFT, que é uma instituição federal, o plano não é uma ferramenta da gestão pública.

Considerações finais

Embora as políticas públicas de igualdade de gênero venham propiciando avanços na redução da desigualdade no Brasil, elas ainda estão em uma fase inicial e são questionadas permanentemente pelos setores conservadores da sociedade brasileira. Nota-se que o progresso é lento e que ainda não atingiu os objetivos propostos desde a Plataforma de Ação de Pequim, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, a qual já destacava em seus objetivos a necessidade de “eliminação de todos os obstáculos que dificultam a participação ativa da mulher em todas as esferas da vida pública e privada, mediante uma participação plena em igualdade de condições no processo de tomada de decisões econômicas, sociais, culturais e políticas”. Nesse sentido, ainda há muito a se caminhar até que a igualdade de gênero deixe de ser uma proposta e passe a ser uma ação coletiva;

logo, os debates, as conferências, as organizações em redes e os diálogos precisam ser reafirmados continuamente.

Nota-se que, apesar de as mulheres estarem se aperfeiçoando mais e serem tão bem-preparadas quanto os homens, chegando em alguns casos até a superá-los em termos de qualificação, os espaços de poder e decisão na UFT são mais ocupados por homens. Por outro lado, o cargo mais importante da instituição, o de reitora, atualmente é ocupado por uma mulher, no entanto, não podemos esquecer que esse é uma situação pontual e que não confere igualdade de gênero aos demais espaços dentro da UFT.

Diante disso, pode-se inferir que as propostas do eixo “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão”, trazidas como diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), precisam ser adotadas como ferramenta de gestão na UFT.

No que se refere a uma maior presença de mulheres nos espaços de poder e decisão, tanto na UFT como nos demais espaços, esse é um fator que requer avanços para que a presença delas em cargos de gestão seja incentivada e, principalmente, efetivada. Sabemos que esse não é um caminho fácil e que devemos ser vigilantes para que não haja retrocessos, é importante avançar tanto nas políticas setoriais quanto nas globais para fortalecer a autonomia feminina e construir relações, sejam elas de trabalho ou não, mais iguais e democráticas.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, L.; MELO, H. P. **A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil**. CEPAL, Série Mujer e Desarrollo, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para**

as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Revista Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, Brasília, p. 561-584, set. – dez. 2005.

DUFLO, Esther. Gender Equality in Development. **BREAD Policy Paper**, Bureau for Research in Economic Analysis of Development, n. 11, Massachusetts Institute of Technology, dez. 2005.

GLOBAL GENDER GAP REPORT (GGGR). Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2014.

GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero:** uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. IBGE, 2010.

MIRANDA, Cynthia Mara. Brasil, Canadá e a integração de políticas de gênero a partir da Plataforma de Ação de Pequim. **Interfaces Brasil – Canadá**, v. 12 n. 15, Canoas, 2012.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM. **IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim/China: Nações Unidas, 1995.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

RESOLUÇÃO do Conselho Universitário da Universidade Federal do Tocantins (UFT). **CONSUNI n. 11/2010**. Palmas, 2010.

SILVEIRA, Maria Lúcia. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

WALBY, Sylvia. Cidadania e transformações de gênero. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).